UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Tese de Doutorado

Contribuição ao estudo do poder local em Osasco.
Um estudo geográfico-político.

Aluno: Celso Roberto de Brito - nº USP: 243398

Professor Orientador: Prof. Dr. José William Vesentini

2009

CELSO ROBERTO DE BRITO

Contribuição ao estudo do poder local em Osasco. Um estudo geográfico-político.

Tese de Doutorado apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Geografia Política, à Universidade de São Paulo – USP, sob a orientação do prof. Dr. José William Vesentini.

USP

2009

Dedico à
Elis,
Danilo e
Larissa
(fontes de inspiração)

Agradecimentos:

A todos que, de algum modo, colaboraram para a realização deste, com discussões, críticas, sugestões e manifestações de apoio. Em especial ao prof. Dr. José William Vesentini, orientador-amigo e incentivador. Pela paciência, tolerância e ideais definidos.

ÍNDICE

Apresentação.....	12
Resumo/Abstract.....	14
Introdução.....	17
1. A espacialização do poder local.....	20
2. Um breve histórico: a evolução urbana de Osasco.....	40
3. A formação geomorfológica de Osasco.....	54
4. Antônio Agu: o poder econômico (a imagem de um espaço produzido para ser vendido).....	60
5. O Quartel de Quintaúna.....	81
6. A Vila Osasco e sua vida política no começo do século XX: assassinato do estudante de medicina João Batista de Andrade e Silva.....	85

7. Realidade osasquense em dois momentos históricos:.....	90
7.1. Inspeção Sanitária em Osasco, elaborada pela sanitarista: Alcides da Silva Ayrosa, datada de 1922:.....	90
7.2. Inspeção Sanitária em Osasco, elaborada pelo sanitarista: José Franco Domingues Alexandre, datada de 1939:.....	106
8. Osasco: o lugar, os eventos e as variáveis.....	111
8.1. A luta pela emancipação.....	112
8.2. O movimento estudantil em Osasco.....	123
8.3. Cooperativa de Vidreiros: o sonho de uma classe operária.....	125
8.4. Movimento operário em Osasco.....	129
8.5. Os movimentos sociais nos bairros.....	133
9. Prefeitos de Osasco: poderes executivo, legislativo e administrativo.....	137

9.1. Eleições em Osasco aos 4 de fevereiro de 1962: eleição do primeiro	
 prefeito de	
 Osasco.....	146
9.2. Marino Pedro Nicoletti: vice-prefeito em exercício e interventor.....	150
9.3. Guaçu Piteri: o surgimento de um novo político e um novo partido....	151
9.4. Professor José Liberatti: prefeito de Osasco.....	154
9.5. Francisco Rossi: prefeito da situação.....	155
9.6. Guaçu Piteri: pela segunda vez prefeito de Osasco.....	157
9.7. Primo Broseghini: prefeito por seis meses.....	159
9.8. Humberto Parro: prefeito.....	160
9.9. Francisco Rossi: prefeito pela segunda vez (1989 – 1992).....	163
9.10. Celso Giglio: prefeito (1993 – 1996) e (2000 – 2004).....	166
9.11. Silas Bortolosso: prefeito (1997 – 2000).....	170

9.12. Emídio Pereira de Souza: prefeito (2005 – 2008) e (2009 – 2012).....	172
9.12.1. Orçamento Participativo – OP.....	180
10. Eleições Municipais em Osasco (gestão 2009 – 2012): programas de governos dos candidatos Emídio Pereira de Souza e Celso Giglio.....	181
11. O poder econômico: o grande capital.....	209
11.1. Wal Mart e Carrefour em Osasco.....	210
11.2. Cidade de Deus: Bradesco.....	214
12. Considerações finais.....	217
13. Bibliografia.....	221
14. Anexo 1: Fotos Atuais de Osasco.....	231
15. Anexo 2: Mapa Atual de Osasco.....	236

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1. Casa do bandeirante Antônio Raposo Tavares com a capela ao lado, do século XVII.....	45
Foto 2. Vista panorâmica de Osasco. Início do século XX.....	49
Foto 3. Largo de Osasco/Estação Ferroviária. Década de 1930.....	49
Foto 4. Jardineira do início do século XX.....	51
Foto 5. A balsa que fazia a travessia para o bairro do Rochedalle em 1941.....	52
Foto 6. Vista para o norte da rua Antônio Agu em direção ao Largo de Osasco – 1937.....	53
Foto 7. Córrego Boycicaba ao fundo à Fábrica de Cartonagem Cartiera.....	63
Foto 8. Vista da Fábrica Cerâmica Industrial Osasco e Via Férrea.....	73

Foto 9. Antônio Agu e família. Sua residência em nossa cidade localizava-se onde atualmente é o cruzamento da avenida dos Autonomistas com a rua Dona

Primitiva Vianco – 1900.....74

Foto 10. Vila Militar de Quitaúna em 1922.....82

Foto 11. Terreiro para secagem de papelão da Fábrica ao lado do córrego

Boycicaba. Ao fundo operárias da fábrica trabalhando ao ar livre – 1922.....92

Foto 12. Ônibus que circulava em Osasco, linha 120, em 7/9/1951.....115

Foto 13. Campanha Emancipacionista – 1958.....117

Foto 14. Vidraceiros despedidos da Vidraria Santa Marina – 1954.....129

Fotos atuais:

Foto 15. Residência atuais na rua André Rovai.....231

Foto 16. Vila Operária em Osasco.....231

Foto 17. Vista aérea de Osasco com seu processo intenso de verticalização.....232

Foto 18. Vista do Viaduto Metálico.....232

Foto 19. Córrego Bussocaba canalizado e a Cidade de Deus ao fundo.....	233
Foto 20. Fachada do Wal Mart Supercenter – Osasco.....	233
Foto 21. Fachada do Carrefour – Osasco.....	234
Foto 22. Vista aérea do Osasco Plaza Shopping.....	234
Foto 23. Calçadão da Rua Antônio Agu e fachada do Osasco Plaza Shopping...	235
Foto 24. Panorâmica do Boulevard, trecho do rio Bussocaba e fachada da prefeitura municipal.....	235

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa: São Paulo de Piratininga em 1560.....	42
Mapa: São Paulo em 1890.....	43
Mapa: Osasco em 1899.....	79
Mapa: Vila Osasco em 1918.....	80

Mapa: Croqui de Osasco em 1922.....	105
Mapa: Osasco em 1939.....	110
Mapa: Divisão em Bairros (atual).....	208
Mapa: Osasco atual na escala 1:10.000.....	236

PERFIL CARTOGRÁFICO

Perfil geológico de uma das porções centrais da Bacia de São Paulo.....	55
Corte Vertical da carta topográfica de Osasco: altitudes de bairros.....	58

Contribuição ao estudo do poder local em Osasco. Um estudo geográfico-político.

Apresentação

O tema da tese é um aprofundamento do estudo da dissertação de mestrado *Osasco: espaço, tempo e técnica* desenvolvido e defendido em 1996 nesta Instituição de Ensino e Pesquisa à FFLCH – USP. (BRITO, 1996);

Essa pesquisa é fruto de uma vivência com o espaço geográfico de Osasco de quarenta anos, como aluno do ensino médio, e posteriormente como professor dos ensinos fundamental, médio e superior. Sou morador do município nesse mesmo período.

O tema da tese, acima, é um tipo de estudo clássico na Geografia Política, que procura mostrar as lutas que deram origem ao Município, os prefeitos e vereadores, suas origens e formas de atuação, os bairros mais favorecidos e os menos, o poder econômico local e suas relações com o poder político, as relações entre a mídia e o poder político municipal, na verdade um monopólio e como a população municipal interage com o poder local. Existe aqui, ultimamente, um voraz apetite econômico do poder municipal em relação às tarifas públicas e a criatividade política para se “inventar” novos tributos para engordar a arrecadação municipal com a proliferação de radares de velocidades, zona azul, etc.

A cidade cresce de forma desordenada, predominando o espontaneísmo da iniciativa particular com a política do “arrasa – quarteirão”, os interesses imobiliários que visam novas edificações (sobrados e prédios de apartamentos). Presencia-se uma verticalização no centro que se expande em direção as áreas periféricas, acompanhadas de precárias condições de infraestrutura, com a deterioração de muitas áreas do centro antigo e dos bairros localizados ao seu redor.

Para se reivindicar algum direito é necessário que as pessoas tenham um bom conhecimento do seu espaço, saibam ler ou interpretar um mapa desse espaço, organizem territorialmente as suas manifestações e tenham raciocínio geográfico.

Isso nos leva a citar Lacoste: **“a população deve tomar contato com os projetos políticos que vão afetar os seus locais de moradia e conhecê-los, ou seja, “saber pensar o espaço”- com uma visão política, tendo em vista nele atuar mais eficazmente. Trata-se do espaço terrestre, do espaço onde vivemos e no qual atuamos”. (2005:41)**

RESUMO / ABSTRACT

A cidade de Osasco, que faz parte da Região da Grande São Paulo, possui uma superfície de 64,94 Km², uma população absoluta de 701.012 habitantes e 478.190 eleitores (IBGE, 2007).

A origem da cidade de Osasco deve-se realmente a um italiano de nome Antônio Giuseppe di Pietro Agu, funcionário da Estrada de Ferro Sorocabana, que em 1893 comprou uma gleba de terra compreendida entre os córregos Bussocaba e Aguadinha, e tornou-se fornecedor da Estrada de Ferro Sorocabana, à qual vendia areia, telhas e tijolos.

É cortada no sentido leste – oeste pelo rio Tietê, cujo vale foi aproveitado para construir o traçado da Estrada de Ferro Sorocabana, responsável pelo nascimento da nossa cidade.

A localização de Osasco, próxima à capital, mais as facilidades apresentadas por ser servida pela ferrovia, contribuíram para o desenvolvimento da região, pois esses fatores atraíram para cá grande número de empresários e trabalhadores, incentivando o progresso e o desenvolvimento.

A cidade de Osasco se torna, cada vez mais, um espaço que se organiza para abrigar as grandes empresas, isso reduz os recursos públicos possíveis de serem destinados à população, agravando a crise social.

Costuma-se considerar no Brasil a existência de dois principais tipos de poder local: o tradicional (coronelismo) e o moderno (dinâmica de lutas, com a participação da sociedade civil).

O caso de Osasco, hoje, é o de um poder local moderno e complexo.

O poder local, com os seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu provas de eficiência nos países desenvolvidos. Ele é sem dúvida o grande recurso subutilizado na nossa cidade.

Palavras chaves: poder local, coronelismo, movimentos sociais, organização do espaço e descentralização.

Osasco city, a part of São Paulo capital area, has a surface area of 64,94 km², a population of 701.012 habitants and 478.190 of people eligible to vote (according IBGE, 2007)

The origin of the city is due to Italian named Antônio Giuseppe di Pietro Agú, a Sorocabana Railway employee, who in 1893 bought a an area of land between two small rivers , Bussocaba and Aguadinha. Some years later Antônio Agú became supplier of Sorocabana Railway, selling sand, brick and tile.

Osasco is cut in east to west way by Tiete river, the valley formed by the river was used to draw the Sorocabana railway which is responsible by Osasco creation. Osasco fast development is due to facilities like São Paulo (state capital) proximity and the railway which made easier the population flow.

The city becomes, each time more, a space that organize itself to receive big companies that fact reduces drastically possible public resources to be offered for community as a result the social crises is getting worse.

It's a usual concern in Brazil the existence of 2 main types of local authority: the traditional (called "coronelismo") and the modern (fight's dynamic with civil society participation).

Nowadays Osasco's case is local modern and complex power.

The local authority with all of basic instruments, which are community participation and an fragmented power , has been constituting in that sense for a mechanism of economical and political ordinance that already gave proves of efficiency in developed countries. It's no doubt a huge resource underused in Osasco city.

Some key words are: local authority, "Coronelismo", social movements, space organization and fragmentation.

Introdução

O poder local, como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado, - no caso do Brasil, no município -, implica portanto, alterações no sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa. Trata-se portanto, de um esforço do município sobre si mesmo. A administração municipal trazendo as suas propostas como poder constituído e a comunidade negociando os seus interesses com clareza. Esta deve adaptar-se à realidade local e responder a um profundo conhecimento da dinâmica política do município.

“Durante anos, os mesmos interesses que criaram os nossos desequilíbrios organizaram a centralização das decisões, reforçaram a concentração de renda, criaram as grandes estatais destinadas a fornecer ao setor privado produtos a preço inferior ao custo, e hoje pregam a privatização, como se a participação ou não do Estado fosse o ponto essencial do problema, e não as deformações que as elites nele introduziram. O ponto essencial do problema é a democratização das decisões, para que possam corresponder às necessidades da população, e isso implica uma profunda descentralização”. (DOWBOR, 1994, pág. 74)

No caso de Osasco existe uma centralização mantida pelo interesse privado e os membros da tecnocracia pública que se apóiam no argumento de que a administração local não tem a “capacidade técnica” de gerir os seus interesses.

Os últimos vinte anos assistiram, pelo menos, a duas revoluções profundas na sociedade brasileira: a urbanização e a participação da mulher nas atividades econômicas e sociais. A urbanização levou à formação de milhares de centros médios e grandes no país que dispõem de capacidade técnica de assegurar a gestão local e têm a vantagem de conhecer a situação. A participação da mulher, por sua vez, abre rapidamente espaço para uma preocupação maior com a dimensão humana do nosso desenvolvimento, favorecendo a superação das visões estritamente econômicas. Ultimamente também vem ocorrendo uma expansão ou uma valorização de duas novas preocupações: com o meio ambiente e principalmente no que diz respeito ao poder local, com a participação dos moradores na questão do seu espaço.

A criação de instrumentos participativos, no nível municipal, no país enfrenta dificuldades particulares: o próprio desenvolvimento caótico da atividade empresarial criou um nomadismo econômico que é um dos mais altos do mundo representado pela baixa permanência residencial nos bairros. Essa baixa permanência domiciliar prejudica, evidentemente, a criação de uma consciência comunitária e reforça a indiferença pelo que acontece na rua, no bairro, no município.

Apresenta-se como proposta dessa participação: o planejamento descentralizado com a possibilidade de os indivíduos se pronunciarem antes de as decisões serem tomadas e por meios científicos e educacionais com um centro de estudos municipais que possa mobilizar a capacidade científica local em torno da resolução dos problemas básicos enfrentados pelo município. Esse nível de organização permite desenvolver

pesquisas de fundo, como estudos demográficos, estudo da posse e uso do solo, estudos da própria história do município, criando gradualmente um núcleo capaz de conhecer o município e os problemas mais significativos e de transmitir esses conhecimentos às forças políticas locais. As escolas dos ensinos fundamental e médio podem trabalhar com os alunos, pesquisas sobre a realidade concreta do próprio município e introduzindo no ensino médio, a disciplina sobre o desenvolvimento do município. Um centro de estudos municipais poderia elaborar material didático sobre o município.

A formação de uma geração de jovens, conhecedores do potencial da sua região e do seu município, pode constituir uma alavanca poderosa para a transformação local.

A integração das informações produzida pelas autarquias do Estado: o IBGE local, as empresas de telefone e de energia, as delegações ministeriais produzem informações significativas sobre a região e o município que não estão sendo suficientemente utilizadas para promover a compreensão dos problemas locais de desenvolvimento da própria comunidade.

Um outro nível de organização da participação se baseia numa correta divisão espacial do município. É preciso ordenar o espaço municipal de acordo com a sua lógica demográfica, condições de vida, elos comunitários. É necessário repensar a divisão por bairros de forma a organizar a participação segundo o sentimento real de identidade local da população. Bairros específicos tem problemas específicos: há os que não têm asfalto, os que são carentes de água, e assim por diante. Este nível organizacional permite a participação em torno dos problemas de urbanização, de infraestrutura social e outros que têm intensa vinculação ao local de moradia.

É importante criar instrumentos de representação por bairro e assegurar um espaço de reunião e debate que permita discutir a atribuição de verbas , definir as prioridades, debater as próprias formas de participação nas decisões.

Percebe-se, hoje, uma exagerada localização das reivindicações nos bairros: busca-se a praça, o asfalto, o esgoto, a iluminação, mas sem visão de investimentos mais amplos e das necessidades de mais longo prazo do município como um todo.

É importante lembrar que somos um país sem cultura participativa e a transformação do nível de consciência é lenta.

Os corpos organizados no município: os sindicatos, as representações profissionais e as associações tratam-se de grupos de pressão que já tem tradição participativa ou reivindicatória. Trata-se de ordenar gradualmente esta participação, criando canais regulares de expressão e consulta sobre problemas relevantes do município. É fundamental buscar sempre uma representação ampla que permita o cruzamento de interesses e dê aos participantes a dimensão social dos problemas que o município tem de enfrentar.

A tradição do “cacique” ou do “coronel”, hoje usando gravata e beneficiados pelo apoio de poderosos grupos financeiros, é simplesmente uma realidade. Os chamados caciques são justamente os que mantêm o município subordinado às políticas centralizadoras tanto do Estado como dos grandes grupos privados nacionais e multinacionais.

A formação de uma cultura de planejamento e de participação: é uma forma lenta, sem dúvida, mas profunda, de assegurar a utilidade social dos recursos e a autoridade do cidadão sobre a atividade econômica, que, afinal de contas, é o resultado do esforço de todos. Também já demonstraram os seus limites: o mercado que não se constitui um

mecanismo suficiente para por ordem na economia e a intervenção centralizadora do Estado, por meio de planejamento centralizado ou de gestão por decretos globais.

O poder local, com os seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu provas de eficiência, em particular nos países desenvolvidos. Ele é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país.

1. A espacialização do poder local

As pessoas devem estar no centro de todo o desenvolvimento. A organização dos seus habitantes que devem otimizar suas condições de vida às atividades que respondem as necessidades diárias, compondo o chamado espaço “de a pé”. E garantir o convívio social efetivo com esportes, bancos de jardim, praças, etc.

Na contramão ao enunciado, acima, hoje, o mercado assegura que chegaremos ao melhor dos mundos e a visão “estatizante” que nos assegura que o planejamento central porá ordem em nossas vidas.

Surge com grande força nas últimas décadas, uma tendência de as pessoas se organizarem para tomar em mãos senão os destinos da nação, pelo menos o destino do espaço que as cerca.

Esse “espaço local”, no Brasil, é o município, unidade básica de organização social, mas é também o bairro, o quarteirão em que vivemos.

Como criar no município uma capacidade de autotransformação econômica e social chamamos de “poder local”.

O poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas.

A questão se refere em criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder absurdamente centralizado nas mãos das elites.

A organização do nosso espaço de vida contrasta com o problema básico de nossa convivência econômica. Milhões de pessoas não tem visão da gravidade da situação que enfrentamos nos países do Sul.

Os países do Sul abrigam aproximadamente 75% da população mundial que contribuem com alto crescimento vegetativo, agravando o problema da pobreza, o problema do desenvolvimento, contribuído pela falta de infraestrutura econômica e social, além do baixo nível de cultura técnica. A baixa renda per capita, o alto percentual de subnutrição, o analfabetismo e o status de estado de pobreza.

As raízes dessa situação catastrófica são mais políticas do que econômicas. A melhor distribuição de bens e serviços por pessoa anualmente poderia ser assegurada uma vida digna e normal para toda a população do planeta, sem miséria, sem fome e sem as manifestações de violência que resulta da opressão.

A metade do produto social é consumida por 10% da população. Isso significa que 1,5 milhão de ricos pode consumir mais do que os 75 milhões de pobres do país. Essa situação está se agravando no Brasil apesar de sermos um dos países mais bem dotados do mundo para a agricultura, cerca da metade da população é subnutrida. O essencial do aparelho produtivo industrial está concentrado em três ou quatro cidades, o êxodo rural desestrutura a população camponesa e transforma as cidades em aglomerados cada vez menos controláveis. A mortalidade infantil alta, produto de causas ridículas, a

prostituição infantil, contrasta com a vida dos próprios ricos, escondidos atrás de grades e guaritas, imaginando sequestros em cada esquina, criando condomínios irreais protegidos por sistemas eletrônicos futuristas, muros de cinco metros, reforçados por cercas elétricas, “impressionante” burocracia de segurança de portaria de entrada, como se o objetivo de nossa vida fosse a guerra, enquanto no campo social avolumam-se problemas tão dramáticos.

Enquanto as grandes iniciativas do governo se concentram em programas absurdos, os projetos que atendam as necessidades efetivas da população não são preenchidas, além da falta de investimentos em desenvolvimento.

E as decisões sobre o uso dos recursos ? Quando as decisões são tomadas muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades.

A dramática centralização do poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade leva, em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Ladislau Dowbor, “a centralização do poder está diretamente vinculado à concentração de renda, pois apenas com imenso poder central, tanto no nível do Estado como no nível empresarial, é possível que 1% da população se aproprie de um produto social maior do que o destinado aos 75 milhões de pobres.

Por sua vez, a concentração do poder econômico tende a esvaziar os espaços formais de decisão, e constatamos a multiplicação de leis que favorecem a sociedade mas que simplesmente não se aplicam, pois o poder real se desloca para foros informais. Tipicamente, e os exemplos são inúmeros, a Constituição fixa a taxa de juros no nível máximo de 12% ao ano, mas os bancos têm poder para praticar as taxas que desejam.

O problema do poder local que aqui apresentamos envolve portanto a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, constrói a sua transformação e, para dizer de forma resumida, se democratiza”. (DOWBOR, 1994, pág. 17)

Com o novo mapa do mundo a partir de 1991, torna-se evidente que o modelo liberal enfrenta hoje enormes problemas e oferece poucas soluções. Esse mundo, regido por um sistema socioeconômico identificado como capitalismo, não consegue justificar os desníveis sociais e econômicos como herança socialista.

O peso do Estado nessas economias dos países do Norte atinge um nível que beira ou ultrapassa a metade dos seus PNB, e que a aceleração recente desse processo é forte, apesar de toda a ideologia de privatização e “desregulação”. Na Suécia, por exemplo, a participação do Estado na economia chega a dois terços do PIB.

Devemos discutir hoje, a questão de como o Estado se organiza, quem o controla e, sobretudo, a quem serve. Seja ele grande ou pequeno.

O processo de urbanização em nível mundial é extremamente forte. A população urbana cresceu 0,7% ao ano no período de 1980 – 1988 nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e 6,9% ao ano no conjunto dos países em desenvolvimento. No caso brasileiro a população urbana que representava 50% do total em 1965, chegou a 75% em 1988. Em 1980, cerca de 52% da população urbana vivia em cidades com mais de 500 mil habitantes, e a pressão continua forte: o crescimento da população urbana de 3,6% ao ano no período de 1980 – 1988, quase o dobro da taxa de crescimento geral da população.

Hoje, a esmagadora maioria da população, mesmo quando trabalha na agricultura, vive em áreas urbanas, em cidades (população agrícola). A realidade simples que hoje se descobre é que 80% ou 90% das necessidades da comunidade, como construção

e gestão de escolas, organização das redes comerciais e financeiras, criação de infraestrutura de saúde, preservação do meio ambiente, política cultural, entre outras, podem ser resolvidas localmente, e não necessitam da intervenção de instâncias centrais de governo, que tendem a burocratizar o processo.

Segundo Ladislau Dowbor, “o Estado centralizado que temos constitui portanto uma reminiscência de outra época, quando no nível local não existia a capacidade de ação organizada. Hoje, esse mesmo Estado constitui essencialmente um fator de atraso. De certa forma, temos um Estado do século XIX para uma realidade de início de século XXI”. (DOWBOR, 1994, pág. 23)

A intervenção do cidadão sobre a transformação social dá-se mediante dois eixos fundamentais: **o eixo político – partidário e o eixo sindical - trabalhista.**

O **eixo político - partidário** tem como instrumento central a eleição de representantes, e como palco de luta, o Parlamento e a estrutura executiva do governo.

O **eixo sindical - trabalhista** utiliza o instrumento que constitui a negociação empresarial e a greve, e tem como palco a empresa, visando a apropriação mais equilibrada do produto social.

Diante da realidade exposta, penetra em nossa consciência a importância de um terceiro eixo: **a democracia local**, tendo como instrumento a organização comunitária, e como espaço de ação, o bairro, o município, o chamado “espaço local”, ou “espaço de vida”.

O cidadão que vive num bairro que não lhe agrada pensa em mudar de bairro, ou de cidade, mas não pensa muito na possibilidade e no direito que tem de intervir sobre o seu espaço de vida, de participar na criação de uma qualidade de vida melhor para si e para a sua família.

Para justificar o relato, acima, podemos citar: na Suécia, o cidadão participa, em média, de quatro organizações comunitárias, na Venezuela, surgiu com força o movimento de vecinos, na Colômbia, generalizou-se a organização comunitária nas veredas, em São Paulo – o programa de “bolsões residenciais”, ex-prefeita Luiza Erundina introduziu, que envolve o fechamento de várias ruas de um “bolsão” constituído por algumas centenas de residências. Com isso evita-se o trânsito de passagem, dos carros que atravessam velozmente zonas residenciais para cortar caminho, mantendo-se apenas algumas entradas para o trânsito local e os serviços que atendem à área. O efeito dessa medida aparentemente banal é profundo.

Primeiro porque a população se une para discutir a **organização do espaço** onde vive. Para evitar prejuízo em função de interesses minoritários, as decisões necessitam de 70% de aprovação para entrar em vigor.

Tal exemplo evidencia uma série de aspectos sociais positivos:

- a) aumenta a segurança, pois um carro estranho chamaria a atenção;
- b) as crianças podem redescobrir a bicicleta;
- c) as crianças voltam a brincar na rua;
- d) os idosos passam a exigir o banquinho na calçada;
- e) aparece a rede de vôlei que atravessa a rua;
- f) a mãe descobre que não precisa ficar com a criança o tempo todo
- g) volta a imperar o “vá brincar lá fora”.

Esse tipo de alteração na cultura urbana para quem vive em metrópole ou grandes cidades, como Osasco, é uma das poucas formas de o idoso ou a criança

recuperarem o direito ao espaço social, ainda que haja fortes reclamações por parte de quem utiliza a rua apenas para andar mais rápido.

Em suma, a comunidade decide, e o técnico reencontra a sua função real, que é a de se colocar a serviço de uma instância política, ajudando a encontrar soluções adequadas, e não impondo um “planejamento” técnico a uma população passiva.

Depois das primeiras reuniões estimuladas pela administração municipal, a própria existência de um espaço de gestão dos vizinhos leva a que eles continuem a se reunir para discutir outros problemas, como a praça, a arborização, instalação de semáforos, etc.

O ceticismo quanto a importância estratégica dos mecanismos participativos no nível local ainda é grande. É comum a visão de que a organização comunitária que luta por uma casa de saúde ou pela canalização de um córrego desaparece tão logo tenha a sua reivindicação atendida. Isso está evoluindo gradualmente para a compreensão de que as comunidades estão simplesmente aprendendo a participar da organização do seu espaço de vida, e de que esse processo está modificando profundamente a forma como nos organizamos enquanto sociedade.

Esse “terceiro eixo” vem abrindo um espaço político profundamente renovador na nossa concepção de democracia. Na realidade, o que se constata é uma evolução da democracia representativa, exercida a cada quatro anos, para uma democracia participativa e permanente.

A dramática polarização entre ricos e pobres e a necessidade de gerir os milhares de pequenos projetos de desenvolvimento que devem ser promovidos nos 5 mil municípios do país. E isso nos obriga a tomar medidas muito concretas e pragmáticas.

A articulação desses dois processos – urbanização e concentração de renda – constitui o pano de fundo sobre o qual devemos procurar as nossas alternativas de desenvolvimento.

“O Brasil tem mais de 400 milhões de hectares de boa terra agrícola, e lavra menos de 60 milhões de hectares, mantendo a esmagadora maioria das terras agrícolas como reserva de valor, totalmente improdutivas ou como uso simbólico, como a criação extensiva de gado. Os 2% de maiores proprietários de terras controlam 60% da terra arável, enquanto 70% de famílias rurais estão sem terra ou quase sem terra”. (DOWBOR, 1994, pág. 31)

O êxodo rural explode nos centros urbanos e se manifesta, em particular, nas novas periferias, que crescem em ritmo extremamente elevado – taxas superiores a 10% são freqüentes -, sem que as administrações locais tenham possibilidade de garantir saneamento, escolas e outras infraestruturas.

Essa urbanização violenta e caótica, associada à grande miséria que resulta da concentração de renda, coloca a administração municipal na linha de frente da nova geração de problemas econômicos e sociais que se avoluma nos países do Sul.

Essa pressão explode nos municípios, enquanto os escalões superiores continuam com a sua dramática inoperância e os mecanismos de financiamentos seguem ritmos e burocracias completamente absurdos. Aprofunda-se assim a contradição entre os problemas que temos de enfrentar e a estrutura centralizada de Estado que herdamos. O município está na linha de frente dos problemas e em último lugar na hierarquia de decisões do Estado. No Brasil, foi com a Constituição de 1988 que começamos timidamente a dar alguns passos, mas continuamos com níveis de financiamento aos municípios característicos de países pobres, da ordem de 10% ou 12%.

Os municípios controlam cerca de metade dos recursos públicos nos países do Norte, enquanto nos países do Sul essa cifra fica em torno de 10%.

Tanto nos países do Norte como nos países do Sul cada vez mais o cidadão resolve os assuntos no próprio município. Nos países do Sul os responsáveis pelo município adotam o sistema de peregrinação aos governos estaduais e federais para obter cada autorização de financiamento, com todas as deformações no uso dos recursos que isso acarreta.

Os municípios estão presos em arcabouços jurídicos que tornam sua administração um verdadeiro pesadelo cujos recursos possuem sua transferência cercada de uma série de leis e regulamentos. A verdade é que, quanto mais centralizada a decisão, mais técnicos existem, porém menor é o controle por parte da população.

Há uma contradição crescente em ter as formas centralizadas de elaborar, implementar e controlar os projetos e o fato de as necessidades mais prementes do desenvolvimento exigirem um grande número de ações de lógica local.

A própria racionalidade econômica e administrativa exige que as ações se apoiem nos mecanismos locais e participativos. A conferência da Organização das Nações Unidas sobre os Municípios e o Meio ambiente, em 1990, chegou a conclusão de que as políticas ambientais só serão efetivamente implementadas quando as populações interessadas, município por município, decidirem defender a sua **qualidade de vida**. Exige-se cada vez mais aos projetos o controle no nível do ponto de impacto, por meio de comunidade organizada, e não mais apenas no nível das instituições financiadoras centrais.

O município está despontando como um grande agente de justiça social que permite uma democratização das decisões, na medida em que o cidadão pode intervir com

muito mais clareza e facilidade em assuntos de sua própria vizinhança, dos quais tem conhecimento direto, sem a mediação de grandes estruturas políticas.

Segundo Dowbor: **Com o volume de problemas que se apresenta, o poder local já não pode mais ser visto, portanto, como um nível de decisão que se limita à construção de praças, recolhimento de lixo e outras atividades de cosmética urbana. Trata-se de um eixo estratégico de transformação do modo como tomamos as decisões que concernem ao nosso desenvolvimento econômico e social”.** (DOWBOR, 1994, pág. 36).

Experiências recentes, como a da “frente dos prefeitos”, a da Associação dos Secretários Municipais de Finanças ou ainda a dos Consórcios Intermunicipais, mostram que há um imenso campo de trabalho na coordenação intermunicipal, que permite políticas amplas e coordenadas, porém respondendo diretamente aos anseios da população.

É o conjunto do processo de tomada de decisões que precisa ser democratizado, aproximando da população, com uma revisão profunda da hierarquia de competências. Precisamos de um intenso esforço de abertura de espaços, de autonomia local, de renovação tecnológica, jurídica e social.

O espaço local é um espaço em plena revalorização e transformação. Surge com a informática uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal, exemplo – manter cadastros atualizados. As fotos de satélite nos permite realizar rastreamento mais sofisticados no acompanhamento do crescimento da cidade, inclusive na área ambiental. Permite ao cidadão manter sistemas de informação do município e do próprio bairro e obter uma nova transparência administrativa. Na área da limpeza pública, surge uma nova geração de tecnologias, com a participação do cidadão na

separação do lixo e as diversas formas de reciclagem que isso permite: compostagem, produção de energia, reaproveitamento de diversos produtos.

Constata-se, hoje, uma nova geração de soluções e propostas na área de problemas ambientais urbanos: experiências de arborização urbana, redução do transporte automobilístico individual, tratamento de esgotos, segurança municipal, apoio à pequena e média empresa.

A valorização recente do poder local não pode ser vista de forma isolada: trata-se de uma transformação lenta e profunda do conjunto de mecanismos que o mundo “realmente existente” utiliza para organizar o seu desenvolvimento. Temos que entender essa transformação mais ampla como os seus respectivos mecanismos de regulação que são o mercado e o planejamento central.

Em relação ao mercado é entender o seu impacto diferenciado em diversos setores e subsetores, além de entender as suas funções relativas a outros mecanismos de regulação.

Nos países do Sul, o segmento “nobre” das atividades industriais e de serviços produz para o “mercado solvente”, ou seja, os ricos. O outro segmento, que vive em estado de miséria, e não encontra respostas às suas necessidades no setor formal, facilita o desenvolvimento, de forma muito dinâmica, o “mercado informal”, que hoje representa frequentemente até 30% ou 40% das atividades produtivas.

Hoje, já não se pode falar de mercado como de uma coisa só. É importante analisarmos o mercado que conhecemos, diferenciando o “mercado” de mão-de-obra, o de capitais, etc. E também diferenciando as pequenas das grandes empresas, especialmente as monopolistas.

Em relação ao planejamento central, hoje, todos constataam a sua necessidade, mas não como mecanismo universal. Podemos exemplificar – os grandes eixos de infraestrutura, ligados à política energética, de telecomunicações, de transportes, de controle de águas que implicam visão de conjunto com enormes investimentos, obedecendo às necessidades de desenvolvimento equilibrado e de longo prazo de cada país, quando não de um conjunto de países.

Em suma é fundamental buscar os equilíbrios macroeconômicos, num mundo em que os mecanismos financeiros ganharam vida própria. O mercado pode assegurar a coerência da produção em numerosas áreas, mas constitui reconhecidamente um mecanismo muito deficiente de redistribuição.

A economia se internacionalizou, enquanto os mecanismos de política econômica continuam sendo nacionais. O mundo vive uma explosão de reuniões internacionais de presidentes, ministros de finanças, ministros da energia, etc., buscando acordos temporários para compensar a fragilidade dos mecanismos de concentração internacional. Frente a globalização da economia, continuamos ainda sem os instrumentos correspondentes de gestão.

O controle dos processos econômicos internacionais fica de fato nas mãos das empresas globais, que tiram proveito das diferenças econômicas, jurídicas e políticas entre os países e controlam os mecanismos concretos de ordenamento dos fluxos internacionais, por intermédio das suas redes mundiais de serviços financeiros, comerciais e de comunicação.

A verdade é que ninguém – e muito menos o mercado – controla o caos internacional que progressivamente se instala, exemplos: a dívida externa, a concentração

de renda, o tráfico de drogas, a produção e comercialização de armas e a destruição do meio ambiente entre outros.

O instrumento básico do poder local, a **participação comunitária**, frente a essas transformações, adquire uma importância de primeiro plano, não como panacéia, mas como mecanismo complementar de outras transformações concomitantes. O que dão corpo ao chamado **“poder local”**, com a participação das comunidades nas decisões do espaço de vida do cidadão, é a descentralização do planejamento municipal e dos diversos sistemas de participação popular.

“A participação comunitária constitui hoje claramente o mecanismo mais racional de regulação das principais atividades da área social, da urbanização, da pequena e média produção, além de constituir um “lastro” indispensável para o equilíbrio do conjunto das atividades no nível macroeconômico”. (DOWBOR, 1994, pág. 48). A fraqueza desse mecanismo é comum nos países do Sul, diferente dos países do Norte que tem muito a nos ensinar sobre o peso da organização comunitária como forma de assegurar que as atividades econômicas e sociais respondam em última instância às nossas necessidades.

Temos que resgatar a organização dos sistemas participativos da população, para que o cidadão possa exercer a cidadania e influir sobre as condições concretas de vida no seu espaço local. A criação de uma nova cultura urbana que permita à população viver, e não apenas se proteger e sobreviver.

Uma cooperação articulada dos mecanismos de mercado, de planejamento central, de política de renda, de redes interempresariais, de participação comunitária e de concentração internacional são processos produtivos modernos de uma sociedade organizada imprescindível.

A realidade nos impõe, deixarmos de lado os discursos ideológicos e passar a trabalhar com mecanismos flexíveis e diversificados de gestão para abrir espaços aos administradores municipais, as organizações comunitárias e outros personagens do poder local passem a buscar as formas práticas mais adequadas de responder às suas necessidades, sem medo de inovar, de organizar parcerias, de mexer nas hierarquias tradicionais de decisão.

A defesa dos interesses do município se faz através do desenvolvimento equilibrado, com uma base econômica variada, uma situação social mais justa. Trata-se de promover uma visão de longo prazo, e entender que o município, o bairro ou até mesmo um vale numa área rural será o lugar de vida dos nossos filhos, e netos, para quem é preciso deixar algo melhor. Trata-se de dinamizar o que já existe, de ter os pés no chão, de conhecer profundamente a dinâmica existente, para só então intervir.

A pergunta que se deve fazer em cada município é a seguinte: quais são os recursos disponíveis e como estão sendo utilizados ? Exemplos: o solo urbano, subutilização de terras rurais envolvidos na especulação imobiliária e na produção agrícola cria-se uma casta de proprietários que não produzem e não deixam produzir, provocando um “peso” de imobilismo que paralisa o município. Outro recurso geralmente subutilizado é a água que é um recurso social, e o seu uso racional no município deve ser planejado: devem ser estudadas as diversas fontes, confrontadas com os diversos usos. A sua boa utilização constitui na forma mais rápida e mais barata de eliminar as principais doenças e preservar a qualidade de vida.

Um outro recurso, geralmente pouco estudado e subutilizado, é o material de construção. A sua característica de material pesado, e o não aproveitamento de recursos locais significa custos de transporte elevados para produtos de outras regiões. É preciso

conhecer a fundo os recursos locais: pedra, argila, madeira, fibras etc. que permitirá ao município, por sua vez, adotar uma política tecnológica de construção frente as empreiteiras, privilegiando as empresas dispostas a utilizar materiais de construção locais, reduzindo, assim, os custos.

A preservação dos recursos naturais exige, assim, um controle efetivo da comunidade ameaçada, não só para protegê-los como também para assegurar a sua exploração racional.

No Brasil, as empresas privadas ou estatais consideram que não têm satisfação a dar às comunidades em que se instalam, enquanto as prefeituras se limitam a asfaltar ruas, ornamentar praças, pintar as guias de sarjetas, sinalização de solo. O resultado é o nível impressionante que atingiu o esgotamento de solos, a destruição de florestas – com mudanças climáticas como o excesso de chuvas e a desertificação como resultado -, a poluição do litoral de norte a sul do país, o desaparecimento da fauna, do recurso pesqueiro, a poluição dos rios e do ar.

Para tornar os recursos naturais produtivos é necessário mobilizar os recursos humanos. Cada município dispõe de uma determinada força de trabalho. Temos dezenas de milhões de pessoas subutilizadas ou simplesmente não utilizadas para efeito de desenvolvimento econômico.

Eliminar o analfabetismo, universalizar o ensino formal, melhorar a formação dos professores, adequar o ensino profissional à dinâmica econômica local, envolver as empresas e os meios de comunicação de massa na elevação do nível de formação da mão-de-obra, tudo isso exige visão de conjunto e um ordenamento de ações de longo, médio e curtos prazos, o que não pode evidentemente ser deixado para a “mão invisível”, já que o mercado e a “livre iniciativa” são, reconhecidamente, inoperantes nos

investimentos sociais a longo prazo. Quanto a esperar que o governo central tome a iniciativa, trata-se de uma atitude que nunca tirou ninguém do atoleiro.

O município, no Brasil, caracteriza-se pela convivência entre setores adiantados e setores muito atrasados. Isso resulta do progresso tecnológico do tipo “vertical”, que faz avançar muitos alguns setores e deixa outros estagnados, levando à formação de ilhas tecnológicas que não conseguem dinamizar o conjunto do tecido econômico da região.

Os governos durante longo tempo ignoraram o setor informal, mas isso está começando a mudar. Começa-se a entender que o setor informal necessita apoio político e econômico ativo. Afinal está absorvendo a maior parte dos novos trabalhadores, particularmente mulheres, jovens e pobres.

A forte estrutura dos movimentos locais participativos, ao lado de outras estruturas tradicionais, como os sindicatos, é indispensável para que as forças populares constituam um “contrapeso” democrático ao poder organizado dos privilegiados.

Os recursos naturais e os recursos humanos dependem para o seu desenvolvimento do desenvolvimento paralelo da infraestrutura social, do investimento no homem.

É o município que pode assegurar que cada comunidade, cada bairro tenha o seu posto de saúde, a sua escola, o seu cinema, os seus meios de transporte e segurança adequados. Nada como cada habitante para conhecer os problemas do seu bairro.

Entre outras formas de assegurar o contato direto entre os produtores de alimentos e os consumidores são os “sacolões” municipais. Asseguram alimentos mais baratos para a população de baixa renda como obrigam as redes comerciais privadas a se

manter dentro de um patamar razoável de preços. Tendem a exercer um certo controle sobre a intermediação comercial excessiva exercida pelos chamados atravessadores.

A harmonização interna no espaço do município, visando tanto à plena utilização dos recursos humanos como à homogeneidade tecnológica, exigem evidentemente uma participação ampla nas decisões e uma ruptura com as formas centralizadas, em que algumas famílias ou algumas empresas ordenam o seu espaço municipal em função dos seus interesses ou de interesses externos de um ou dois produtos.

É importante notar que a intensidade e as formas de funcionamento do aparelho produtivo e da infraestrutura econômica dependem em grande parte de mecanismos de mercado, dos preços de tarifas e dos preços de venda ao consumidor, acompanhados de uma intervenção consciente e de planejamento.

A infraestrutura bem – dotada de um município assegura que os novos empreendimentos e as empresas existentes encontrarão uma série de condições básicas para funcionar de maneira mais eficiente. A infraestrutura econômica constitui uma área privilegiada da ação municipal.

O planejamento municipal tem de assegurar o equilíbrio das redes de infraestrutura econômica e infraestrutura comercial, de forma que cada bairro, cada comunidade do município tenha um acesso fácil aos produtos básicos. A organização das feiras livres, a criação de circuitos diretos de contato produtor – consumidor, cada vez mais esmagado pela força da grande empresa comercial, definem uma ampla área de intervenção reguladora municipal.

A monopolização e a especulação sobre produtos básicos constituem uma praga em quase todos os países capitalistas. Nos países do Sul, o problema é simplesmente

mais grave, devido ao impressionante nível de monopolização comercial dos produtos de consumo diário.

O município precisa criar a sua “identidade comercial” e deixar de ser simplesmente um ponto de cruzamento de interesses federais, estaduais e de grandes grupos privados. No Brasil, esse problema é particularmente agudo, somos o país dos intermediários – do que no nível da própria produção.

Segundo Dowbor: **“Outra área essencial que deve ser avaliada é a da intermediação financeira. O Brasil herdou do regime militar uma gigantesca máquina financeira, extremamente centralizada, permitindo um elevado grau de monopolização do acesso aos recursos financeiros”.** (DOWBOR, 1994, pág. 67). O que é poder local.

O funcionamento de milhares de agências, constitui um custo para a sociedade. Os bancos financiam esses custos e os seus lucros à custa de juros elevados, que têm de ser pagos pelas empresas. Estas, por sua vez, incluem os custos financeiros no custo de produção, aumentando os preços de venda, e é finalmente o consumidor quem paga, no preço mais elevado do produto, os custos e o lucro da intermediação, cada agência construída, cada minuto de publicidade, os computadores instalados, ainda que não seja cliente de nenhum banco. Essa é a razão por que muitos países, mesmo capitalistas, o sistema financeiro é estritamente controlado. Sendo financiado pela sociedade, deve responder às necessidades sociais.

No Brasil, o controle local sobre os recursos financeiros levantados no município e depositados nos bancos é muito limitado. Os bancos obedecem à lógica econômica dos grupos controladores e se orientam para as atividades mais lucrativas, ainda que isso signifique desviar recursos do município mais pobre para o mais rico ou alimentar

a especulação. Nos Estados Unidos, onde os bancos são predominantemente locais, os cidadãos de um município sabem reclamar imediatamente quando o banco desvia o uso das suas poupanças para outras regiões do país. O município fica, nessas condições, muito limitado no que diz respeito à sua capacidade de determinar a orientação dos recursos financeiros segundo as prioridades reais sentidas no nível local: prioridade para os investimentos sociais ou a infraestrutura econômica, e assim por diante.

Não há dúvida de que hoje as prefeituras tem grande necessidade de intervenção nessa área. O tema tem voltado repetidamente à tona, com os “bancos municipais”, “caixas econômicas municipais” e outras propostas. Tal atraso, nesta proposta, resulta da força dos grandes grupos econômicos privados e internacionais que têm a ganhar com a centralização financeira. Temos hoje um dos mais caros sistemas de intermediação financeira do mundo, que custa para a comunidade entre 50 e 60 bilhões de dólares por ano. O problema que enfrentamos é simples: trata-se de assegurar o uso de recursos que permita maximizar o desenvolvimento, entendido com o aumento da produção, o equilíbrio social no acesso aos benefícios e a preservação dos recursos não renováveis.

Uma administração municipal que se contenta em tapar buracos de rua e ornamentar as praças não necessita de poder local, nem de descentralização, nem de planejamento, e as propostas que aqui desenvolvemos são para uma visão mais ambiciosa, comprometida com o bem estar da população, e com uma visão política de médio e longo prazo.

2. Um breve histórico: a evolução urbana de Osasco

A região metropolitana de São Paulo é gigantesca tanto em relação ao seu número de habitantes como pela extensão de sua área abrangida. Os 8.051 Km² que constituem a Grande São Paulo (a cidade de São Paulo e mais 38 municípios vizinhos), em grande parte já conurbados. Essa grande região constitui-se hoje no polo de maior rede urbana do país e é uma metrópole nacional ou até global, segundo novas classificações do IBGE. Produto de sucessivos processos de desenvolvimento econômico verificados a partir da economia do café no século XIX, o crescimento de São Paulo deu-se com rapidez.

Devemos lembrar a excepcional situação da cidade em relação às condições topográficas de seu sítio, que permitiu articular o interior ao litoral desde o período colonial.

Situada numa região economicamente periférica durante o século XVIII, São Paulo era formada por inexpressivas casas de taipa. Suas igrejas e edifícios das instituições públicas foram marcadas pela simplicidade.

A velocidade e a intensidade com que ocorreu o processo de acumulação capitalista gerada pelo café encontraram pouca resistência contra a derrubada das antigas habitações de taipa. O desenvolvimento econômico que acarretou a entrada de novas

tecnologias vindas da Europa criou a possibilidade de criação de uma nova cidade construída com aço, concreto e tijolos. Na virada do século XIX, a cidade já havia atingido as colinas situadas à margem esquerda do riacho do Anhangabaú e não parou mais de crescer, extravasando o sítio onde nascera, isto é, a colina entre os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí, onde hoje está localizado o Pátio do Colégio, perto do qual se consolidou o núcleo mais antigo da cidade – o triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro. Essa área ainda guarda os raros momentos que testemunham sua história. Aí estão localizados tanto os restos do muro de taipa do colégio em torno do qual se deu sua fundação, em 25 de janeiro de 1554, como o solar da marquesa de Santos, datado de 1802. Próximo a esse local encontra-se um dos mais importantes edifícios da arquitetura religiosa do antigo centro, a igreja de São Francisco de Assis, datada de 1647.

É providencial lembrar que não foram somente os bairros operários e industriais que se expandiram ao longo da ferrovia. Os bairros de Campos Elísios e da Luz tiveram nela um fator importante para o seu surgimento e crescimento.

Os fazendeiros e a sociedade do café instalados no interior paulista serviam-se desse excelente e moderno meio de transporte. Vale lembrar que o trem era para a época o símbolo da modernidade.

Mapa: São Paulo em 1890

No século XVI, Osasco e regiões próximas eram habitadas pelos indígenas do grupo linguístico tupi-guarany. O contingente jesuítico iniciou em algumas dessas localidades o trabalho de adaptação do índio à cultura européia.

José Augusto Moreira, em artigo publicado no Jornal D'Oeste em 15 de março de 1978, assim relata essa época:

“No fim do século XVI, o Padre José de Anchieta, em trabalho de pacificação e catequeses com os índios, percorreu às margens do rio Anhembi (antigo nome

do rio Tietê), fundando povoados. Portanto, ele teria percorrido estas paragens antes mesmo que chegassem aqui outros colonizadores. Em São Paulo surgiu então uma epidemia, o que forçou o êxodo de pessoas para outras localidades, dando início aos povoados de São Miguel, Pinheiros e mais tarde Carapicuíba.

Em 1610 o Padre João de Almeida, jesuíta, vindo de Cananéia e conduzindo cerca de seiscentos índios carijós e pés-largos, instala-se à beira do mesmo rio, dando ênfase a formação e desenvolvimento da Aldeia de Nossa Senhora da Escada ou Barueri, com capela e colégio dirigidos pelos jesuítas”.

No século XVII, com a extinção das sesmarias, parte das terras foram concedidas ao bandeirante Afonso Sardinha e outras ocupadas por pessoas diversas, com direito à propriedade.

Em 1630, aproximadamente, temos a presença, por essas paragens, de Antônio Raposo Tavares, proprietário do sítio às margens do rio Tietê onde hoje encontra-se o complexo de quartéis do exército brasileiro de Quitaúna. É desta localidade que ele partia para o sertão brasileiro a procura de riquezas e aprisionamento de índios que eram vendidos como escravos ao nordeste ou mesmo em suas terras.

Foto1: Casa do bandeirante Antônio Raposo Tavares com a capela ao lado do século XVII

As viagens empreendidas por Antônio Raposo Tavares ao sertão brasileiro, levava à imagem de Nossa Senhora do Rosário que atualmente está exposta numa capela construída em 1922 na localidade onde era a casa do bandeirante, no bosque do 4º BIB em Quitaúna.

No jornal, citado anteriormente, há esse relato:

“Em julho de 1633 Antônio Raposo Tavares, temível pelos seus atos desumanos, possuidor de uma fazenda em Quitaúna, acompanhado de Pedro Leme, Manoel Pires, Lucas Fernando Pinto e outros (eram todos pessoas de prestígio em São Paulo), assalta o colégio e capela dos jesuítas, na aldeia de Nossa Senhora da Escada (Barueri), lançando fora os móveis, fechando a capela, atirando os santos ao rio, aprisionando os índios e expulsando os jesuítas. Ele e seus companheiros foram excomungados, mas não fizeram caso, zombando e rasgando a bula de excomunhão, levada pelo padre Martins”.

No século XVII, o sítio de Quitaúna foi um dos primeiros núcleos de povoamento da região onde hoje é Osasco. Nesse período havia muitos aldeamentos indígenas em nossa região, localizados principalmente em redutos jesuíticos, como Pinheiros, Carapicuíba e Barueri. Esses redutos atraíam às atenções de expedições de aprisionamento de indígenas para serem utilizados como mão-de-obra escrava. A importância dessas expedições prevaleceu até que os portugueses voltassem a controlar o mercado de escravos, então em mãos dos holandeses. Um dos pontos de saída dessas expedições era o porto fluvial chamado Raposo, à margem esquerda do rio Tietê, nos fundos da propriedade do bandeirante Antônio Raposo Tavares.

Em 1796 esse sítio passou a pertencer ao capitão Pedro Vaz de Barros e, mais tarde, a Chico Brito e a seu filho Cândido Mariano de Brito.

Os tropeiros que se dirigiam de São Paulo à Sorocaba, pela Estrada de Itú, passavam por Quitaúna. Eram eles que transportavam mercadorias entre os centros produtores e as novas povoações formadas em torno de veios auríferos. Os caminhos e rotas feitos por eles aceleraram a ocupação de novas áreas. Surgiram vilas, povoados ou simplesmente pousios, ou seja, lugares onde os tropeiros e os animais paravam para se alimentar e descansar. Cotia, Carapicuíba, Itapevi, Barueri e Jandira devem ter sido pousios de tropeiros, mesmo porque estão localizadas por onde passava a rota São Paulo – Mato Grosso.

No século XVIII, a Estrada de Itú e o rio Tietê se consolidam como vias de comunicação da capital com a região centro-oeste e o interior paulista. Iniciava-se a instalação de grandes chácaras em São Paulo, processo esse que se entenderia para a periferia. Na região que viria a ser Osasco, esta ocupação, justamente pelas atividades tropeiras, processou-se de fins do século XVIII até o começo do século XIX.

A antiga propriedade de Raposo Tavares, em 1823, foi doada a ex-escrava Maria Angélica, passando depois para as mãos do seu filho Cândido Mariano de Brito.

Mais tarde, o sítio de Quitaúna passou a pertencer ao coronel Delphino Cerqueira. Supõe-se que ele o adquiriu de João Pinto que era proprietário de grande parte da atual área de Osasco. Tanto que os limites de sua propriedade eram o rio Tietê ao norte, o rio Cotia a oeste, a estrada de Cotia ao sul e os rios Pinheiros e Pirajussara a leste. Essa extensa área foi dividida e aos poucos vendida a outros proprietários: Licínio Camargo, Feliciano Rosa, Victor M. Silva Ayrosa, Joaquim Leonel e Max Leonard. Havia ainda às propriedades de Frederico Lane, próxima à nascente do córrego Bussocaba e outras como o Castanhal de Manoel Rodrigues. E assim, formando fazendas, sítios e chácaras nas terras de Osasco.

Todas essas propriedades eram pouco cultivadas. Eram muito mais uma garantia de poder ao proprietário (reserva de valor), mesmo porque o solo de Osasco não era próprio à agricultura comercial.

“O sítio de Quitaúna era cortado pelo rio Tietê; nele havia uma vila de pescadores chamada Vila dos Remédios. Rio abaixo, as terras pertenciam ao dr. Feliciano Rosa, até um ponto em que um valo (sem nome) sai do rio Tietê. Daí até a foz do Ribeirão Vermelho, um terreno que alargava para o interior pertencia ao dr. Víctor M. Silva Ayrosa.

Descendo o rio Tietê, à margem direita encontrava-se o sítio de Joaquim Leonel, tendo ao fundo o sítio da Cavaca, propriedade de um alemão, Max Leonard”. Helena Pignatari Werner, pág. 251, O Artesanato no Município de Osasco em fins do século XIX”.

Somente ao final do século XIX é que houve um retalhamento das grandes chácaras que formavam Osasco. Surgiram então pequenas propriedades e intensificou-se o povoamento. Este acontecimento, em conjunto com o processo de imigração, deu início a uma pequena urbanização e a instalação das primeiras indústrias em Osasco.

Em 1903, os herdeiros da ex-escrava Maria Angélica conseguiram a posse de uma parte das terras do coronel Delfino Cerqueira. Um dos herdeiros Cândido Mariano de Brito colocou a propriedade à venda. E o coronel Cerqueira teve que comprá-la pela segunda vez.

A cidade de São Paulo começou a apresentar um certo desenvolvimento a partir de 1850. Nessa época, na região onde hoje se localiza Osasco e ao seu redor, existiam apenas fazendas de solos pobres, nas margens inundáveis do rio Tietê, como as das famílias: Camargo, Jaguaribe, Brícola, Rodrigues Borba, Paes da Silva, Leite Penteado e do senhor Bento Manoel da Costa.

A entrada de imigrantes no Brasil aumentou a partir de 1888, época em que houve a abolição da escravidão. Em São Paulo, a lavoura do café se expandia e começavam a se instalar as primeiras indústrias. Os imigrantes chegavam para substituir os escravos na lavoura e para suprir a falta de operários qualificados nas fábricas. Em Osasco, chegam primeiro os italianos, atraídos pelo seu patrício, o pioneiro Antônio Agu. Depois vieram os armênios, russos e poloneses, seguidos pelos alemães, portugueses e outros.

Foto 2: Vista panorâmica de Osasco - Início do Século XX. (Acervo do Museu de Osasco)

O núcleo central de Osasco integrou-se, como era natural, em torno da Estrada de Ferro Sorocabana, abrangendo o Largo de Osascol, as ruas da Estação, André Rovai, Primitiva Vianco, e os trechos iniciais, a partir do Largo, das ruas Antônio Agu e João Batista.

Foto 3: Largo de Osasco/ Estação Ferroviária- Década de 1930. (Acervo do Museu de Osasco)

Os terrenos entre o rio Tietê e a Estrada de Ferro Sorocabana, desde o córrego Boycicaba até o córrego Aguadinha, foram adquiridos por Manuel José Rodrigues (Maneco), de origem portuguesa, que ali abriu um armazém, e o local passou a ser conhecido como o bairro do Maneco.

No início do século XX as ruas mais importantes de Osasco eram a Rua da Estação e a Rua André Rovai, ambas no centro de Osasco, separadas pela linha férrea.

Além da Vila Osasco (centro), que surgiu em torno da Estação, surgiram outros núcleos habitacionais, também bastante antigos, como o Bussocaba (derivado do córrego Boycicaba), onde estava localizada a Cartiera, o Jardim Mutinga, o Jardim Piratininga, o bairro do Maneco, a Vila Nossa Senhora dos Remédios (antiga comunidade de pescadores às margens do rio Tietê), Presidente Altino, a Vila São José, a Vila Quitaúna (onde em 1922 foi instalado o Quartel) e o Km 18, cujo povoamento começa por volta de 1925.

O isolamento, entre si, das várias vilas que formavam Osasco no início do século explica-se, em parte, pela presença do rio Tietê, que corta a localidade ao meio

Em fins do século passado e começo deste século, os meios de transportes mais usados pelos habitantes deste núcleo, eram os animais de carga, as carroças e as charretes. E, em 1895, com a construção da Estação, os trens passaram a parar em Osasco permitindo uma nova ligação com outras localidades.

Mais tarde, o Sr. Antônio Mazzoni introduziu em Osasco uma linha de “jardineiras” que transportava os habitantes até Pinheiros, através da Estrada de Rodagem Pinheiros-Osasco.

Foto 4: Jardineira do início do século XX. (acervo do Museu de Osasco)

Em São Paulo, a riqueza obtida com a lavoura de café financiou o começo da industrialização, que se iniciou em fins do século XIX. Muitos imigrantes italianos, ingleses, franceses, foram pioneiros da atividade industrial no Brasil. Como vimos, Osasco é um bom exemplo disso.

A localização de Osasco, próxima à capital, mais as facilidades apresentadas por ser servida pela ferrovia, contribuíram grandemente para o desenvolvimento da região, pois esses fatores atraíram para cá grande número de empresários e trabalhadores, incentivando o progresso e o desenvolvimento.

O progresso de Osasco deve-se à fundação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção de uma estação para a parada de trens, no quilômetro 16.

De leste a oeste, Osasco é atravessado pelo rio Tietê que, até a década de 50, fazia um meandro exatamente em sua parte central. Após a canalização, pode-se dizer que o

município é dividido quase ao meio pelo rio Tietê. Fazem parte, também, da hidrografia do município, os ribeirões Bussocaba, Carapicuíba, Vermelho e córrego João Alves.

O rio Tietê foi muito importante como caminho utilizado pelos índios, bandeirantes e pessoas interessadas em tomar o rumo do Paraná, Mato Grosso e Paraguai (século XVII), e mais tarde no transporte de materiais de construção para a capital paulista.

Até por volta de 1940, a travessia para a zona norte de Osasco e região de Campinas era feita de balsa.

Foto 5: A balsa que fazia a travessia para o bairro do Rochdale – 1941. (Acervo do Museu de Osasco)

A cidade de Osasco é cortada no sentido leste-oeste, formando um vale que foi aproveitado pela então Estrada de Ferro Sorocabana, responsável pelo nascimento de nossa cidade.

Foto 6: Vista para o norte da Rua Antônio Agu em direção ao Largo de Osasco – Estação Ferroviária – 1937. (Acervo do Museu de Osasco)

Hoje, o rio Tietê se transformou num esgoto a céu aberto e perdeu as suas características primitivas.

No trecho de Osasco, o percurso natural do rio Tietê também foi desviado com a abertura de um canal na década de 40.

As condições climáticas oscilam entre 12°C no inverno e 26°C no verão. A precipitação pluviométrica anual está em torno de 2.000 mm anuais.

A vegetação primitiva foi totalmente “degradada” pela ocupação humana. Percebe-se, nas várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, vegetação arbustiva e recobrindo as colinas, formações herbáceas totalmente desordenadas e descontínuas.

3. A formação geomorfológica de Osasco

A região de São Paulo é um pequeno compartimento topográfico da porção sul-oriental do Planalto Atlântico Brasileiro. Sua origem depende da presença de uma pequena bacia de sedimentação moderna (quaternário), aninhada em meio de terrenos antigos, acidentados e drenados pelo alto rio Tietê. Este, nascendo nos maciços antigos das abas continentais da Serra do Mar dá costas ao oceano, decaindo para o interior das terras planálticas de São Paulo, em busca do eixo do rio Paraná.

A grande região de São Paulo, inicia-se em torno de Mogi das Cruzes, passando pela capital, Osasco, Carapicuíba, Barueri e indo até Itapevi. Por outro lado, em sentido transversal ao rio Tietê, estende-se das abas meridionais da Serra da Cantareira e do Jaraguá, formando assim a “Grande Mancha Metropolitana” que no, sentido leste – oeste, estende-se por aproximadamente 70 quilômetros em linha reta.

As várzeas paulistanas, muito bem representada no fundo dos vales do Tietê, Pinheiros e Tamanduaté, constituem planícies aluviais típicas, de relevo local nulo, outrora sujeitas à grandes inundações anuais, as quais, até certo ponto, responderam pela demora da urbanização das mesmas; sendo que tal relevo, corresponde em Osasco, aos bairros de Presidente Altino, Centro, norte do Km 18 e Quitaúna, por apresentarem uma altitude quase idêntica.

Na realidade, trata-se de uma bacia sedimentar moderna (quaternário), encravada em terrenos cristalinos muito antigo. O embasamento dessa bacia, referida, é composta de rochas cristalinas de formação pré-cambriana (período em que aparece os primeiros sinais de vida rudimentar). Em volta desta, observa-se somente terrenos antigos similares: ora graníticos, ora gnáissicos, ora xistosos.

- QUATERNÁRIO - Argila orgânica mole espessando camadas de pedregulhos
- TERCIÁRIO - Camadas superficiais, argila vermelha porosa
- TERCIÁRIO - Camadas superiores, camadas de argilas rijas e duras, cores variadas, entremeadas de lentes de areia finas e médias argilosas avermelhadas
- TERCIÁRIO - Camadas inferiores: areias grossas e médias argilosas e lentes de argilas
- EMBASAMENTO CRISTALINO

Página 93

SEÇÃO GEOLOGICA DE UMA DAS PORÇÕES CENTRAIS
DA BACIA DE SÃO PAULO
Fonte: O Guia da Est. de S. Paulo - 1ª edição
da Capital Paulista, 1908, p. 12, 13

Outrora, um rio Tietê, antepassado do atual, teria sido barrado por pequenas e complicadas falhas, favorecendo a criação de lagoas tectônicas (depressão do terreno causada por distorção, no qual acumulam detritos provenientes das regiões vizinhas) de contornos variáveis, porém de certa permanência na região hoje compreendida entre os sopés da Cantareira e São Bernardo, de Mogi das Cruzes até Osasco, e, de Santo Amaro até a área que precede o maciço de Cotia. O clima da época deveria ser mais seco que o atual, comportaria estiagens prolongadas, embora sem o grau de semiaridez que se aponta para a época, das bacias de Curitiba e Taubaté.

Cessada a sedimentação pliocênica (sedimentação ocorrida quando está surgindo os primeiros himinidas, ou seja, mamíferos primatas que tem como tipo o homem), os rios Tietê e Pinheiros teriam retomado seu roteiro na direção oeste – nordeste do Estado, passando a erodir e retalhar os depósitos que eles mesmos haviam ajudado a construir. Entalhando seus vales através de sucessivas retomadas de erosão, vão, paulatinamente, deixando os seus espigões divisores à mercê dos processos morfoclimáticos quaternários, período este em que a fauna, flora e o clima são relativamente semelhantes aos de hoje, e também, caracterizado pelo aparecimento do homem.

Olhando Osasco no sentido sul-norte, deparamos com um imenso elevado sobressaindo entre os outros maciços da região. Trata-se do Pico do Jaraguá com seus 1.127 metros de altitude, apresentando, em sua formação, lentes de quartzito, altamente resistentes, aliado ao efeito de erosão diferencial que ressaltou aquela massa isolada de rochas resistentes, sendo que se apontam influências tectônicas secundárias para explicar um de seus bordos mais íngremes.

A formação geomorfológica da cidade de Osasco não difere da Grande São Paulo. Com relação à altitude, apresenta alguns bairros bem elevados, principalmente aqueles situados nas proximidades do Pico do Jaraguá (Zona Norte), tais como: Jardim Santa Fé, Três Montanhas e outros, com altitudes que variam entre 825 a 958 metros. Na Zona Sul da cidade – do centro até as proximidades da Rodovia Raposo Tavares temos algumas variações: o centro encontra-se numa altitude que varia entre 719 (vale do rio Tietê e bairros adjacentes); a 750 metros (início do Jardim das Flores, etc). Seguindo em frente, o bairro da Vila Yolanda apresenta um “topo” de 802 metros, depois vem uma depressão de 775 metros, dando início ao Jardim Santo Antônio. Este, apresenta um elevado, somente superado pelo bairro do Novo Osasco de 816 metros no espigão da Avenida João de Andrade. Em tais circunstâncias, segue a maioria dos bairros da Zona Sul de Osasco: ora depressão, ora elevados, acentuando bem às características da nossa cidade de poucas planícies. Quando estas aparecem são nas proximidades do rio Tietê.

Fonte: Planta de Osasco com Curva de Nível

Elaboração: Equipe Técnica do Museu/1991.

Nesta visão altimétrica de bairros da Zona Sul, cabe-nos identificar o Jardim Novo Osasco como um sequência do espigão do Jardim Santo Antônio no sentido oeste – leste, apresentando-se como o bairro mais alto dessa região: são 843 metros de altitude nas proximidades do Largo do mesmo nome (Largo do Novo Osasco)

Voltando-se ao horizonte geográfico a oeste da cidade de Osasco, divisa com Carapicuíba, percebemos que as elevações ao norte e ao sul vão numa visão superficial, aproximando-se e formando um estreito em que a fusão só será evitada, além de Carapicuíba, pela passagem do rio Tietê que ganhará o interior paulista.

4. Antônio Agu: o poder econômico (a imagem de um espaço produzido para ser vendido)

A origem da cidade de Osasco deve-se realmente a um italiano de nome Antônio Giuseppe di Pietro Agu, funcionário da Estrada de Ferro Sorocabana, que em 1887, precisamente 04 de junho, conforme escritura lavrada no 2º Cartório e citada no Jornal Diário de Osasco de 06 de Junho de 1989, Antônio Agu compra do senhor João Pinto Ferreira uma olaria e seu terreno contendo casas, rancho, forno e plataforma de carga e descarga de trens. Essa propriedade compreende uma gleba de terra entre os córregos Bussocaba e Aguadinha, e tornou-se fornecedor da Estrada de Ferro Sorocabana, à qual vendia areia, telhas e tijolos.

Quando em 1895, foi aberto pela Sorocabana, o desvio do Rio Boycicaba (hoje Bussocaba), houve necessidade de melhorar o serviço telegráfico, em vista do grande movimento que começou a registrar-se. Antônio Agu, logo a seguir, construiu uma estação de alvenaria no Km 16 da ferrovia e a ofertou à Companhia Sorocabana, pedindo-lhe que fosse essa estação chamada Osasco, nome de sua terra natal na Itália.

Relatório da Companhia União Sorocabana e Ituana, do ano de 1895, comprova esse fato:

“Acha-se aberta uma estação no quilômetro 16, denominada Osasco, que tornou-se necessária para desvio de trens. Ass. G. Oeteker, superintendente. Sorocaba, 20 de agosto de 1895”. (Relatório da Companhia União Sorocabana e Ituana, ano 1895:31-32).

“Já bem antes, em 1874, o mesmo George Oeteker julgava necessário, para o bom desenvolvimento do tráfego, estabelecer estações intermediárias entre São Paulo e Barueri, São José e São Roque, São Roque e Piragibú, Piragibú e Sorocaba, Canguera e Pantojo.

Assim nasceram Osasco e diversas outras localidades da região, a princípio simples estações da Sorocabana”. (Helena Pignatari Werner, 1967:252)

O Senhor João Pinto Ferreira era um grande latifundiário desta região. Pessoa essa que vende parte de suas propriedades a outros. Entre tais, encontra-se Antônio Agu que no ano seguinte, 22 de fevereiro de 1888, compra de João Pinto e esposa o sítio Ilha de São João. Com mais ou menos 7 milhões de metros quadrados de superfície, com o intuito de torná-la atrativa e despertar ali novas fontes de trabalho.

“Saibam quantos este público instrumento de escriptura de venda e compra de sítio saibam, que no ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta, aos vinte e dois de fevereiro, nesta imperial cidade de São Paulo...perante mim compareceram as partes entre si justos e contratados a saber: como vendedores João Pinto Ferreira e sua mulher D. Chumbina Leopoldina Ferreira e comprador Antonio Agu... eles outorgantes são legítimos possuidores de um sítio denominado “Ilha de São João”, sito no kilometro 16 da Estrada de Ferro Sorocabana no distrito freguesia da Consolação, termo comarca desta capital com área de quatrocentos alqueires mais ou menos... tendo na terra e composição contendo trinta mil pés de vinha, algumas centenas de uvas, árvores frutíferas e de touceiras de bambus, grandes plantações, tendo ainda o sítio uma casa a margem da estrada de

rodagem, quanto aos ranchos pintados e a casa na frente dita, casa de fábrica de farinha com engenho a água e suas provisões e mais outras casas em diversos pontos, dividindo o mencionado sítio do modo seguinte: tomando a linha férrea Sorocabana, do kilometro 16, seguindo o arroio Boy-cicaba acima, até encontrar o vallo que divide com terras e campos do Doutor José Nogueira Jaguaribe Filho e por esse vallo acima do arroio João Alves e por esse arroio abaixo, até a linha férrea Sorocabana, aproximadamente kilometro 18, e ahi pela mesma linha, até entrar no mesmo arroio Boy-cicaba... venderam acompanhado das casas, alguns moares, benfeitorias, plantações, utensílio de lavoura e o gado constante de dezessete bois mansos, de carro, incluindo alguns fugitivos, cinco vacas e terneiros, cinco animais cavalares, isto é, duas bestas, um cavalo, duas éguas, três carros de boi, uma carroça... pela quantia de vinte contos de réis”. (Escritura de Compra e Venda do sítio Ilha de São João; 3º Tabelionato de São Paulo; Diário de Osasco, 29/9/1989.)

Por volta de 1890, Agu resolveu ampliar a pequena olaria que havia no sítio, aproveitando a presença de argila ali existente, própria para a fabricação de tijolos e telhas. Convidou para sócio o Barão Sensaud de Lavoud, e a olaria passou a fabricar tubos de esgotos e cerâmica, dando origem à Companhia Cerâmica Industrial de Osasco que mais tarde virá a ser chamada de Hervy.

Em 1892, Agu, implantou uma indústria de cartonagem que no primeiro momento ganha o nome de “Cartieira” por sua atividade de fabricação de carteiras de cigarros. Primeira fábrica de papelão da América do Sul. Nesse novo empreendimento associou-se ao industrial Narciso Sturlini, que posteriormente se associou aos Matarazzo,

fornecendo Agu o capital necessário e aproveitando a queda d'água do rio Boycicaba para uso industrial dos seus recursos hídricos.

Foto7: Córrego Boycicaba e ao fundo a Fábrica de Cartonagem Cartiera- 1892. (Acervo do Museu Osasco)

Antônio Agu fundou em 1895, a Sociedade de Importação e Exportação Henrico Dell'Acqua, depois Cotonifício Beltramo, e atualmente o espaço é ocupado pelo Shopping Osasco (de recente tragédia com mortes, inválidos e sem culpados).

“Antônio Agu, quando comprou essas terras, já tinha em mente fazer de Osasco um núcleo de grande desenvolvimento, provavelmente industrial. Nas suas viagens pela Sorocabana, parece ter-se impressionado com as indústrias existentes principalmente em São Roque. Daí fundar uma olaria e desenvolvê-la, com seu

sócio Sensaud de Lavoud, como fábrica de tubos e cerâmica. Um de seus objetivos era atrair capitais de São Paulo para Osasco.

Bem por isso, procurou Antônio Agu dar a Osasco condições de habitabilidade, vendendo partes de suas terras próximas a estrada de ferro a diversas famílias de origem italiana. Estas desenvolveram aí sua vida e capacidade profissional. Começaram modestamente. Adquiridos os terrenos, porém, deram início à construção de casas. Assim principiou a formar-se o conglomerado urbano que viria transformar-se num grande bairro e alcançaria a emancipação política e administrativa, passando a município, no ano de 1962.

Segue-se um exemplo de numerosas vendas de terras feitas por Antônio Agu e registradas no Cartório da Primeira Circunscrição de Registro de Imóveis (São Paulo – Capital). É do princípio do século, quando começava a delinear-se a existência da nova localidade. A ortografia da época está respeitada:

Número de ordem:

41.208

Data:

Nove de junho de mil novecentos e cinco.

Freguezia do Immoval:

Consolação, desta Capital.

Denominação ou rua do immovel:

Villa Ozasco.

Confrontações e características do immovel:

Um terreno medindo trinta metros de frente por noventa e um metros e meio de fundos, confinando pela frente com a linha férrea Sorocabana, de um lado, com João Collino, de outro com elles vendedores e nos fundos com Cesare Pancardi.

Nome e domicílio do adquirente:

Pietro Michelli, proprietário, residente nesta Capital.

Nome e domicílio do transmitente:

Antônio Agu e sua mulher Benevutta Chiaretta Agu, proprietários, residentes nesta Capital.

Título:

Venda e Compra.

Forma do título – Tabelião que o fez:

Escritura de 10 de maio de 1897, lavrada nesta Capital, nas notas do 4º Tabelião – Dr. Manoel José da Silva.

Valor do Contrato:

RS. 1:921,000 (um conto, novecentos e vinte um mil réis).

Condições do Contrato:

Não há.

Cartório da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis

Vendas de Antônio Agu”. (Helena Pignatari Werner, 1967:254).

Agu fez plantar em suas terras 50.000 videiras (tradição italiana), 30.000 pés de peras, maçãs, ameixas, laranjas, cidras, limões, jabuticabas, além de plantações de

aspargos, vendidas no mercado de São Paulo, arrozais e 20.000 pés de amoreiras. E providenciou o aterro de uma gleba de terra, quase toda pântano, plantando ali 50.000 pés de “eucaliptus globulus”.

Boa parte das terras que havia comprado de João Pinto são vendidas a terceiros, na maioria conterrâneos, os quais transformaram a localidade em aglomerado de chácaras de pequenas ou grandes atividades econômicas, ou mesmo só terrenos (lotes) para fins residenciais.

Dentro de uma cronologia de vendas de tais terras, retirada do inventário de Antônio Agu, feito em 1904, e trânsito em julgo, podemos citar:

1893 – Camoratti e Ciriaco

1896 – Irmãos Gionnetti e Zampsiesi Primo

1897 – Leandro Micheli e João Bríccola

1898 – Zambiacchi, novamente João Bríccola, João Collino, Cesare Locadi, Lachã Bogdanoff, Manoel Barasfiola, Henrico Dell’Acqua e Regine Ceroni

1899 – Antônio Franzoi, Germina Franchini, Cesare Mischi, Levy Irmão, Salvatore Preste, Antônio Denossa, João Genta, Ecolle Ferré, Guintini Domenico

1900 – João Bríccola, Iterija Petro, João Carlette, Sensaud de Lavaud, Comondona Sebastiano, Giuseppe Barbiese, Giometti Irmãs, Viúva Fabri, José Belli, Irmãos Granette, Ecolle Ferré, Conrado Foryjenichi, Giacomo e Giovani, Comandona Sebastiano.

1902 – Narciso Sturlini (160.000 m²)

1903 – Martinelli Agostinho, Angelo Est, Domingo Spada, João Cesori

1906 – Companhia Sorocabana

1907 – Dr. Victor da Silva Ayrosa e Felice Bordato.

(Fonte: Jornal O Diário de Osasco em 11/05/1989)

Neste momento histórico, estamos presenciando uma transformação na “Villa Osasco” a passos largos. A atividade industrial, pensada por Antônio Agu, vai tomando forma mais nítida. A população existente, na frente os italianos, vai transformando a localidade num verdadeiro centro socioeconômico e político. Por outro lado, foram vários os empreendimentos não tão bem sucedidos, por Antônio Agu, como os apontados acima.

Ainda ao final do século XIX, com dinheiro emprestado do banqueiro Giovanni Briccola (João Briccola) que tinha uma íntima ligação com Antônio Agu em seus empreendimentos, financiando-os ou servindo como intermediário. Agu, em 1900, constrói 200 casas de operários ao longo da estrada de ferro para abrigar funcionários locais que o pagaria em prestações. Tem início a Rua da Estação.

Devido às características de crescimento da “Vila Osasco” (assim como a maioria das cidades próximas a uma estrada de ferro, onde seus primeiros habitantes procuram se estabelecer num centro comum e aglutinador), a rua da Estação, nas primeiras décadas do século XX, como afirmamos acima, é nitidamente a mistura de um local residencial, comercial e cultural. Tal característica vai perdurar por longos anos até que o crescimento da cidade toma outras direções.

As terras que Antônio Agu possuía próximas à Estação foram vendidas às famílias italianas. Com a venda dos lotes organizou-se um comércio local que pelas próprias potencialidades de profissionais de diversos ramos, que para Osasco se dirigiram, deram um primeiro passo de maneira a estruturar a Vila para receber e se engajar ao desenvolvimento que estava por vir a Osasco.

Por volta de 1898 havia três olarias em Osasco: as de Delphiino Cerqueira, a de Evaristhe Sensaud de Lavaud e a de Manuel José Rodrigues. A existência das olarias leva a um processo específico de industrialização mesmo antes da entrada dos imigrantes italianos e outros tipos de fábricas em Osasco. E iria contribuir sensivelmente, devido a estrutura, para um crescimento industrial. Osasco não conheceu somente olarias. No bairro do Maneco, entre o rio Tietê e a estrada de ferro, do Bussocaba até a Aguadinha, organizou-se uma indústria doméstica de pitos de barro pertencente a Maximiliano Viviani e família.

“ARTESANATO – A FABRICAÇÃO DE PITOS

Maximiliano Viviani chegou a Osasco no dia 20 de fevereiro de 1895, vindo da cidade de Pisa, na Itália. Trazia na bagagem a ferramenta de trabalho que sustentaria toda a família: moldes de pito, de madeira, além da técnica para sua fabricação.

Maximiliano e sua esposa, Rosa Dal Oste Viviani, foram residir no bairro do Maneco, onde, com os filhos e netos, desenvolveram um artesanato que viria a ser conhecido em todo o país.

Dedicaram-se a essa atividade, além de Maximiliano e a mulher, três filhos e três filhas.

Os filhos: Lanchioto, com a esposa e os filhos Rosina, Elza, Gino, Américo, Roberto (Gino, o menor, não chegou a trabalhar na produção de pitos); Eclísio, com os filhos José, Nelo, Alfredo e Mário; e Gino, que contribuiu menos, mesmo porque suas duas filhas não trabalharam com a família.

As filhas de Maximiliano eram Élide, Amélia e Dósola. Além dos membros da família, somente trabalharam na fabricação de pitos dois jovens de fora: Atílio Fabri e João Recke, que ajudaram durante certo tempo.

PROCESSO

O processo de fabricação consistia basicamente no seguinte: de início moldava-se em barro o modelo de madeira trazido da Itália. Esse barro recebia um corte lateral – horizontal, que permitia a retirada no modelo de madeira. Ficava pois o molde de barro em baixo-relevo: derramava-se gesso nesse molde, o que permitia extrair um modelo de pito fundido em gesso. Para receber o gesso, o modelo em barro era amarrado fortemente e envolvido com papelão. Obtinha-se dessa maneira não mais um modelo em baixo-relevo em barro (que não podia receber o chumbo derretido), e sim em gesso. O mesmo processo era usado para se obter as duas metades em baixo-relevo de gesso.

Com a forma do pito moldada em gesso, repetia-se ainda o processo, nela derramando chumbo derretido. Formava-se assim o molde definitivo, onde se colocava depois barro, chegando-se então ao produto final.

O modelo em chumbo tinha dois orifícios laterais: um deles destinava-se ao cabo do pito; o outro era reservado para a colocação do fumo. Por aqueles dois orifícios eram introduzidas duas peças de madeira pontudas, uma mais larga do que a outra e cuja finalidade, naturalmente, era assegurar as aberturas do pito. Em italiano essas peças eram designadas pelo nome de “espinas”, que não tem correspondente em português.

O MATERIAL

A Sorocabana, sem o saber, fornecia muito material para o artesanato dos Viviani. Restos de chumbo que sobravam dos consertos dos postes da estrada de ferro eram por eles utilizados. Esse chumbo era derretido num cadinho tipo frigideira com cabo longo: a seguir, era derramado nas formas.

O barro usado para fabricação dos pitos era retirado da beira do Tietê (canal velho), região que pertencia à chácara de Manuel Rodrigues (Maneco), sem necessidade de pagamento. Esse barro era sovado por Maximiliano (que logo percebeu o apelido de “Pipaio”, ou seja, “Piteiro”), durante duas horas, com uma barra de ferro. Só então, pçodia ser colocado na forma de chumbo.”

(Helena Pignatari Werner – O artesanato no município de Osasco em fins do século XIX – uma família Viviavi – a fábrica de pitos. Separata do III Simpósio dos Professores Universitários de História – Franca – SP)

Os pitos eram vendidos para o Brasil, através das firmas Irmãos Del Guerra e Casa Ranieri que detinham o monopólio no Estado.

Com o surto industrial a fábrica de pitos foi superada e abandonada pelos Viviani e Osasco começa a assumir novas características.

Não só de pitos e olarias viveu a Vila de Osasco. Em 5 de novembro de 1896, Antônio Agu dá arrendamento à fazenda Vila Osasco para A. Duquenoy no intuito de estabelecer uma vinícola, atividade já existente nessas terras. No contrato, Antônio Agu deveria vender as uvas para A. Duquenoy que as transformaria em vinho. Quando Agu

compra as terras de João Pinto, essas tinham 30.000 pés de uvas e sete anos depois a produção continuava a mesma.

A atividade vinícola encontrava um grande obstáculo, que na época não parecia ser transponível, a concorrência com o vinho europeu, mais barato que o nacional. Essa questão passaria por um problema na produção e tecnologia empregada. Só um ano depois de Agu ter arrendado essas mesmas terras a Evaristhe Sensaud de Lavaud que a vinícola se extinguiu.

Evaristhe Sensaud de Lavaud e os demais proprietários de olarias contribuíram inicialmente e decisivamente para o processo de industrialização da Vila Osasco.

Em 1900, Agu chamou dois hábeis curtidores de pele e montou uma fábrica, com energia a vapor, que dava ocupação a outros 50 operários.

Antônio Agu chegou ao Brasil em 1872, com 27 anos de idade. Fixou-se numa das primeiras cidades a mudar o seu cultivo de canavieiro para cafeeiro. São João do Capivari possui manchas de terra roxa e, no final do século passado, era uma próspera e bem sucedida cidade: olarias, engenhos, fábricas de máquinas agrícolas, plantações e uma indústria de construção civil muito próspera. Capivari, bem como São Paulo, trocavam as suas construções de pau-a-pique por alvenaria. Antônio Agu viveu 15 anos nessa próspera cidade.

“Essas aquisições de bens só foram possíveis após a construção do Engenho Central de Capivari, erguido pelo empreiteiro Antônio Agu e financiado pelo fazendeiro Hanry Raffard. Esta construção que ainda existe na Vila Raffard, em Capivari, teve seus juros financeiros garantidos pelo governo da Primeira República.

Assim, a construção do engenho ocorreu entre 1885 e 1887, e o imigrante passou a ter poder de compra sobre uma propriedade, sítio ou olaria.

Analisando as condições e as necessidades do vendedor, as dívidas o obrigavam a vender parte e, depois, o todo de sua propriedade, pois a mudança do ramo de negócios, de comerciante para sitiante/agricultor, transformou-o em devedor de José Mariano. Ainda que boa parte de sua dívida estivesse bem empregada no sítio que comprou de Francisco Correa Cerpellos, em 1881, a olaria, as vinhas e a fábrica de papel não era suficiente para sustentar a família.

Em 1894, veio a primeira crise do café, pós - República. Isso fez com que Antônio Agu precisasse vender uma pequena parte de suas terras, no sítio, pois o dinheiro do empréstimo do Banco União de São Paulon já havia sido gasto, na melhoria das indústrias e na construção de outras casas”.

(Mara Danusa, 1995. Jornal “O Diário de Osasco”)

As implantações socioeconômicas começaram a surgir. A Estrada de Ferro, poderoso agente urbanizador, desempenhou aí papel fundamental. A mão-de-obra européia começou a fazer parte desse novo contexto.

Aqueles imigrantes que vieram habitar o Km 16, no fim do século passado, tinham tradição urbana e a par de desenvolverem técnicas agrícolas, iniciaram um processo artesanal e a seguir manufatureiro, comercial e de prestação de serviços, que favoreceu a fixação de mais e mais pessoas neste ponto central. A transformação das atividades artesanais em industrial e, conseqüentemente, a necessidade de um maior contingente de trabalhadores, também contribuíram para caracterizar Osasco como bairro industrial.

O núcleo central de Osasco integrou-se, como era natural, em torno da Estrada de Ferro Sorocabana, abrangendo o Largo de Osasco, as ruas da Estação, André Rovai, Primitiva Vianco, e os trechos iniciais, a partir do Largo, das ruas Antônio Agu e João Batista.

Mais tarde, Agu arrendou a Fábrica Cerâmica Industrial Osasco a fabricantes franceses (Sensaud de Lavoud e Hermann Levy). Conseguia, dessa forma, Antônio Agu, atrair para a região o primeiro investimento de capitais estrangeiros.

Foto 8: Vista da Fábrica Cerâmica Industrial Osasco e Via Férrea. (Acervo do Museu de Osasco)

“O lugarejo transformou-se em distrito. O parque industrial crescia a olhos vistos. Casas residenciais e comerciais despontavam em número crescente por todos os lados. Agu realizara seu grande sonho – a sua Osasco era uma realidade concreta destinada daí a alguns anos a ocupar o quarto lugar entre os principais municípios do Estado”. (Jornal Municípios em Marcha, 09/06/1973)

Antônio Agu nasceu em uma pequena cidade chamada Osasco, na verdade era um pequeno povoado, na região de Piemonte, no dia 25 de outubro de 1845, foi batizado no mesmo dia por um parente materno Don Michelli Vianco que assim como seus padrinhos Giuseppi e Luiggia Vianco eram agricultores em Osasco (Itália).

Chegou ao Brasil em 1872, com 27 anos de idade, tinha vivo apenas um irmão João Batista Agu.

Antônio Agu foi casado com Bevenuta Chiaretta da qual se desquitou na Itália. Dessa união teve uma única filha: Primitiva Agu, nascida na Itália aos 22 de junho de 1872, a qual foi casada com Antônio Vianco e veio a falecer de parto dezesseis dias após o nascimento de sua filha Giuseppina aos 04 de julho de 1889 em São Paulo.

Foto 9: Antônio Agu e família. Sua residência em nossa cidade localizava-se onde atualmente é o cruzamento da avenida dos Autonomistas com a rua Dona Primitiva Vianco - 1900. (Acervo do Museu de Osasco)

Antônio Vianco chegou ao Brasil em 1887, associou-se ao sogro no ramo de construções. O nome da empresa era “Empreiteira Antônio Agu e Genro”. Construíram, em São Paulo, o Hospital Humberto I, inaugurado em 1903, e em Capivari o Engenho Central.

Antônio Agu faleceu em Osasco, 1909, de sarcoma cerebral, com 64 anos de idade e foi sepultado no Cemitério da Consolação em São Paulo.

Em seu testamento, de 15 de junho de 1904, Agu instituiu sua neta Giuseppina como herdeira. Na época ela estava estudando na Itália e o avô pagava as despesas de sua educação. Deixou 1/3 (um terço) dos seus bens para o seu genro, não só por ser viúvo de sua filha, mas também por ter vivido em sua companhia desde que se casara com sua filha e após a morte dela. Faz menção à doação de alguns terrenos à comunidade de Osasco para construção da Igreja Matriz, do Cemitério, da Escola e do Mercado. Estas doações foram mais tarde concretizadas pelos seus herdeiros. Nos documentos constam que Antônio Agu residia no município de São Paulo.

A única filha de Agu, Primitiva, casou-se com Antônio Vianco, na Itália. Vieram para o Brasil em 1887. Primitiva faleceu em São Paulo, aos 4 de julho de 1889, aos 17 anos de idade. Vítima de febre puerperal. Foi sepultada no Cemitério da Consolação em São Paulo à rua 16, lado direito, sepultura 15.

A neta de Antônio Agu, Giuseppina, foi educada na Itália e lá se casou com Cesare Enrico. O casal teve três filhos: Antônio, Serafina e Vanda.

Após a morte de Antônio Vianco, ocorrida em 1913, Giuseppina, o esposo e filhos voltaram várias vezes ao Brasil. Giuseppina vinha visitar a tia Cristina Vianco Fornasari que a criara.

Dona Cristina Vianco Fornasari é prima de Antônio Agu, nascida na Itália em 1873, veio para o Brasil, após a morte de Primitiva Vianco, para criar a sobrinha Giuseppina.

Giuseppina foi enviada pelo avô à Itália a fim de ser educada em um colégio interno.

Dona Cristina casou-se no Brasil com Giacobbe Fornasari, nascido na Itália em 1865.

O casal Fornasari tiveram dois filhos: Attilio, nascido em 1895, e Orazio, nascido em 1897, ambos em Osasco, Orazio faleceu ainda menino.

Giacobbe Fornasari faleceu em 1928 e Cristina Vianco Fornasari em 1962.

Attilio Fornasari, após a morte de Antônio Vianco, tornou-se procurador dos herdeiros de Agu. Faleceu em Osasco em 1980. Não se casou e não deixou herdeiros.

Até a sua morte, Attilio já havia vendido todos os bens dos herdeiros, por ordem dos mesmos, havia ficado apenas com a propriedade onde residia, na Avenida dos Autonomistas, quase esquina com a rua Dona Primitiva Vianco.

Attilio deixou essa propriedade para uma senhora que trabalhava muitos anos para a família Fornasari e que cuidou dele até a sua morte. Foi essa senhora que comprou a sepultura de Attilio no Cemitério de Osasco. Algum tempo depois a casa foi vendida e no local está instalado o Unibanco.

“O esforço de Antônio Agu para interessar capitalistas de São Paulo pelas suas terras, proclamando o bom clima que aqui encontrariam graças às plantações de eucaliptos, a proximidade da Estrada de Ferro Sorocabana, a presença do rio Tietê, a estrada de terra batida até São Paulo, e ainda: o sonho de trazer uma linha de bonde

que ligaria Osasco a Pinheiros, encontrou eco e realmente alguns capitais para cá vieram e as primeiras indústrias começaram a surgir, chegando ao que temos hoje: **121 indústrias e 1500 casas comerciais**”. (Helena Pignatari Werner, apresentado no III Simpósio Nacional de Professores de História, realizado em 1965, na cidade de Franca – SP)

“Adquiriram terrenos e construíram casas nas imediações do Bairro do Maneco as seguintes pessoas, que foram os primeiros moradores do local: Teófilo Ribeiro, carpinteiro; Vicente Buscarini, ferreiro; Nicola Leme, sapateiro; Domingos Finocchio, negociante; José Fiorita, negociante; Pascoal Bocci, bananeiro; Venâncio Pires, Leonardo Venturini, José Melleiro, Joaquim Jacinto, Manuel Carvalho, também negociantes; Antônio de Sá, Francisco Argioli, Nicola Abruzzese e outros.

Fora os proprietários, moravam em terras do Maneco, nas margens do Tietê, próximo ao Km 18, diversas famílias italianas, que ali fundaram uma olaria. Eram as famílias de Pedro Michelli, Leonildo Rovai, André Rovai, Vicente Lenzi e Ascânio Pierini.

Nesse tempo já o governo do Estado havia aberto um canal dentro dessas terras.

Em direção sul – norte, corre o córrego Bussocaba, cujas águas, nascentes em terras da fazenda do Dr. Lane, vinham banhando diversos sítios e chácaras até alcançar o Tietê, junto à balsa de João Collino, dividindo nesse ponto os terrenos do francês Sensaud de Lavoud com os de Francisco Caetano de Oliveira.

Mais para o interior, aquele regato dividia as terras de Antônio Agu e José Quintas Reis, bem como as terras da Fazenda Campesina, propriedade do Dr.

Fortunato Camargo, das do italiano Narciso Sturlini, dono de uma fábrica de papel conhecida pelo nome de “Carteira”, porque fabricava carteiras para cigarros. Incipientes indústrias, portanto, já começavam a florescer na região. Os terrenos da “Carteira” foram posteriormente divididos em pequenas propriedades, cujos donos eram Ângelo Este, João Cerussi (apelidado “Gigante”), Domingos Spada e outros. Moravam no bairro as famílias Bizordi, Biazoli, Ciscato e mais algumas. Pouco acima da Fazenda Campesina do doutor Camarguinho (como era conhecido o Dr. Fortunato de Camargo), estavam as chácaras do Dr. Domingos Jaguaribe e de Emílio Kramer, esta última célebre pelas frutas estrangeiras ali cultivadas, e que foram premiadas em diversas exposições. Próximo dali, encontrava-se a chácara do fundador da cidade, Antônio Agu, famosa por suas uvas e seus vinhos.

Nos campos que circundavam a nascente povoação havia grande quantidade de guabirobas, itapicurús e pitangas. Rodeando essa grande várzea central, estavam as chácaras Franzoi, Barajola e Bricola.

Maximiliano Viviani chegou a Osasco no dia 20 de fevereiro de 1895, vindo da cidade de Pisa, na Itália. Trazia na bagagem a ferramenta de trabalho que sustentaria toda a família: moldes de pito, de madeira, além da técnica para sua fabricação. (Helena Pignatari Werner, 1967:254)

Mapa de Osasco de 1899

5. O Quartel de Quitaúna

No início da década de 1920, o Brasil estava passando por várias mudanças sociais e políticas que marcariam toda aquela década. O país continuava dominado pelas oligarquias estaduais e pelos coronéis no plano municipal. Em cada estado dominava o Partido Republicano local, predominando nas eleições a corrupção e a violência que tinham por base o voto a descoberto e de cabresto.

No plano federal persistia a política “café com leite”, com os presidentes sendo escolhidos entre São Paulo e Minas Gerais.

Durante o quadriênio de governo de Epitácio Pessoa (1919 a 1922), com o término da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se um período de crise econômica, pois a Europa reconstruída passou a comprar menos produtos do Brasil.

A nível do plano interno, um fato novo no governo de Epitácio foi a utilização de grande soma de recursos para obras contra a seca nordestina, sendo que para o Ministério da Guerra foi nomeado o civil Pandiá Calógeras, que com grande soma de recursos em mãos, promoveu audaciosas construções para o exército, além de melhor equipá-lo.

Por volta de 1920, o Ministério da Guerra interessou-se pela propriedade do coronel Cerqueira para ali construir um quartel. Como até então, os quartéis eram instalados em casarões adaptados. Aquele seria a célula mater dos que viriam a seguir. Foi proposto ao coronel uma permuta com um terreno que o Ministério da Guerra possuía na Lapa. Mas o acordo foi efetivado e não documentado. E o coronel perdeu a posse das duas áreas.

Dentro dessa expansão de construções de novos espaços físicos quartelares, Osasco, devido a sua proximidade de São Paulo e a estrada de ferro, foi escolhido, após vários levantamentos, para receber uma destas construções.

No local onde era o sítio do bandeirante Antônio Raposo Tavares, no prazo de três meses, entre fins de 1921 e início de 1922, foi erguido um grande quartel, fato pitoresco para a época, devido ao curto espaço de tempo, onde abrigou o famoso 4º RI (Regimento de Infantaria) que posteriormente foi subdividido em vários outros.

Foto 10: Vila Militar de Quitaúna 1922. (Acervo do Museu de Osasco)

Durante esses anos da presença do Quartel de Quitaúna em Osasco, o mesmo tem influenciado decisivamente na vida social, política e cultural da cidade. São pessoas de outros municípios e mesmo de outros estados que vem para Osasco para cumprir o seu serviço militar e acabam ficando, influenciando culturalmente a localidade. Também a

partir da instalação do quartel, os bairros próximos, Quitaúna, Km 18 e outros vão crescer, pois o quartel passa a ser um polo aglutinador.

Quando ocorreu a Revolução de 1964 e a deposição do presidente João Goulart, pelos militares, a Prefeitura de Osasco sofre intervenção do Quartel de Quitaúna. O prefeito Hiran Sanazar é preso para esclarecimentos, juntamente com outros civis, na maioria vereadores, e posteriormente deposto, e assume em seu lugar, no papel de interventor, o vice-prefeito, Marino Pedro Nicoletti.

A localização do quartel de Quitaúna, além de razões estratégicas, deveu-se ao fato de Pandiá Calógeras, o então Ministro da Guerra, ser historiador. Ele tinha pleno conhecimento de que ali fora propriedade de Antônio Raposo Tavares. Quando da inauguração do quartel, em maio de 1922, consta que a casa de Raposo Tavares ainda estava em pé. Hoje só resta a imagem de Nossa Senhora da Conceição que acompanhava o bandeirante em suas andanças. Ela está entronizada numa capela, existente ao lado onde era a casa.

Nesse período de 1920, Osasco, conta com cerca de 1600 habitantes. Nessa época o bairro já é um distrito. E a partir daí ocorre o crescimento urbano com a criação de núcleos populares: Jardim Bussocaba, Jardim Mutinga e Jardim Piratininga.

O poder político ainda é determinado pela posse da terra. A exemplo do que ocorria no Brasil como um todo, o proprietário da terra exercia dominação social e política, de cunho paternalista sobre os centros mais povoados. O chamado coronel influenciava até os resultados do voto de cabresto.

O assassinato do estudante de medicina João Batista de Andrade Silva, no Largo da Estação, atesta o clima de violência que regia a população. Nesse sentido, o quartel de Quitaúna atuava até mesmo como censor de atividades culturais.

A Vila Militar de Quitaúna, que ao ser instalada em 1922, já possuía luz elétrica e água encanada, benefícios sociais até então desconhecidos na região, tornou-se um importante polo de atração populacional. A chegada do Quartel intensificou a urbanização e conferiu segurança e estabilidade ao lugar. Na capela de Nossa Senhora da Conceição, a única existente na época, eram realizados casamentos e batizados da região. Com a abertura da Escola Regimental, dentro do Quartel, mas extensiva também aos civis, Osasco ganhava mais uma unidade escolar de primeiro grau.

A existência dos quartéis em Quitauna pode ter influenciado para que Osasco sofresse intervenção federal em 1964. E a seguir, durante todo o período do governo militar, a importância estratégica da cidade seria evidenciada pelas autoridades militares de então.

Apesar disso, ocorreria, em janeiro de 1969, a apropriação de armas do quartel para serem usadas na guerrilha. A ação foi comandada por um dos oficiais do quartel, o capitão Carlos Lamarca, que fazia parte de uma célula da organização VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

**6. A Vila Osasco e sua vida política no começo do século XX:
assassinato do estudante de medicina João Batista de Andrade
e Silva**

As transformações sociais e políticas que ocorreram ao final do século XIX para o século XX não causaram rupturas estruturais. O que se observa é que tais mudanças ocorrem num processo lento, com um certo “gosto” de colonialismo, mesmo numa sociedade do século XX.

Na passagem do século XIX para o XX estamos assistindo um verdadeiro duelo entre o velho e o novo: de um lado aquela estrutura arcaica coronelesca agrária, do outro – principalmente aqui em São Paulo – uma nova ordem social, a burguesia industrial incipiente. A industrialização já no começo do século XX, procura fincar suas raízes no Estado paulista.

É dentro desse prisma que vemos as primeiras cerâmicas e olarias ao longo dos rios Teitê e Pinheiros que fornecem tijolos, areia e telhas à metrópole, contrapondo-se ou, na maioria das vezes, juntando-se ao meio rural, que foi, em alguns casos ainda é, o baluarte da sustentação econômica do Brasil.

Dentro desse quadro antagônico, a Vila Osasco é nitidamente esta mistura do meio rural e urbano. Aqui, em algumas chácaras, plantavam-se alguns alimentos enquanto que a indústria dava seus primeiros passos, acompanhando a grande São Paulo.

A vida política da então Vila não diferencia, na essência, de São Paulo. O clima político que marcava a capital, aqui chegava com a mesma intensidade.

Os acontecimentos marcantes em Osasco foram a elevação de Osasco a Distrito e o assassinato de João Batista.

Em Osasco, havia a disputa política entre dois poderes locais: o coronel Delphino Cerqueira representante do poder tradicional ligado a produção agropecuária e a ascensão do industrial Júlio Silva, dono do jornal “O Districto”, representante da imagem de homem culto, moderno, bem preparado e apoiado pelo Partido Republicano Paulista.

A primeira eleição em Osasco, em dezembro de 1919, ficou marcada por um crime de morte.

Esse crime teve estreita ligação com os interesses de domínio político do então Subdistrito da Capital que já na época, representava peso considerável como reduto eleitoral do Distrito do Butantã. Foi no tempo do domínio do PRP e, nesta zona, o chefe político era o fazendeiro e “coronel” Delphino Cerqueira que não desejava perder o seu poder de mando junto à cúpula do partido na esfera estadual.

Por isso, a primeira eleição que seria realizada no Subdistrito, para a escolha do juiz de paz, tinha um caráter de grande importância, principalmente para os dois chefes políticos locais, pelo PRP (Partido Republicano Paulista) o coronel Delphino Cerqueira e pelo PD (Partido Democrático) o Sr. Júlio de Andrade Silva.

Até pouco tempo antes, Osasco era considerado apenas um subúrbio da capital, pertencente ao Distrito do Butantã. Com o tempo foi se desenvolvendo e diversos proprietários, à frente o industrial Júlio de Andrade Silva, decidiram haver chegado o momento de cuidar da elevação de Osasco a Distrito. O Sr. Júlio Silva empenhou-se pessoalmente naquela tarefa, procurando políticos influentes, pagando do seu próprio bolso os gastos com a elaboração da planta topográfica da localidade. Além do trabalho para a elevação do subúrbio a Distrito, o Sr. Júlio Silva conseguira vários outros melhoramentos para Osasco e, por esse motivo, a população voltou-se maciçamente para o seu lado.

O maior adversário do Sr. Júlio Silva era o coronel Delphino Cerqueira que durante muito tempo lutara contra a elevação do Distrito, alegando que o lugar era muito pobre e não tinha condições para passar por tal mudança.

Marcada a eleição e iniciada a qualificação dos eleitores, Delphino Cerqueira mostrou-se disposto a vencer de qualquer maneira. Passou então a proferir ameaças de morte contra aqueles que se opusessem a seus propósitos.

As eleições foram marcadas para o dia 30 de outubro de 1919, mas não se realizaram, porque as pessoas que deveriam formar as mesas e que faziam parte do grupo do coronel Delphino não compareceram.

Finalmente, no dia 14 de dezembro do mesmo ano, as eleições foram efetuadas, dando a vitória à chapa apoiada pelo Sr. Júlio Silva. O resultado foi o seguinte: Dr. Arthur Vasconcelos 370 votos; Sr. Arnaldo Serpa Nunes 315 votos e Sr. Luciano Castilho 278 votos. Os indicados pelo coronel Delphino tiveram bem menos votos.

No entanto, ao serem realizadas as apurações no Fórum Cível, percebeu-se que as atas haviam sido falsificadas, dando maioria aos vencidos. A Junta Apuradora proclamou eleitos os que haviam sido derrotados (devido à falsificação das atas).

Antes mesmo da eleição o coronel Delphino vinha ameaçando de morte os seus adversários, chegando a colocar um de seus comparsas de tocaia nas proximidades da casa do Dr. Arthur Vasconcelos, que acabou sendo eleito o primeiro juiz da paz do Distrito. Mas antes que pudesse agir o referido elemento foi preso.

Cinco dias após a eleição o Sr. Júlio Silva e seus filhos, João Batista, estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, estava em férias na casa de seus pais, em Osasco, e Diogo, preparavam-se para embarcar para a capital. Na estação de Osasco, surgiu uma discussão entre João e um partidário de Delphino Cerqueira. O

incidente encontrava-se praticamente encerrado quando o negociante de toucinho, José Maia, apelidado Zé do Sebo, aproximou-se e disparou contra Júlio, João e Diogo. Atingido na nuca, João faleceu no local e Júlio e Diogo ficaram gravemente feridos, sendo levados às pressas para a Santa Casa da capital, onde foram operados.

Consta que, após consumado o crime, Maia exclamou, dirigindo-se aos cerqueiristas: “O serviço está feito, agora vocês cuidem de mim”.

De acordo com os relatos da imprensa da época, o crime deixou profundamente revoltada a população de Osasco, em virtude do prestígio de que desfrutava o industrial Júlio de Andrade e Silva, autêntico líder local, que muito fizera pelo progresso desta região da capital.

Em homenagem ao jovem assassinado, a rua João Brícola passou a chamar-se, alguns tempos depois, Avenida João Batista, e é hoje uma das principais avenidas do centro de Osasco.

Nesta época, haviam disputas políticas acirradas e suspeitou-se do concorrente político de seu pai, o Coronel Delfino Cerqueira, como mandante do crime.

O relato, dos fatos ocorridos, pelo Jornal O Estado de São Paulo aos 08/01/1920 (pasta 51.398):

“Segundo as informações que nos foi dado colher, o coronel Julio de Andrade e Silva, um dos chefes políticos de maior evidência naquela localidade, à hora referida dirigiu-se para a estação Sorocabana, em companhia de seus dois filhos, João Batista e Diogo José da Silva Netto, este quintannista de Direito e aquele acadêmico de medicina, actualmente em férias nesta capital – com a intenção de tomarem o trem que os transportasse a esta cidade.

Momentos antes que o comboio chegasse, avizinhou-se do grupo um indivíduo dos que mais empenho tinham em combater a facção chefiada pelo coronel Julio de Andrade e Silva. Em dado momento este indivíduo puxou de seu revólver e desfechou vários tiros, alvejando o político e seus filhos.

Um dos projecteis attingiu João Batista que logo caiu banhado em sangue e sem vida; outro foi apanhar na cabeça o irmão do inditoso moço que ficou ferido; e outro, finalmente, attingiu também na cabeça o coronel Julio Silva. Estabeleceu-se nessa ocasião grande confusão, sendo o assassino imediatamente agarrado por populares e entregue à polícia.

O comboio chegou à estação Sorocabana às 13 horas e meia. Retirado o cadáver do inditoso moço, foi ele removido para o necrotério do hospital . Ao mesmo tempo que essa ambulância partia para o necrotério, seguia outra para aquelle mesmo estabelecimento levando os feridos que foram, logo depois, submetidos a intervenção cirúrgica.”

A responsabilidade do assassinato foi por muitos, atribuída ao coronel Delphino Cerqueira, porém não foram encontradas provas que comprovassem tal suspeita. Sabemos que o assassino cumpriu sua pena na prisão. Será que foi no lugar do mandante ?

7. Realidade osasquense em dois momentos históricos:

**7.1. Inspeção Sanitária em Osasco, elaborada pelo
sanitarista: Alcides da Silva Ayrosa, datada de 1922**

**7.2. Inspeção Sanitária em Osasco, elaborada pelo
sanitarista: José Franco Domingues Alexandre,
datada de 1939**

**7.1 Inspeção Sanitária em Osasco, elaborada pela sanitaria: Alcides da Silva
Ayrosa, datada de 1922
(a ortografia da época é respeitada)**

CLIMA:

Mais ou menos idêntico ao da Capital; respira-se um ar mais puro; atmospherá é menos carregada.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Além da Estrada de Ferro Sorocabana, que serve muito mal á população de Osasco, assim como a todas as outras por onde ella passa, já quanto á defficiencia no numero de trens, já quanto ao custo da passagem que é exaggerado, em relação com o de outras estradas (16 Kilometros – 2\$200), o districto de Osasco está liga á Capital por optima estrada de rodagem, a ESTRADA PINHEIROS – OSASCO. Esta estrada, que não

termina em Osasco, continúa em direcção ao interior do Estado já havendo attingido a cidade de São Roque, trecho ha pouco inaugurado. Da estrada Pinheiro – Osasco parte uma outra que conduz á Cotia.

De Osasco pode-se ir á Pirituba, estação da São Paulo Railway também por excellente estrada, que se vae unir a que une São Paulo á Campinas. Ha um inconveniente, de não pequena monta neste trecho de estrada: é o anticuado processo de travessia dos rios por meio das denominadas balsas, que além da morosidade não são isemptas de perigos.

POPULAÇÃO:

A população de Osasco é na sua maioria constiuida por elementos da colonia italiana e seus descendentes.

Grande parte da população é formada de operários, gente pacata e amiga do trabalho. O álcool não encontra ahi grande numero de adeptos. São raros dos distúrbios registrados em Osasco.

AGRICULTURA:

Em Osasco existem diversas chácaras, mais ou menos bem cultivadas havendo, numa dellas, uma bellissima plantação de Castanheiros, que muita dedicação tem custado ao seu proprietário.

INDÚSTRIA:

Além do MATADOURO da Companhia Continental existe em Osasco a Fabrica de Tubos de esgotos da COMPANHIA CERAMICA INDUSTRIAL DE OSASCO e a FABRICA DE PAPELÃO da Companhia Industria de papeis e cartonagens. Ao lado dessas fabricas existe, espalhadas aqui e ali pequenas olarias.

Foto 11: Terreiro para secagem do papelão da fábrica ao lado do córrego Boycicaba. Ao fundo operárias da fábrica trabalhando ao ar livre- 1922.(Acervo do Museu de Osasco)

COMMERCIO:

È pequenissimo o commercio de Osasco; alguns armazéns de sêccos e molhados, botequins, lojas de fazenda, e pouco mais.

ESTATISTICAS VITAES:

A população de Osasco é calculada em 1600 almas (?).

O numero de obitos, contados desde a criação do Cartorio de Paz, aos 20 de Julho de 1919 até 3 de novembro de 1922, eleva-se a 162, sendo adultos: 36; menores: 126.

No mesmo periodo o numero de nascimentos foi de 444 e o de casamentos de 69.

De 20-VII-1919 á 3-XI-1922

Falecimentos.....	162
Adultos.....	36
Menores.....	126
Nascimentos.....	444
Casamentos.....	69

Pelo facto de não sabermos, ao certo, qual a população de Osasco, deixamos de tirar os coefficients de natalidade e de mortalidade.

Garantiu-nos um velho morador de Osasco que ali nunca houve epidemias, além de grippe em 1918, tendo sido rarissimos os casos fataes. Ultimamente tem apparecido, com mais frequencia, casos de sarampo. Sobre a febre typhoide, dysenteria e tuberculose nada pudemos apurar. É preciso que se diga de passagem que em Osasco não ha medicos; o pharmaceutico é quem attende aos doentes. Houve, ha tempos, um medico naturalista, não diplomado, que hoje não mais clinica: é o actual Juiz de Paz.

CAUSAS PREJUDICIAES Á SAUDE PUBLICA:

Não são poucas as causas prejudiciaes á saude publica existente em Osasco.

São ellas:

1) Aguas Paradas: viveiros de mosquitos, existentes principalmente nas margens do Tieté, alem de outras formadas por aguas pluviaes, que não têm escoamento necessário. Alem dessas poças de agua parada, constituem um verdadeiro viveiro de mosquitos as que se formam no antigo leito de um riacho, desviado do seu curso.

2) O Corrego Boy-Cicaba: Nasce este córrego nos morros situados á direita da fabrica de papelão, atravessa dita fabrica, passa nos fundos de casas operarias existentes á esquerda da estrada de rodagm Pinheiros-Cotia, atravessa a estrada Pinheiros-Osasco, passa pela Chacara Agu, é atravessado pela linha da Estrada de Ferro Sorocabana indo proximo á fabrica da Companhia Ceramica e dahi se dirige para o Tieté onde vae desaguar proximo á balsa existente neste rio e que serve de comunicação aos trechos da estrada de Osasco-Pirituba, Remedios, situados ás margens direita e esquerda.

Antes de atravessar a fabrica de papeão as aguas desse córrego são limpas e dotadas de certa correnteza e o seu curso é mais ou menos rectilineo. Junto á fabrica Ceramica foi o corrego represado e como consequencia as aguas alagaram os terrenos situados acima entre a Ceramica e a Fabrica de Papelão, servindo de esgoto para as suas privadas, e as suas aguas de correntes limpidas que eram antes de atravessar a fabrica

tornam immundas e quase completamente paradas, como se poderá ajuizar pelas photographias que juntamos, mostrando diversos trechos desse correio, antes e depois de sua travessia pela fabrica de papelão, junto á estrada de Pinheiros, na Chacara “AGU”, na Comp. Ceramica e por fim a sua desembocadura no Tieté.

Vêm-se diversos trechos alagados pelas aguas immundas do Boy-Cicaba, onde boia enorme quantidade de matérias fecaes, sendo insupportavel o mau cheiro que exhalam, principalmente ao aquecer do sol. É DE GRANDE URGENCIA A CANALISAÇÃO DESSE CORREGO.

3) Chiqueiros: Osasco é ponto de desembarque quasi que diario de grande numero de porcos. Não são poucos os chiqueiros lá existentes, sendo digo de nota um delles, talvez o maior, e que se acha situado junto á estrada que conduz ao Tieté. Suas condições hygienicas são péssimas e não são poucas as poças de agua parada que nelle existem.

4) Estabulos: Em muitas das casas e chacaras de Osasco existem estábulos, variando suas condições de hygiene com o capricho de seus proprietarios.

EDIFICIOS:

As casas de moradia de Osasco variam muitissimo em suas construcções, commodidade e condições hygienicas. Assim é que nas suas cercanias ainda hoje existem casas de pau a pique. Felizmente já são raras taes casas e as que hoje se constroem são todas de tijolos. Não possuindo Osasco agua encanada, esgotos e luz, o estado hygienico das casas de Osasco depende muito do asseio dos seus moradores. Em algumas casas

existem privadas com fossas; outras não as possuem, de maneira que seus moradores fazem suas necessidades physiologicas nos arredores. A agua, de que se servem os moradores, é, no maior numero das casas retirada de poços cavados nos quintaes.

ESCOLAS:

Até ha pouco as escolas de Osasco eram isoladas, funcctionando em predios differentes. Hoje se acham centralisadas num só edificio: Escolas Reunidas.

Estas escolas estão muito mal instaladas em um predio de moradia, insufficiente para o numero de alumnas, cerca de duzentas, e pela impropriedade de suas salas de aula, sendo que uma delas não recebe luz direta, mas sim a que vem de um terraço situado ao lado, de maneira que nos dias escuros, chuvosos, as creanças não enxergam nem mesmo para ler. Ainda mais esta mesma sala não é totalmente occupada pela classe, ella se acha dividida por meio de armarios; a parte que dá para os fundos, para o terraço, é occupada pela classe, e a da frente pelo gabinete do director.

Em duas das salas de aula, que visitamos, era insupportavel o mau cheiro que exhalava do porão; explicou-nos o director que esse mau cheiro era, talvez, proveniente de uma antiga fossa que ali existira, antes da escola para lá se mudar.

As creanças, em numero de 200, como vimos, estão divididas em cinco classes, numa media de 40 alumnos para cada classe.

A agua utilizada é retirada de um poço de uma casa visinha e posta em filtros “Salus”.

As privadas, em numero de cinco, das quaes uma é destinada aos professores, é do systema de fossas. A proporção é, pois, de uma privada para cinquenta alumnos.

No recreio não existe galpão para abrigo das creanças. Sobre a existencia de molestias contagiosas apuramos que em maio do corrente anno cerca de 60 creanças appareceram com “feridas” nas pernas, ficando mesmo algumas impossibilitadas de andar. O director da escola, nessa occasião, requisitou a ida de um medico, inspector escolar, que não poudé apurar quanto a natureza dessas “feridas”.

Ha mais ou menos dois mezes appareceram 6 casos de coqueluche e há dias um caso de sarampo.

EDUCAÇÃO SANITARIA:

A não ser nas escolas, de cujo programma faz parte a educação hygienica das creanças, nada se tem feito em Osasco para a instrucção sanitaria do seu povo.

AGUA:

Não existe agua encanada em Osasco. A maioria da população se serve de agua retirada de poços cavados nos quintaes das casas. Muitos poços são communs para duas e mais casas vizinhas. É também utilizada a agua de fontes naturaes e de riachos; isto principalmente nas chacaras dos arredores.

Em Quitauna foram represados dois ribeirões: o Carapicuyba e o Ibimerim.

O ribeirão Carapicuyba fornece agua em quantidade mais que sufficiente para uso da Villa Militar. A agua depois de represada, por meio de um engenhoso invento brasileiro, adquire pressão bastante para ser distribuída a todas as dependencias do Quartel.

As aguas do Carapicuyba não filtradas, passando unicamente atravez de uma rede Metallica antes de penetrarem nos canos de condução.

A agua desse ribeirão seria sufficiente para toda a população de Osasco. Pela analyse praticada ella foi julgada boa. Não nos foi possivel a obtenção dessa analyse.

Alem dessa represa do Carapicuyba, foram também represadas as aguas do ribeirão Ibimerim, que tambem se acham canalisadas para a Villa Militar de Quitauna. Essa agua, porem, não é utilizada. A represa foi feita unicamente para socorro caso haja qualquer desarranjo na captação das aguas do Carapicuyba.

ESGOTOS:

Em Osasco não existem esgotos, assim como tambem não ha tratamento dos resíduos. O corregoboy-Cicaba, porem, pode ser considerado como um verdadeiro esgoto represado de uma parte da povoação.

LIXO:

Não ha collecta de lixo em Osasco. O lixo é atirado nos arredores das habitações, sendo, nas chacaras, utilizado como adubo.

LEITE:

O leite é fornecido, por obsequio, por alguns chacareiro, sem soffrer processo algum de pasteurização.

HYGIENE INDUSTRIAL:

- Fabrica de Papelão:

A fabrica de papelão, pertencente á Companhia Industria de Papeis e Cartonagens, está installada no local denominado “Carteira”, a cerca de 2 Kilometros da estação de Osasco, ao lado direito da estrada que se dirige para Cotia.

A fabrica de papelão fabrica trez qualidades de papelão: de aparas (papeis velhos, residuos, etc.); de palha de arroz e de madeira. Na fabricação de papelão de aparas e de madeiras, estas materias primas não soffrem outro processo preliminar, a não ser addicção de uma certa quantidade de agua, antes de irem para os amassadores (grandes tanques, no qual gira um enorme cylindro de granito).

O mesmo não se dá com a palha de arroz: antes da palha ir para os amassadores necessario se torna soffrer um processo de maceração. Para isso são utilizados

trez enormes tanques em que a palha de arroz é posta em maceração, durante 8 dias, em agua de cal, motivo pelo qual não constituem esses tanques de maceração viveiros de mosquitos, como parece á primeira vista.

Nos fundos da fabrica passa um pequeno riacho, cujas aguas dentro em breve serão utilizadas para o consumo dos operarios; para isso estão sendo construidos pequenos filtros, de pedregulho e areia. Actualmen te a agua utilizada é retirada de poços.

A fabrica de papelão é, como já vimos, atravessada pelo correjo Boy-Cicaba, sobre o qual já fizemos considerações. É este correjo que faz a limpeza da fabrica, servindo-lhe de esgotos.

São boas as condições hygienicas da fabrica de papelão, achando-se ella bem instalada.

As privadas da fabrica, em numero de 4, duas para mulheres e duas para homens, estão canalizadas para o correjo Boy-Cicaba.

Trabalham na fabrica cerca de 80 operarios, na maioria mulheres. Um grande numero de operarias trabalha ao ar livre, na seccagem do papelão. É de 8 o numero de horas de trabalho.

- Casas Operarias:

Possue a fabrica de papelão cerca de 30 casas operarias, obedecendo todas mais ou menos o mesmo typo. Cada uma das casas tem dois quartos, sala de jantar, cosinha e privada no quintal. No quintal das casas, que é commum, existem diversos poços, de onde a agua é retirada para o consumo.

- Companhia Ceramica Industrial de Osasco:

Trabalham na fabrica cerca de 60 operarios.

A agua para uso industrial e para o consumo dos operarios é retirada de poços. As privadas se acham canalizadas para o correjo Boy-Cicaba, que é ao lado da fabrica.

O barro é retirado de terrenos situados nos fundos da fabrica. Não encontramos aguas paradas nesses locais da retirada do barro por ocasião da nossa visita. É muito provavel que nos tempos chuvosos a agua ahi se estacione devido a falta de drenações.

Ao lado da fabrica cerâmica existem diversas casas operarias em péssima condições hygienicas. Os moradores dessas casas fazem suas necessidades physiologicas nos arredores das habitações.

DIVERSOS:

- Frigorificos: Matadouro da Companhia Continental

Optima impressão tivemos da visita feita ao Matadouro da Companhia Continental. Dispensamos de descrever as diferentes secções e processos por que passa a rez desde a matança até a entrada da carne para as camaras frigorificas. Unicamente assinalaremos o processo da matança que ainda é feito por de massêtas, indo, muitas vezes, a rez morrer por ocasião da sangria que se procede logo após. A agua para a lavagem do matadouro é retirada do rio Pinheiros e para lá conduzida por meio de bombas. A agua

destinada a lavagem de carne, etc., e para as casas dos empregados é retirada de um poço e levada por uma bomba para um enorme tanque protegido de onde segue para uma caisa situada no alto do edificio do matadouro e directamente para as casas dos empregados.

Os esgotos estão canalizados para o Tieté.

Construiu a Companhia Continental optimas casas para moradia de empregados em uma linda avenida que começando nos fundos do matadouro vae ter á estrada Pinheiros-Osasco.

Péssimo é o caminho, bastante transitado, que conduz do matadouro á Villa Anastacio. Este caminho, um estreito trilho atravessa centenas de metros de um trecho alagado da várzea do Tieté, onde existem mosquitos em grande abundancia.

- Villa Militar de Quitauna:

Quanto á Villa Militar de Quitauna nada há a assignalar, bastando dizer que foi construída, obedecendo a todos os requisitos exigidos. Suas instalações são amplas e confortaveis. Cada alojamento possuem installações sanitarias separadas e em numero mais que sufficiente.

- Armazens:

Possue Osasco diversos armazéns de seccos e molhados e botequins, mais ou menos do mesmo typo dos que se encontra nos arrabaldes desta Capital.

- Açougues:

Existe um unico em Osasco, situado na rua de mais movimento e de muito pó.

- Mendicidade:

Poucos são os pobres que mendigam em Osasco.

- Prostituição:

Clandestina.

- Alcoolismo:

O povo de Osasco não é dado ao alcoolismo.

- Pharmacia – Medico:

Em Osasco existe uma unica pharmacia, não havendo um só medico. É o pharmaceutico que clinica em Osasco.

CONCLUSÕES:

Pelo exposto vê-se que Osasco se encontra em completo abandono por parte dos poderes públicos. Nada se tem feito para a melhoria das condições hygienicas e commodidade da sua população. Senão vejamos: Osasco não possui luz electrica, quando a dois kilometros da estação, no matadouro da Companhia Continental, existe força electrica fornecida pela Light.; não possui agua encanada e não possui esgotos. É exorbitante o preço que a Sorocabana cobra pela passagem para esta Capital.

Como medidas de grande urgencia a serem tomadas para a melhoria das condições sanitarias de Osascos citaremos, em primeiro lugar, a **CANALIZAÇÃO OU A LIMPEZA DO CORREGO BOY-CICABA**, que constitue uma grande ameaça para a população, e em seguida a drenagem dos terrenos situados á margem esquerda do Tieté, onde são innumeras as aguas paradas.

Isto feito, melhorará de muito o estado sanitário de Osasco. Outra medida de não menos importância seria a obrigatoriedade da construção de fossas, pois como vimos, muitas casas não as possuem.

Para o progresso da localidade é de suma importancia a obtenção de energia electrica, não se falando da captação de agua e instalação de esgotos, alem de outras medidas de menor importancia, já citadas.

7.2 Inspeção Sanitária em Osasco, elaborada pelo Sanitarista: José Franco Domingues Alexandre, data de 1939.

(A ortografia da época é respeitada)

No estudo que fazemos, estudo aliás que compreende um periodo de 18 anos, desde 1921 a 1938, tomamos base na existencia de duas outras inspecções, uma de 1922 e outra de 1930, no que se refere a este capitulo de nosso trabalho.

Assim é que, chegamos a conclusão ser precaríssimo o progresso acusado. Uma cousa que nos é patente, é a melhora das condições de locomoção. Como já vimos, estradas foram abertas e mantidas em ótimas condições de conservação; linhas de onnibus ligam a região á parte central do municipio; os preços das passagens na estrada de ferro, baixaram consideravelmente (50%). No entanto, afora uma ou outra residencia construida, o distrito nada acusa de progresso referente as condições de vida coletiva. As condições sanitarias, educacional, comercial (pequeno comercio) permanecem estacionarias.

O comercio local muito falho, deficiente, não abastece as necessidades da coletividade; a agricultura existente, limita-se a uma ou outra chacara em que se planta umas hortaliças, uns legumes e escassos cereaes que mal chegam ao consumo próprios; a industria alias bastante desenvolvida, não socorre o commercio local e, mesmo o dificulta. Sobre este ponto, voltaremos. Organização sanitaria não existe, a excepção das grandes fabricas e sobre as quaes falaremos em capitulo especial. Neste ponto devemos frizar que em 1930, foi creado um posto de serviço sanitário na vila de Osasco. Entregue a profissional criterioso, em breve apresentou seus resultados, principalmente no que se refere ao combate a verminose. Creou-se então uma subdivisão para distribuição de meios preventivos e curativos de moléstias então muito insidentes.

Por poucos meses porem, teve o distrito a felicidade de tão preciosos auxilio. Por razões que não nos compete discutir, foi o citado posto entregue a outra orientação, orientação essa que redundou em sua extinção.

Na historia de Osasco, essa foi sua epoca áurea de saneamento. Desde então não mais, pelo menos que pudéssemos apurar, se movimentaram as autoridades competentes, para elevar Osasco dessa inferioridade.

Presentemente, a assistencia ao desprovido de recursos é a mais falha possivel. Não nos esquecemos dos recursos associativos mantidos pelas diversas industrias mas, no que se refere a assistencia mantida pelas autoridades, essa é a verdade dos fatos.

A não ser que, os medicos das companhias industriaes ou farmaceuticos da localidade atendam um possivel acidentado ou doente, este terá que aguardar a chegada dos recursos municipaes, vindos da parte central do municipio.

Observemos as dificuldades de transporte rápido e a precariedade dos recursos de urgencia, e lamentaremos este estado de cousas. Apesar de, como já espuzemos, serem as estradas boas, o tempo para percorre-las sem riscos maiores, é muito grande. Este fato exige uma outra orientação a este problema que, facilmente se depreende, será de caráter local.

A razão deste estacionamento no progresso da região, progresso sob o ponto de vista exposto, cremos ser uma dependencia natural do descaso das autoridades á vida do distrito.

Osasco apesar de bem proximo do centro do municipio, tem vida isolada, a parte, como uma pequena cidade. Os comerciantes impõem seu preço; ha falha completa de recursos higienicos, dos inumeros utensilios a vida

Logico é que, ou o individuo transfere-se a um distrito mais favorecido ou, si não o pode fazer por qualquer que seja o motivo, desde que necessite de algo, procura fora da região onde não esteja sujeito a esses fatores citados; as companhias empregadoras mantem serviços de reabastecimento, vilas residenciaes organisadas, enfim todos os recursos aos seus auxiliares.

Compreende-se que, o individuo operário que ai mora, não precisa recorrer ao comercio local; operarios outros, residem, em vista da relativa facilidade de locomoção, noutros distritos. Portanto, crea-se aqui um circulo vicioso: bairro de operarios, portanto população numerosa e os recursos progressistas em decadência. O pequeno comercio é forçado a subir seus preços para que “a vida se torne compensativa” e, isto força igualmente o comprador a recorrer a outras fontes, “para compensar a vida”.

Procuramos estudar as condições das possibilidades de vida media dos operarios desta região.

Para tal, em duas fabricas, colhemos os dados seguintes:

Companhia Ceramica Industrial de Osasco: 230 operarios com uma media de 400\$000 mensaes.

Fabrica de Tecidos Beltramo & Companhia: 180 operarios com uma media de 350\$000 mensaes e 220 operarias com uma media de 250\$000 mensaes

Para a primeira companhia, temos uma media maior, pois em regra trata-se de operarios especializados, portanto melhor remunerados.

Como vemos, as medias de remuneração, são bastante satisfatórias, permitindo ao operario local uma vida relativamente higienica, o que não lhe permite as condições de ambiente.

A seguir, o mapa de Osasco que acompanha o relatório do Sanitarista, de 1939.

Mapa de Osasco de 1939

8. Osasco: o lugar, os eventos e as variáveis

Durante a década de 1940, Osasco um bairro não muito distante geograficamente da capital, encontrava-se totalmente esquecido, no que diz respeito a melhorias e benefícios para a população. Nessa época Osasco tinha em termos industriais: Companhia de Papéis e Cartonagem (mais tarde em 1951 passou a se chamar Adamas do Brasil), Frigorífico Continental (1951), Cotonifício Beltramo (1923), Soma (1924), Eternit do Brasil (1941), Cobrasma (1944) e C.I.M.A.F. (1946, entre outras. Desta forma fica evidente que Osasco é uma zona industrial progressista e contribuía anualmente com uma cota de impostos de três milhões de cruzeiros. Nada mais justo que pelo menos algumas obras fundamentais indispensáveis fossem feitas pelo bairro, dentre elas as mais importantes eram: água encanada, rede de esgoto, iluminação pública e calçamento, o que na realidade não acontecia.

A pergunta que circulava entre os 40 mil habitantes era: “Onde está o nosso dinheiro” ?

Transcrevemos, abaixo, as declarações do Dr. Reinaldo de Oliveira, Presidente da SADO, ao jornal A Hora de 23/08/1948):

“A aspiração de Osasco em ter uma Sub-Prefeitura era menos espécie de orgulho regional da população do que a necessidade premente de centralizar os problemas mais graves nas mãos de um administrador que se dedique exclusivamente a eles”.

“A rede de esgoto e água encanada são as necessidades mais prementes da população. A água é impossível de se beber, pois geralmente fica junto das fossas expondo a grande perigo a saúde do povo. O mau cheiro e a grande existência de pernilongos é um produto desta situação em matéria de higiene, cuja solução só se fará através destes melhoramentos”.

Osasco, nesta época, possuía apenas um grupo escolar, serviços dos correios e vias públicas precários.

8.1 A luta pela emancipação

Em Osasco existiam dois grupos distintos: os que queriam a emancipação e os que não desejavam a emancipação.

A Sociedade Amigos do Distrito de Osasco – SADO – presidida pelo Dr. Reinaldo de Oliveira começa a sua luta para a conscientização da população e as vantagens de Osasco se tornar Município. Isto é feito com a distribuição de panfletos, reuniões e palestras em prol da emancipação.

O grupo do NÃO tem como base a alegação de que Osasco, tornando-se município as casas poderiam perder seu valor imobiliário e seríamos rebaixados de cidadãos paulistanos para a categoria de interioranos, ainda que os impostos seriam muito mais altos.

Em 1948, Osasco era subdistrito da cidade de São Paulo. Os antigos moradores viviam inconformados com o abandono do lugar. A prefeitura municipal de São Paulo se preocupava tão somente em cobrar os impostos. Não havia melhoramentos em

saneamento básico em número necessário a toda população. Foi em virtude do descaso da Prefeitura Municipal de São Paulo que o Dr. Reinaldo de Oliveira e um grupo de antigos amigos fundaram a Sociedade Amigos do Distrito de Osasco (SADO) visando a elevação de Osasco a Distrito. Todavia só os deputados é que poderiam elevar de categoria, através de lei, um subdistrito. E só os distritos é que tinham o direito de requererem à Assembléia, a realização de Plebiscito.

A Sociedade de Amigos, cuja diretoria era constituída pelo Dr. Reinaldo de Oliveira, dentista, que era o presidente, e os senhores Edmundo Burjato, Walter Negrelli, Mário Battiston e Dimas Tavares.

A primeira reunião foi realizada na Rua da Estação, nº 77, na casa do Dr. Reinaldo de Oliveira, pois a SADO não tinha uma sede própria. Nessa reunião ficou decidido que deveria ser feita uma campanha pela emancipação de Osasco.

A Sociedade de Amigos, organizou outras reuniões e o deputado Gilberto Chaves comprometeu-se a conseguir a mudança da Lei Quinquenal, dando competência aos subdistritos de postularem o direito de emancipação. Daí a “SADO” mudou para “SAO” – Sociedade Amigos de Osasco.

As reuniões possuíam registro e esta podia falar oficialmente em nome da população osasquense. Ela reivindicava melhoramentos para o bairro. Era respeitada, visto ser uma entidade registrada.

“A partir de 1940, o desenvolvimento industrial da região toma um grande impulso, com a instalação de indústrias de bens de produção (como a Cobrasma e Brown Boveri, por exemplo) tornando cada vez mais sólida a sua posição de importante núcleo urbano-industrial.

Esse desenvolvimento trouxe consigo o aumento populacional e, com isso, os loteamentos irregulares, a carência de energia elétrica, água, esgotos e transportes.

Os problemas se multiplicavam, sem receber de São Paulo a devida atenção. Os impostos arrecadados em Osasco não revertiam em seu benefício.

O então 14º Subdistrito da capital paulista, tão desprezado pelos prefeitos de São Paulo, que daqui só tiravam os impostos e nada aplicavam no local, iniciou um movimento visando a autonomia de Osasco”. (Oliveira e Negrelli, 1992:92)

Existia, na época, a “Lei Quinquenal”, a qual estabelecia que só se poderia realizar desmembramentos em anos que terminassem em 3 ou 8. Como o ano era de 1948, não haveria tempo para recolher todas as assinaturas e entrar com o pedido. Outro problema existia, pois, pela lei, para que um bairro fosse emancipado havia necessidade de que o mesmo fosse Distrito, e Osasco era Subdistrito. Os emancipadores conseguiram um adendo nessa lei, que também permitiu que os subdistritos se emancipassem.

Nessa época existia um Posto Fiscal na “paineira”, caminho para Osasco, onde os fiscais paravam os caminhões e outros veículos, obrigando os passageiros a exibirem as notas fiscais de qualquer pacote, alegando que dali para frente era considerado interior. De nada adiantavam as alegações de que Osasco pertencia à Capital. Aquilo irritava os osasquenses.

A Estrada de Itú era de terra e quando chovia o percurso Pinheiros – Osasco era feito em mais de duas horas, sem contar o tempo perdido para atravessar a ponte de madeira do rio Pinheiros e a parada na “barreira da paineira”, início da estrada de Itú.

Foto12: Onibus que circulava em Osasco, linha 120 em 07/09/1951. (Acervo do Museu de Osasco)

Os moradores do subdistrito de Osasco estavam furiosos, entretanto a única solução era aguardar o próximo quinquênio (1953), preparar a documentação e requerer à Assembleia do Estado a realização das eleições plebiscitárias: ao povo caberia decidir.

Durante o mês de agosto de 1952 foi feita uma reunião para a tomada de posição da qual tomaram parte alguns edis da Capital, vários deputados amigos da causa e os simpatizantes do movimento. A Sociedade de Amigos, providenciou todos os documentos pedindo a marcação do Plebiscito que foram entregues na Assembleia Legislativa e, posteriormente encaminhados ao TRE. Durante a campanha do “SIM”, vários jornais e emissoras de rádio deram a devida cobertura publicitária aos autonomistas e pelas ruas de Osasco eram distribuídos folhetos conclamando o povo a votar no “SIM”. Por outro lado, os partidários da “NÃO” autonomia, liderados pelo dono do único Cartório, Sr. Lacydes Prado e alguns vereadores de São Paulo, também distribuíam seus “manifestos”. Argumentavam nos comícios das desvantagens da Prefeitura para Osasco. O interesse da

família Prado em manter Osasco Subdistrito da Capital era grande, pois ela era dona do único Cartório de Osasco, localizado na Avenida João Batista, e temia perder o monopólio cartorário.

Diziam que o cigarro e o “bujão” de gás engarrafado iriam subir de preço e o famoso ônibus “papa-filas” seria retirado de circulação pela CMTC, pois não mais poderiam continuar circulando. Maior ênfase era dada à redução do “salário mínimo”.

As eleições foram realizadas no dia 13 de dezembro de 1952 em ambiente de grande expectativa, mas sem nenhum incidente. Depois do pleito as urnas ficaram guardadas no Cartório de Osasco, para serem entregues ao TRE a quem caberia a apuração. O resultado foi desfavorável para os autonomistas e o “NÃO” venceu pela diferença de 145 votos. O “NÃO” ganhou roubado, pois as urnas ficaram guardadas por várias horas no Cartório do Sr. Lacydes, alegavam os líderes do movimento emancipacionista.

A vitória do “NÃO” foi comemorada com muito foguetório durante vários dias e a praça ao lado do Mercado recebeu o nome de Praça 13 de Dezembro, dia da vitória.

Conforme estabelece o Artigo 151 e respectivo Parágrafo da Constituição Estadual, que “O quadro territorial, administrativo e jurídico do Estado fixado em Lei Quinquenal baixadas nos anos de milésimos 3 (três) e 8 (oito) para vigorar a partir de 1º de janeiro de anos seguintes”, e a Lei Orgânica dos Municípios, nos seus artigos 5º, 6º e 7º altamente democráticos, concede aos moradores as prerrogativas de conquistar para os territórios em que residam a sua autonomia e portanto sua elevação a Município. (Lei vigente no Estado e Municípios em 1948)

No período de 1953 a 1958 o número de autonomistas foi aumentando. Osasco crescia rapidamente e a prefeitura da Capital não lhe dava as devidas atenções administrativas. A “SAO” fazia reuniões com os deputados e vereadores, em que

eram expostos aos parlamentares os cruciantes problemas que afligiam a população de 80 mil habitantes. O comércio e a indústria tomavam posições. Os grêmios estudantis se organizavam. Todos queriam liberdade. A Prefeitura Municipal de São Paulo aumentava os impostos e Osasco continuava não recebendo nada em troca.

Foto 13: Campanha Emancipacionista – 1958. (Acervo do Museu de Osasco)

Sendo assim Osasco em 1957 dá início a nova campanha para sua autonomia.

O movimento autonomista foi formalmente lançado numa assembléia popular realizada na sede do Clube Floresta em 13/12/1957. Nesta reunião ficou decidido que a SADO ficaria responsável pela preparação da documentação necessária para instruir a representação a ser dirigida dentro do prazo legal, até o fim de abril de 1958, à Assembleia Legislativa..

Os emancipadores voltam a luta com argumentos mais fortes a serem utilizados para atingir seu intento. “Os argumentos mais fortes a serem utilizados serão os próprios artigos da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, revelam os

responsáveis pela campanha aos Diários Associados. Acrescentaram que, somente no caso da lei vir a ser burlada ou politicamente “rasgadas” não alcançarão, seu objetivo”.

O artigo 1º do Título “Da Divisão Territorial” – capítulo I – “Da criação de Municípios”, da Lei Orgânica de Municípios do Estado de São Paulo, reza o seguinte: “São condições necessárias para que o distrito ou sub-distrito se constitua como Município:

- I. População mínima de 5.000 habitantes. (Com reforma esse item passara para 10.000 habitantes. Osasco possui, hoje, cerca de 71.000 habitantes, número 14 vezes superior ao primeiro exigido.
- II. Renda local mínima de Cr\$600.000,00 anuais. Osasco, somente, quanto a impostos municipais tem uma estimativa de aproximadamente Cr\$40.000.000,00.
- III. Distar, por todas as vias de comunicação, entre sua sede e a do município a que pertence, mais de 12 quilômetros contados dos respectivos pontos centrais. Osasco dista da Praça da Sé 22 quilômetros, ou seja, 10 quilômetros a mais do exigido.”

Nesse mesmo artigo Parágrafo 5º temos que “nenhum sub-distrito poderá ser elevado a Município se não apresentar Solução de Continuidade entre seu perímetro urbano e o Município a que pertence”. Quanto a esse ponto, pode ser observado, por aqueles que venham a fazer uma “viagem” até Osasco. Na estrada que conduz até o sub-distrito, anda-se quilômetros em rodovia típica de interior, sem iluminação, algumas casinhas espalhadas ao longo da via pelas margens. Quando a noite avança essa rodovia fica às escuras. Osasco se desliga totalmente da capital. Esta, salientam os moradores do sub-distrito, é a solução de continuidade”. (Diário de São Paulo, 20/12/1957).

Osasco, apesar do avanço industrial, entrada da primeira indústria da América Latina a produzir material elétrico pesado – Brown Boveri –, continuava o mesmo, sem benefício à população. O serviço de aluminação era o mesmo de 1923, os serviços telefônicos são do sistema interurbano, isto é, Osasco é considerado como “cidade desligada da capital”. Tinha apenas um ginásio estadual, um ginásio particular, uma escola feminina das irmãs de caridade, o sistema de saúde era precário, contava com apenas um posto de saúde e um posto Eugénial, não existia serviços de pronto socorro e ainda as vias públicas continuavam em estado precário.

Perante esta situação a população foi se conscientizando da extrema necessidade do Bairro de Osasco se tornar município. Existiam vários instrumentos que divulgavam este ideal, destacando-se entre eles o Jornal AVanguarda, criado em 1957, pelo jornalista Nelson Soares de Freitas (órgão considerado oficial pelos emancipacionistas). Todos os artifícios eram válidos, o pessoal do SIM, chamava a atenção da população para as condições precárias que eles se encontravam. Paralelo a esse trabalho de divulgação realizado pelo SADO, o pessoal do NÃO fazia também propaganda, divulgando entre o operariado local se o SIM ganhasse, os seus salários seriam reduzidos, seriam colocados na posição de interioranos, gerando assim uma luta acirrada entre a turma do SIM e a do NÃO.

Em 1958 Jânio Quadros era governador do Estado de São Paulo. Ele, que havia sido contrário à emancipação de Osasco em 1953, quando era prefeito da capital, agora, como governador, apoiava o movimento.

O prefeito da capital era o Dr. Adhemar de Barros, que era contra a autonomia de Osasco, porque não queria perder a arrecadação de impostos do então 14º subdistrito da capital.

No dia 21 de dezembro de 1958, o segundo plebiscito sob a direção do

Tribunal de Justiça, os osasquenses compareceram às urnas e o “SIM” ganhou o pleito por uma diferença de 1.283 votos. Na eleição existiam duas cédulas de votação: uma em negrito com a palavra NÃO e outra em branco com a palavra SIM. O resultado final das eleições foi o seguinte:

SIM: 3.882 votos

NÃO: 2.595 votos

Seis dias depois, a Assembléia Legislativa de São Paulo votava a lei que criava o Município de Osasco.

Osasco constitui-se município pela Lei nº 5.121, de 27 de dezembro de 1958, tendo sido sancionada pelo governador Jânio da Silva Quadros e pelo Secretário da Justiça, Dr. Pedroso Horta. A publicação da lei que criava o município de Osasco saiu no Diário Oficial do dia 31 de dezembro de 1958. Por ordem do Governador Jânio da Silva Quadros, foi impresso um suplemento especial no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1958, pois era necessário que a Lei, criando o Município de Osasco, fosse publicada no mesmo ano de realização do plebiscito. Essa lei estabelecia, inclusive, os limites do município.

A luta pela emancipação continuou até o ano de 1962 com inúmeras denúncias de irregularidades no plebiscito. O Jornal “Diário de São Paulo” noticiava em 3 de junho de 1959: “Até mortos votaram no plebiscito de Osasco”. O Dr. Adhemar de Barros usou todos os recursos legais ao seu alcance para impedir o desmembramento, alegando irregularidades, recorreu à Assembleia Legislativa para que fosse anulada a Lei que criava o Município de Osasco.

A Assembleia Legislativa negou-se a tomar conhecimento do recurso, e então o Sr. Ademar de Barros recorreu ao Tribunal de Justiça de São Paulo que também negou o seu pedido. Inconformado o Prefeito de São Paulo recorreu ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal acolheu o mandado e mandou que a Assembleia de São Paulo julgasse o recurso. Esta última obedeceu, entretanto não concedeu a nulidade do plebiscito, em consequência fez voltar a resolução nº 322, revigorando a determinação expedida pela Lei, que considerava Osasco como Município.

Ao recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral para que este marcasse a data para a primeira eleição em Osasco, esse não atendeu ao pedido, alegando que o Supremo Tribunal Federal havia anulado o plebiscito. Sendo assim Osasco recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral que em 07/06/1961 resolveu que a citada lei estava em vigor, portanto a pendência estava resolvida, faltando só que fosse marcada a data para a eleição pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Finalmente o Tribunal regional Eleitoral marcou para 07/01/1962 as eleições em Osasco. Mas insatisfeita com a situação a Procuradoria da Municipalidade de São Paulo entregou ao Tribunal Superior Eleitoral em Brasília um pedido de concessão de liminar de mandado de segurança, visto que o Tribunal Superior Eleitoral determinou ao Tribunal Regional que rejeitasse o pedido de segurança encaminhado pela municipalidade de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo, nesta ocasião o prefeito era o Sr. Prestes Maia, recorrera da sentença declarada pelo Tribunal Superior Eleitoral, pois alegava que cabia-lhe o dever de defender a integridade territorial da Capital.

Em resposta ao recurso da Capital junto ao Superior Tribunal Eleitoral, chega em São Paulo às 19 horas do dia 06/01/1962, vindo de Brasília o Sr. Afonso Costa Manso Filho, Procurador da Prefeitura desta Capital, trazendo um ofício assinado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal endereçado ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral onde determinava a suspensão do pleito marcado para 07 de janeiro de 1962.

O Tribunal Regional Eleitoral entendendo que não lhe cabia ir contra a decisão do Supremo Tribunal Federal por unanimidade resolveu suspender as eleições de Osasco.

A população de Osasco foi tomada de surpresa com a decisão do Supremo Tribunal Federal. Osasco agora está de luto, a população reuniu-se no Largo de Osasco e fizeram o enterro simbólico do Supremo Tribunal Federal, faixas pretas foram distribuídas à população para que o povo simbolizasse o luto. O povo fez inúmeras passeatas de protesto chegando a ir ao Ibirapuera e lá conversaram com o então Chefe de Gabinete, o Sr. Otávio Braga, onde não conseguiram nenhum resultado.

Foram feitas inúmeras reuniões para que a população de Osasco resolvesse que permaneceria em luto e lutariam pela sua Emancipação. Num ato de protesto uma grande passeata dirigiu-se ao Museu do Ipiranga, para trazer a Osasco a Chama da Independência, para isto utilizaram um bambú para o transporte do fogo da liberdade. Este ficaria acesso no Largo de Osasco até que conseguissem a Emancipação.

A luta jurídica ainda continuava, o Supremo Tribunal Federal definitivamente iria se reunir para determinar ou não a autonomia de Osasco. E então no dia 17/01/1962 o tribunal, citado, resolveu não tomar conhecimento da reclamação imposta àquela corte, para impedir a realização de eleições municipais em Osasco. Chovia copiosamente nesse dia, segundo o líder autonomista José de Moura Leite, “para limpar a

alma do povo de Osasco daqueles anos de angústia e sofrimento”. E com esta designação do Supremo Tribunal Federal ficaram marcadas para 04/02/1962 às eleições em Osasco.

8.2. O movimento estudantil em Osasco

No início do século, o bairro de Osasco possuía várias escolas isoladas que funcionavam em diferentes locais.

A primeira escola centralizada foi instalada num galpão, ao lado da Matriz de Santo Antônio, em 1925. Também por essa época, seria instalada a Escola Regimental, no Quartel de Quitaúna, mas que receberia também alunos civis. Antes disso, quem quisesse estudar tinha que se deslocar de trem até São Paulo ou a cavalo até Santana de Parnaíba ou então se utilizar dos serviços de professores particulares.

Havia escolas isoladas, como a do Mutinga, onde professores vinham diariamente ou só nos finais de semana, por meio de charretes, conduzidas por moradores que os levavam da Estação até o local onde situava-se a unidade de ensino.

Na década de 1940 foram instaladas duas escolas particulares muito importantes: o Colégio Nossa Senhora de Misericórdia, de freiras, e a princípio só para moças e o Colégio Duque de Caxias que formaria toda uma geração de contabilistas.

Outras unidades escolares de primeiro grau centralizadas são instaladas a partir de 1950: Grupo Escolar da Rua da Carteira, atual EEPSP Prof. José Maria Rodrigues Leite; Grupo Escolar de Vila Yara, atual EEPSP João Batista de Brito; Grupo Escolar de Osasco, antiga Escolas Reunidas, onde atualmente situa-se a Galeria Fuad Auada; GEPA (Grupo Escolar de Presidente Altino), atual EEPG Frei Gaspar da Madre de Deus.

A atual EEPSPG Marechal Bittencourt, instalada em seu prédio atual desde 1950, foi o primeiro ginásio estadual de Osasco. A existência de ginásios estaduais à noite propiciaria o surgimento do operário estudante que trazia para dentro da escola a discussão de temas ligados a sua vivência no dia a dia. Havia alunos de 12 e 13 anos, adultos de 40 a 45 anos e, muitas vezes, na mesma classe, pai e filho, mãe e filha, tio e sobrinho.

A primeira escola que teve segundo grau em Osasco foi a atual EEPSPG Júlia Lopes de Almeida. Ao lado desta, o CENEART (Colégio Estadual e Escola Normal Antônio Raposo Tavares).

O CENEART foi o primeiro curso colegial de Osasco a se transformar num centro de luta de estudantes de Osasco. Filhos de trabalhadores, muitos também operários, saíam do terceiro colegial e entravam nos primeiros lugares das melhores faculdades de São Paulo.

Com o movimento de 1964 a UEO (União dos Estudantes de Osasco) passou a sofrer forte perseguição. Mesmo assim conseguiu marcar sua presença política com a realização de protestos, lutas e passeatas.

Em 1966, demonstrando força e coesão, seis grêmios estudantis locais e o CEO (Centro Estudantil Osasquense), apóiam o candidato a prefeito, pelo MDB, Guaçu Piteri. Por meio da sua eleição, a partir daí, com influências na Câmara e na Prefeitura, este grupo participará de sociedade amigos de bairro e em campanhas para alfabetização de adultos.

Em Osasco, a atuação do estudante nos movimentos reivindicatórios era de uma força de apoio, embora frágil, o movimento era de estudantes secundaristas, diferente de outros, onde atuavam universitários. Muitos líderes estudantis osasquenses eram

também operários, assim como José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco quando da deflagração da greve de 1968.

De forma geral a aliança do movimento estudantil ao operário deu-se em função do descontentamento dos mesmos com a situação política e econômica vigente. Buscavam assim encontrar uma saída para a situação daquele momento.

8.3. Cooperativa de Vidreiros: o sonho de uma classe operária

Para o espaço urbano, hoje ocupado pelo município de Osasco, vieram outros imigrantes, além dos italianos, como: russos, alemães, espanhóis, franceses e armênios. A proximidade com São Paulo e a implantação da Estrada de Ferro, assim como as oportunidades de trabalhos nas indústrias, e mais tarde, o baixo preço das terras, proporcionaram a vinda desses imigrantes.

A evolução do bairro de Osasco se deu, na realidade, em função do desenvolvimento de São Paulo e a urbanização como um prolongamento da expansão da metrópole. Assim é que em 1909/1910, tivemos o surgimento da Cooperativa de Vidreiros. Depois de um movimento grevista ocorrido na Vidraria Santa Marina, em São Paulo, onde os trabalhadores foram despedidos e tentaram, sem êxito, se estabelecer por aqui, construindo uma cooperativa. Eis o relato dos fatos:

“Durante o período do Império, as primeiras indústrias brasileiras utilizavam escravos ao lado de trabalhadores livres. Um início de classe operária apareceu com a construção de estradas onde se utilizava apenas mão-de-obra livre, por exigência contratual do governo.

Na Proclamação da República, 1889, a economia cafeeira em conjunto com a imigração haviam feito a indústria progredir ao ponto de empregar 54 mil operários, com maior ênfase no Rio de Janeiro e São Paulo. As jornadas de trabalho eram incrivelmente longas, em alguns casos chegavam a 15 horas por dia, geralmente em locais insalubres, excessivo barulho, falta de iluminação, etc., além dos baixos salários.

Uma realidade em que a greve era considerada crime, em que os sindicatos não eram reconhecidos e sofriam intensa repressão nos momentos de luta. O operários, na sua maioria imigrantes, possuíam determinada consciência de classe e experiência em movimentos reivindicatórios.

Vindo com os imigrantes, as idéias anarquistas e socialistas, vão influenciar as primeiras organizações trabalhistas, sendo que estas eram associações de ajuda mútua, mantidas com parcas contribuições individuais, visando a criação de fundos para doenças, enterros, aposentadorias e manutenção de escolas direcionadas aos filhos dos imigrantes, embora estudavam alguns brasileiros.

Opositores ao Estado, a religião e a prosperidade privada, os anarquistas pregavam que os meios de produção deveriam ser administrados pelos trabalhadores e que suprimindo a classe dos proprietários, o Estado também chegaria ao fim, implantando-se uma forma superior de democracia.

Uma destas primeiras indústrias que tinha como base a mão-de-obra imigrante era a Vidraria Santa Marina, fundada na década de 1890 pelo Conselheiro Antônio Prado.

“O êxito do empreendimento só foi possível graças ao técnico francês Joseph Artufel, especialista em vidros, que trabalhava para a primeira fábrica do setor em São Paulo, de propriedade da firma Souza & Cia., e que foi controlado pelo Conselheiro. Assim

como Artufel, outros trabalhadores franceses e italianos que vieram para o Brasil, a fim de trabalharem para Souza & Cia., abandonaram essa e passaram a servir o Conselheiro Antônio Prado.” (Werner, Raízes do Movimento Operário em Osasco, pág. 9)

Em setembro de 1909, os operários da Vidraria Santa Marina, na Água Branca, entraram em greve. Eram, em grande parte, imigrantes politizados que não hesitavam em lutar por seus direitos trabalhistas. A paralisação teve grande repercussão, mas afinal fracassou.

Um grupo de grevistas ao final, ficou sem trabalho e sem habitação, pois estes moravam em casas fornecidas pela empresa.

Em razão disso os desempregados, orientados por seu sindicato, tiveram a idéia de formar uma cooperativa de vidreiros e escolheram para sede do empreendimento o bairro de Osasco que apresentava várias vantagens: a grande maioria dos seus habitantes era composta por italianos como eles. A região começa a se desenvolver, o dono das terras Antônio Agu, fundador da cidade, procurava atrair mão-de-obra para a região e talvez o elemento mais sedutor - excelente areia nas margens do rio Tietê poderia ser usada como matéria prima para a fabricação do vidro.

Dessa maneira, os vidreiros desempregados, com seus barracões incendiados, sem dinheiro dirigiram-se para Osasco, a maioria a pé, seguindo os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana até o Km 16, onde foram abrigados pelos seus conterrâneos.

Receber os vidreiros, para os habitantes de Osasco, tornou-se questão de honra; piemontês abrigava piemontês, toscano abrigava toscano, calabrês abrigava calabrês. Lentamente, esse pessoal foi arrumando emprego ou se estabelecendo cada qual em um ofício: vidraceiro, sapateiro, pintor, ajudante de pedreiro. As mulheres também começaram a trabalhar, como arrumadeiras, costureiras, cozinheiras.

Enquanto isso, frequentavam seu sindicato e a idéia da Cooperativa de Vidreiros formava-se. O impulso decisivo deu-se quando receberam um terreno doado por Antônio Agu para ali construírem sua Vidraria, em forma de cooperativa.

A idéia da Cooperativa tomou ainda mais impulso quando Antônio Agu doou-lhe um terreno. Sindicatos paulistas contribuíram com dinheiro, trabalhadores contribuíram com algumas horas de trabalho por semana e assim a obra começou a tomar forma. Era um majestoso edifício e quando ele já estava erguido, um representante dos operários, Sérgio Patrício Gallafrio foi mandado à Europa para encomendar o forno.

A direção da Vidraria Santa Marina deve ter tremido nas bases, pois o desafio dos vidreiros era algo insuportável para os donos do monopólio do vidro em São Paulo.

Os operários estavam mais uma vez ameaçando o mercado consumidor de vidro e, portanto o lucro.

A confrontação das forças antagônicas estava marcada.

Quando tudo parecia estar em ordem, o tesoureiro da cooperativa, o advogado Morroni, fugiu com o dinheiro e a documentação do empreendimento. Soube-se depois que essa pessoa seria um agente infiltrado da Vidraria Santa Marina pelo Conselheiro Antônio Prado que perderia seu monopólio no setor, caso a Cooperativa tivesse sucesso.

Traídos, os vidreiros chamam de volta ao Brasil seu representante que fora encomendar o forno. Mais uma vez, fracassa a luta dos operários que, sem documentação e sem dinheiro, perderam a oportunidade de construir o grande sonho, sua Cooperativa.

O choque entre os grupos antagônicos terminou a curto prazo com a derrota dos vidreiros da Companhia Santa Marina e o fracasso dos Vidreiros de Osasco.

Os vidreiros e seus filhos continuaram todavia engajados nas fábricas existentes, tomando parte ativa como força de trabalho no desenvolvimento industrial de Osasco.

Aquele sonho terminou, mas a construção inacabada permaneceu como um símbolo, até que foi destruída em 1968, pela Cobrasma, proprietária do terreno.

Foto14: Vidraceiros despedidos da Vidraria Santa Marina (óleo sobre tela de Hiroshi de 1954) Acervo do Museu de Osasco.

8.4. Movimento operário em Osasco

As atividades regulares do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em Osasco se iniciam por volta de 1952 quando o então suplente de diretoria, Conrado Del Papa, é designado para organizar o setor. Desde então a presença do órgão passa a ser marcante, influenciando não só a categoria como também o movimento estudantil e o de bairro.

Em 1963 a subsele se transforma em Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco sob a presidência de Conrado Del Papa. Neste momento Osasco já é conhecida como um grande polo industrial e local de intensa movimentação operária.

Nessa mesma época surgiu a Frente Nacional do Trabalho (FNT), que contava com a participação da Ação Católica e da Juventude Operária Católica, possuía uma formação democrata – cristã. Esta entidade defendia um diálogo maior entre operários e patrões e criticava a orientação socialista – comunista do Sindicato. A FNT propunha a organização dos trabalhadores em comissões de fábrica, das quais a primeira surgiu na Cobrasma, formada por voluntários. A partir daí surgiram as comissões de fábrica oficiais, com respaldo da respectiva empresa, mas que podiam ser destituídas a qualquer momento e as clandestinas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco é criado em 1963 e Conrado Del Papa é eleito seu primeiro presidente.

Em 1963 há uma greve de 700 mil trabalhadores para a unificação da data base e, em 1964, Conrado Del Papa é cassado da Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco pelo movimento de 31 de março de 1964.

Cassada a diretoria do Sindicato em 1964 e imposta uma intervenção até 1967, as principais lideranças operárias foram afastadas e até mesmo encarceradas. Entretanto, novas lideranças estavam surgindo, oriundas das comissões de fábrica. Por outro lado, aquele foi o momento em que o movimento estudantil se aliou ao movimento operário. Em Osasco o movimento foi basicamente formado por estudantes secundaristas, muitos dos quais também líderes operários.

Para não permitir que o Sindicato caia em mãos estranhas, assume a interventoria o sindicalista Henos Amorina, que se candidata nas eleições sindicais de 1967,

mas é derrotado por outro jovem sindicalista José Ibrahim que justifica sua entrada para o movimento sindical, logo após março de 1964, no sentido de retomar a luta pelos direitos dos trabalhadores que havia sido interrompida, já que os sindicalistas mais atuantes da época haviam sido cassados e até mesmo mortos.

Dentro de todo este contexto, José Ibrahim, um jovem operário e estudante, membro da oposição ao antigo presidente Conrado Del Papa, vence as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, realizadas em 1967. Segundo ele as principais lutas, durante a sua gestão no Sindicato, seriam contra o arrocho salarial e a implantação do FGTS.

Uma vez criado o FGTS os trabalhadores perderiam (assim como perderam) a estabilidade no emprego existente até então.

A partir deste momento aconteceu um rodízio perverso entre os trabalhadores. Ao chegar a data base de cada categoria, os empregadores dispensam uma parcela considerável de empregados, os quais teriam aumento salarial, e contratavam substitutos ganhando menos que os anteriores. Em suma: a produção mantém-se a mesma e o lucro aumenta, pois os gastos com mão-de-obra caí.

A greve de 1968 seria a grande experiência a qual passaria a nova diretoria do Sindicato. O processo começou com as comemorações do primeiro de maio, na Praça da Sé, quando os operários por meio de protestos conseguiram alterar o espírito comemorativo da data.

A greve estava programada a princípio para novembro com vistas a derrubar o arrocho salarial. Entretanto, como a situação do trabalhador era extremamente precária, havia o temor de que fossem perdidas algumas conquistas anteriores. Assim a greve acabou ocorrendo em julho, época de férias escolares, quando não era possível contar com a solidariedade do movimento estudantil.

Segundo o esquema planejado, logo no primeiro dia seriam ocupadas a Cobrasma e a Lonaflex, enquanto que a Barreto Keller e a Fósforos Granada seriam paralisadas. No segundo dia seria a vez da Brown Boveri e da Braseixos e a partir do terceiro dia às fábricas menores. Após esses três dias a greve então se espalharia para São Paulo.

Os operários não contavam com a rapidez e a violência da repressão. Logo no primeiro dia houve a ação de tropas de choque que portavam metralhadoras e bombas de efeito moral. O confronto não pode ser evitado, resultando na prisão de diversos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho julgou a greve ilegal e interveio no Sindicato.

A greve de Osasco foi duramente reprimida. Somente na Cobrasma foram presos 600 trabalhadores. O próprio José Ibrahim foi preso durante um ano, no Presídio Tiradentes, e depois trocado, junto com outros companheiros, pelo embaixador dos Estados Unidos que havia sido sequestrado por militantes de esquerda, indo para um exílio de dez anos.

O movimento sindical em Osasco cresceu a medida em que novas empresas, das mais variadas, para cá se deslocavam. São reconhecidamente atuantes os sindicatos dos Comerciários, dos Condutores de Veículos, dos Químicos, dos Têxteis, dos Bancários, dos Petroleiros e outros.

Após a derrocada da greve em Osasco houve um esfacelamento, tanto no movimento operário como no estudantil, devido às perseguições políticas. Os líderes mais expressivos foram presos ou fugiram para reorganizar a resistência.

8.5. Os movimentos sociais nos bairros

A união dos integrantes de movimentos sociais diversos dá-se, através da percepção dos agentes de uma carência comum, seja na empresa, seja no bairro etc. O suporte material de veiculação de tais valores consiste nas entidades – como sindicatos, associações de bairro – criadas para esse fim.

O que define as condições de existência de movimentos sociais não é o nível de pobreza, mas a consciência de uma necessidade que também possua base material. Nos bairros, os movimentos populares reivindicativos visam representar as classes populares que neles moram.

Destacamos ao menos quatro posturas distintas dos integrantes de movimentos sociais e, de modo geral, da população de um município.

Primeiro lugar: o fenômeno do coronelismo remete, historicamente, ao meio agrário e a sujeição da população ao poder dos proprietários agrários. Nas cidades, a relação estabelecida é inteiramente distinta, ainda que antigas famílias de coronéis permaneçam disputando - e não monopolizando, como no coronelismo, o poder político local.

Segundo lugar: o populismo já se constituiu, no Brasil, tipicamente como fenômeno urbano. Os moradores da cidade encontram-se disponíveis para a política, possuindo liberdade de aderir individualmente a este ou aquele líder. Originariamente o líder efetua uma doação ao povo; isto posto, os “direitos” assim obtidos erigem o indivíduo em cidadão. Isso é percebido não como uma conquista pelo povo de algo junto ao Estado, e sim na qualidade de uma doação do Estado, por parte do líder no governo. Observa-se, hoje, um populismo revisado em que vários indivíduos e movimentos populares, continua

concebendo realizações de uma administração local como doações dos governantes, sancionando uma relação de dominação entre o líder (doador) e o povo.

Terceiro lugar: o clientelismo como forma de relação entre o povo e o poder político em que se instaura uma espécie de negócio, de troca, entre o eleitor e o agente político. O primeiro troca o seu voto e sua fidelidade por algo que ele considera como um favor ao integrante do poder político local. Trata-se de um favor de caráter individual. Não há identificação de um líder, como no populismo, o que se reflete numa cultura política própria, embora marcada também pelo paternalismo.

Quarto lugar: os movimentos sociais surgidos ao longo da década de 70 no Brasil, foram legitimando as carências no campo dos direitos. Direito à água, luz, esgoto, assistência médica, habitação, transportes etc. Trata-se de um processo de construção coletiva de uma nova cidadania.

Na forma populista ocorre uma identificação entre povo e líder ocupando o poder político.

Nos movimentos sociais a relação entre povo e poder político é de oposição (e não de subordinação).

Os agentes participantes dos movimentos sociais são também formadores de opinião, de modo que a eficácia simbólica da noção de direitos é muito mais abrangente do que sua eficácia material ligada à obtenção, ou não, desta ou daquela reivindicação localizada.

O populismo, algo desgastado, sobrevive porém com certo peso em razão da herança paternalista brasileira. E a cultura política dos direitos, relativamente recente,

apresenta maior penetração em áreas onde se constituíram e floresceram os chamados “novos movimentos sociais”.

As condições de habitação em Osasco, como vimos no relatório do sanitarista de 1922, não eram das melhores. Não havia água encanada, esgotos, energia elétrica e apenas casas tinham privadas com fossas. Ainda havia muitas casas de pau a pique. E em muitas casas os moradores faziam suas necessidades fisiológicas nos arredores.

A situação dos moradores das vilas operárias, como a da Companhia Cerâmica Industrial, não era diferente. Havia, duas exceções, a Companhia Continental, um matadouro, que construía ótimas casas para seus empregados e a Vila Militar em Quitaúna, onde as instalações eram amplas e confortáveis. Cada alojamento possuía instalações sanitárias separadas e em número suficiente.

Havia também estábulos sem condições higiênicas e chiqueiros junto à Rua da Estação. Águas paradas às margens do rio Tietê. O córrego Boy-cicaba (Bussocaba) começa a receber detritos da fábrica de papelão.

Havia falta de médicos e uma única farmácia. Era o farmacêutico que clinicava.

Durante essa época de 1922, Osasco era apenas uma vila rodeada de outras. Todas pertencentes a São Paulo e dela dependentes.

Vila Yara, Remédios, Presidente Altino e Vila Osasco estavam ligadas ao centro de São Paulo pela estrada de rodagem, de trânsito difícil quando chovia, e a Estrada de Ferro Sorocabana, de passagens caras e trens insuficientes.

A cidade de São Paulo, após a Segunda Guerra Mundial, conheceu um período de grande desenvolvimento industrial. Em decorrência desse processo, parte de sua

população se dirige a outras áreas em busca de moradia mais barata e com um mínimo de conforto.

As contradições geradas por esse crescimento populacional acelerado vão criar, em Osasco, condições para o surgimento da Sociedade Amigos de Osasco em 1948. A SADO representa a classe média em ascensão, formada por comerciantes e profissionais liberais. Essa entidade teria como objetivo principal separar juridicamente a então Vila Osasco da cidade de São Paulo.

Percebe-se, mais claramente em Osasco, por volta dos anos 50, os efeitos da especulação imobiliária. Surge um grande número de loteamentos, mas no início são vendidas áreas longínquas. Com a ocupação desses lotes, os moradores começam a reivindicar serviços públicos.

A presença da energia elétrica, água encanada, transportes, esgotos vão valorizar as áreas centrais, mesmo que não estejam ocupadas, futuramente serão vendidas por preços mais elevados.

A partir dos anos 50 vão surgir, em Osasco, outras sociedades amigos de bairro como a do Helena Maria, Novo Osasco, Jardim Santo Antônio e Km 18. Estas entidades tem um caráter diferente da SADO, não só por serem constituídas por trabalhadores assalariados como por reivindicarem basicamente serviços públicos para áreas mais longínquas. No Jardim Santo Antônio, por exemplo, a entidade do bairro, teve influência decisiva para o crescimento do bairro, pois era em torno dela que se organizavam os mutirões para a construção de moradias e de melhoramentos públicos.

Num primeiro momento, a sociedade de amigos de bairro funciona como base de apoio para políticos de fora da comunidade. A seguir, já conscientes de sua própria força, os moradores começam a apoiar suas próprias lideranças, numa reação contra

políticos inescrupulosos. Essa postura dará oportunidade ao surgimento de várias carreiras políticas

Privadas das atividades políticas, ao longo do período da ditadura militar, as sociedades amigos de bairro acabaram por adquirir um cunho assistencialista.

9. Prefeitos de Osasco (poderes executivo, legislativo e administrativo)

De uma perspectiva institucional ou jurídico-política, podemos dividir o poder político instituído (o Estado) no Brasil em três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário. Mas de um ponto de vista político-territorial ou espacial costuma-se dividir o Estado brasileiro em três poderes: o federal, o regional (isto é, os Estados) e o local (ou seja, os municípios, no qual são considerados o poder executivo (prefeito e secretários), o legislativo (vereadores), as empresas e instituições locais (sindicatos patronais ou de trabalhadores, por exemplo), a mídia local, os movimentos sociais, as ONG's locais, etc. É logicamente que a apreensão do poder local deve levar em conta as interações, os conflitos e as cooperações entre todos esses agentes que de uma forma de outra atuam no município.

Em vez das áreas rurais da República Velha, com suas oligarquias exportadoras, muito bem analisado por Victor Nunes Leal no clássico *Coronelismo, enxada e voto*, o Brasil é hoje sobretudo urbano e capitalista.

O que se denomina de local remete, no Brasil, à esfera municipal.

A lógica das ações do poder político local: executivo e legislativo. É caracterizado como uma esfera do Estado capitalista, com sua autonomia relativa.

O poder político local cujos lugares e exercícios consistem no governo e administração local e câmara municipal – corresponde a uma esfera do Estado capitalista.

A ação do poder político local se concentra mais nas condições para a reprodução da força de trabalho do que nas condições para a reprodução do capital. Enquanto isso, o poder político central tem se encarregado muito mais das tarefas referentes à reprodução do capital. Em parte as atividades relativas ao sistema viário, trânsito, saneamento, uso e ocupação do solo, concorrem para a reprodução do capital. Além dessas, as de saúde, transporte coletivo, iluminação pública, educação, cultura, esportes e lazer remetem especialmente à reprodução da força de trabalho. Observa-se, hoje, o fortalecimento do poder político central e, como contrapartida, ao esvaziamento do poder político local.

Os municípios obtêm recursos, principalmente, com base na arrecadação de tributos próprios somados às transferências de tributos provenientes dos estados e da União.

É preciso observar que o vigoroso crescimento do processo de urbanização no período de 1960, 45,1% da população vivia em cidades, enquanto em 1980 essa proporção subia para 67,7% - acarretou a elevação da demanda por obras e serviços públicos de competência municipal (abertura e pavimentação de vias, transporte coletivo, saneamento básico, limpeza pública, atendimento médico-hospitalar, segurança etc). O peso dos municípios no total dos recursos tributários disponíveis tenha aumentado, esse crescimento não foi suficiente para dar conta da nova demanda por obras e serviços públicos decorrentes da intensa urbanização, nem muito menos para fugir à lógica da regulação monopolista no Brasil, caracterizada pela relação de exclusão entre o econômico e o social.

A Constituição de 1988, ao efetivar uma reformulação tributária, manteve as tendências apontadas, ao continuar limitando a capacidade de tributação própria dos

municípios e ao elevar o conjunto dos recursos disponíveis sobretudo por meio das transferências institucionais da União e dos estados. Assim, municípios mais industrializados costumam ser mais bem aquinhoados com recursos tributários, possuindo maior autonomia financeira e, portanto, menor grau de dependência em relação à União e aos estados. Por oposição, municípios economicamente menos desenvolvidos, mesmo os muito urbanizados, como as chamadas cidades-dormitórios, obtendo menor volume de recursos tributários, apresentam maior dependência dos empréstimos ou benefícios provenientes dos estados e da União.

O número de municípios, extremamente elevado, são mais de quatro mil no Brasil, deixa a cada um deles uma parcela bastante pequena de recursos e atribuições. Quanto a isso, às grandes capitais constituem exceção à regra.

Essa mesma pulverização e descentralização confere ao poder político local um grau de liberdade relativamente elevado com relação à esfera central de poder. Não é por outra razão que, em pleno período autoritário, despontam no Brasil experiências de governos locais caracterizadas pelo estímulo à participação da população na gestão municipal, em vivo contraste com as orientações políticas federais. Os casos mais conhecidos são os de Lajes em SC e Boa Esperança no ES.

O poder político local, no âmbito de sua autonomia relativa, exerce suas atribuições tendo em conta as relações estabelecidas com a sociedade e, em especial, com outras modalidades de poder disseminadas na sociedade. Ressalta, por um lado, no nível material, o poder econômico e, por outro, no nível simbólico, o poder social oriundo das elites e dos movimentos sociais locais.

Denomina-se poder econômico local o conjunto dos setores capitalistas cuja lucratividade depende dessas ações de regulação e de produção levadas a efeito pelo poder

político local. Tais setores buscam influenciar as decisões políticas municipais com o intuito de maximizar lucros e viabilizar a reprodução do seu capital. Quanto maior e mais cotidiana a dependência de sua lucratividade das decisões políticas, mais presente costuma ser na vida local o poder econômico, e vice-versa. O exercício do poder econômico local é levado a efeito a partir de instituições específicas, que podem ser as próprias empresas, isoladas ou agrupadas, ou mesmo uniões formalizadas dessas empresas em associações representativas de seus interesses.

O poder econômico local, assim delimitado, não deve ser confundido com o conjunto das empresas capitalistas instaladas no município. Frequentemente, por exemplo, grandes empresas industriais não possuem interesses econômicos de monta para os quais dependam das decisões políticas locais. Por esse motivo, não costumam manter relações constantes com o poder político local.

Ratificamos que o poder econômico é constituído, fundamentalmente por aqueles setores capitalistas que contratam junto ao governo local obras e serviços, ou que dependem diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal.

O poder social local, em suas diferentes modalidades, alcança a sua eficácia no plano simbólico, ainda que sempre acompanhado de um substrato material.

As elites locais são porta-vozes de uma primeira modalidade de poder social. Elas consistem em agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo futuro. Fruto dessa elaboração é a oposição entre as elites – setor social ativo da história do município – e o povo – a maioria da população – concebida como não esclarecida e integrante passiva da comunidade municipal.

Na medida em que a sua constituição se dá no nível simbólico, as elites locais são compostas por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local das classes médias assalariadas do município etc. Muitas vezes, integrantes do poder econômico participam, também, das elites locais. Como decorrência, é frequente a incorporação dos interesses do poder econômico local nos valores veiculados pelas elites locais.

As elites, na qualidade de formadores de opinião pública, levam à disseminação de tal cultura política entre as diferentes classes e grupos sociais, erigindo-se em referência para a legitimação do poder político local.

No Brasil, em função da fragilidade do sistema partidário, é bem provável que as elites locais assumam parte dos papéis que, em outras sociedades modernas, vêm sendo desempenhados pelos partidos políticos. Essas possuem, no país, uma tendência à “super-representação” na vida social e política.

Os meios de comunicação de massa locais, estações de rádio, TV e jornais, localmente, tendem a ser o suporte de uma cultura de massas caracterizada por procedimentos de homogeneização social, cujo resultado é ocultar os conflitos sociais. Trata-se, na verdade, de uma anticultura política, uma vez que ela induz à des-identificação social, à produção de classes e grupos sociais sem identidade própria: os grupos sociais não conseguem se reconhecer em seu oposto. Essa anticultura política serve de referência para o processo de legitimação do poder político local, sendo tão mais importante quanto maior o peso dos meios de comunicação na formação da opinião pública local.

O poder político local – fruto da conjunção dos poderes executivo, legislativo e administrativo – é exercido, respectivamente, nas instituições do governo, da Câmara e do aparelho administrativo municipais. As decisões políticas locais, além disso, são o

resultado de um processo sobre o qual os poderes econômico e social buscam exercer a sua influência.

No que concerne especificamente ao governo local, é muito frequente que os seus ocupantes provenham das elites locais, ou a elas se integrem no processo de governo, em face da existência de iniciativas de aproximação pelas elites: jantares, homenagens – que conferem status –, boas relações com os meios de comunicação local etc. Como consequência, tende a prevalecer no governo uma postura que reforça as culturas políticas das elites – onde o povo é visto como ente passivo, e portanto sem possibilidade de participação – ou da homogeneização social proveniente dos meios de comunicação de massa.

O poder administrativo e seu modo de legitimação correspondente tendem a se amplificar nas sociedades em que fortalece o poder executivo. Dadas as funções econômicas do Estado moderno, a administração não apenas executa, mas também é encarregada de elaborar políticas. Como resultado o poder legislativo perde peso, e com ele o modo de legitimação do sistema democrático, fundado na relação de oposição entre povo e poder político.

O clientelismo, em particular, é um procedimento bastante arraigado no aparelho administrativo. Muitas das instituições desse aparelho estão montadas para funcionar de acordo com a lógica clientelista, a lógica da barganha, ou seja, de “criar dificuldades para vender facilidades”.

O poder legislativo local, exercido através da Câmara dos Vereadores, é responsável formalmente pela definição de um conjunto de normas gerais (leis) a serem seguidas pelo poder executivo e pelos munícipes, além da fiscalização dos atos do poder executivo.

Não é por outra razão que se verifica a facilidade com que o governo municipal consegue estabelecer ou restabelecer a maioria na Câmara de vereadores necessária para sua liberdade de ação. Os principais instrumentos utilizados pelo governo para tal cooptação são o emprego de pessoas relacionadas aos vereadores e o acesso a canais de práticas políticas clientelistas no interior do aparelho administrativo.

É muito presente na Câmara a prática do clientelismo atestada pelas constantes filas à porta dos gabinetes de vereadores que fazem uso de seu mandato para exercitar a política da troca de favores.

Essa prática clientelista parece mais do que suficiente para legitimar a atuação de vereadores individuais, garantindo-lhes vitórias eleitorais. Os exemplos de práticas clientelistas na Câmara são inúmeros: cartas de apresentação para obtenção de emprego, prestação de serviços urbanos através da intervenção do vereador (limpeza de terreno, ou de rua, atendimento de saúde com internação, obtenção de licença para construir, entre outros), acesso à infraestrutura pública para entidades sociais, clubes de futebol etc.

Em grande medida, as práticas clientelistas florescem, na prefeitura e na câmara em função do poder administrativo, através do monopólio de informações: o cidadão comum, por desconhecer os procedimentos necessários para obter algo junto ao poder público, é levado a recorrer a vereadores que detêm as informações relevantes, tornando-as instrumentos de poder. De qualquer maneira, o governo local costuma alimentar procedimentos clientelistas na Câmara, seja para garantir a subordinação dos vereadores aos ditames do executivo, seja como elemento de legitimação do poder político local.

É claro que a atuação do poder político local no nível material pode ocasionar efeitos sobre sua atuação no nível simbólico, e vice-versa: problemas fiscais podem aguçar uma crise de legitimação local, pelo aumento das dificuldades de atender às demandas

econômicas e sociais, em vista das restrições orçamentárias; e problemas de legitimação podem aprofundar crises fiscais, ao acarretar uma elevação de dispêndios resultantes das tentativas do governo local no sentido de atender às demandas insatisfeitas. É evidente também, a partir do exposto, a possibilidade de emergência de uma crise conjunta das finanças e da legitimação do poder político local.

19/02/1962 a 19/02/1966

PREFEITO: Dr. Hirant Sanazar – PRT – (de 19/02/1962 a 27/06/1964)

VICE-PREFEITO: Dr. Marino Pedro Nicoletti – PDC – (de 27/06/1964 a 19/06/1966)

INTERVENTOR: Dr. Marino Pedro Nicoletti – PDC – (19/02/1966 a 31/12/1966)

01/01/1967 a 31/01/1970

PREFEITO: Antônio Guaçu Dinaer Piteri – MDB

VICE-PREFEITO: Guido Collino – MDB

01/02/1970 a 31/01/1973

PREFEITO: Prof. José Liberatti – MDB

VICE-PREFEITO: Guido Collino – MDB

01/02/1973 a 31/01/1977

PREFEITO: Francisco Rossi de Almeida – ARENA

VICE-PREFEITO: Vivaldo Simões – ARENA

01/02/1977 a 31/01/1983

PREFEITO: Antônio Guaçu Dinaer Piteri – MDB

VICE-PREFEITO: João Gilberto Port – MDB

01/03/1983 a 31/12/1988

PREFEITO: Prof. Humberto Carlos Parro – MDB

VICE-PREFEITO: Prof. Aylton Muniz Menezes – PMDB

01/01/1989 a 31/12/1992

PREFEITO: Dr. Francisco Rossi de Almeida – PTB

VICE-PREFEITO: Antônio Toschi – PTB

01/01/1993 a 31/12/1996

PREFEITO: Dr. Celso Antônio Giglio – PTB

VICE-PREFEITO: Jair Assaf – PTB

01/01/1997 A 31/12/2000

PREFEITO: Silas Bortolosso – PTB

VICE-PREFEITO: Dr. Carlos José Gaspar – PTB

01/01/2001 a 31/12/2004

PREFEITO: Dr. Celso Antônio Giglio – PTB

VICE-PREFEITO: Ângelo Alberto Fornasaro Melli – PTB

01/01/2005 a 31/12/2008

PREFEITO: Emidio Pereira de Souza – PT

VICE-PREFEITO: Faisal Cury – PTB

01/01/2009 a 31/12/2012

PREFEITO: Emídio Pereira de Souza – PT (reeleito)

VICE-PREFEITO: Faisal Cury – PTB (reeleito)

9.1. Eleições em Osasco aos 4 de fevereiro de 1962: eleição do primeiro prefeito de Osasco

Participaram do pleito realizado em Osasco, aos 04 de fevereiro de 1962, 23.383 eleitores. Os líderes emancipacionistas, que segundo consta haviam firmado acordo de não se candidatarem ao cargo de prefeito, haviam concentrado seu apoio em Antônio Menck, um rico comerciante e líder janista da região, que dera grande ajuda, sobretudo financeira, a campanha em sua segunda fase. Apoiavam também, em menor escala, o comerciante e industrial Fuad Auada, líder adhemarista.

Concorreram como candidato a prefeito: Hiran Sanazar, G.R. Donati (Pepe), Antônio Menck (velho Menck), Nicolau Atra e Fuad Auada. Para vice-prefeito: Marino Pedro Nicoletti, Reginaldo Valladão, Roberto Pignatari, João de Oliveira e Albertino Souza Oliva.

Ao contrário do que se podia esperar, saiu-se vencedor um jovem advogado, nascido em Osasco em 1929, que se iniciara na vida política como vereador do município de São Paulo, representando o então bairro de Osasco. Hiran Sanazar, filho de imigrantes

armênios, recebe 9.810 votos, contra 5.107 dados a Antônio Menck e 4.337 dados a Fuad Auada.

Não havia a vinculação de votos entre os candidatos a prefeito e vice, por isso o vice prefeito mais votado foi Marino Pedro Nicoletti, genro de Antônio Menck, e seu companheiro de chapa.

O prefeito representava o Partido Rural Trabalhista, enquanto que o vice representava a coligação Partido Trabalhista Nacional, Partido Democrata Cristão e União Democrática Nacional.

Foram eleitos 23 vereadores e o PDC tornou-se partido majoritário na nova Câmara com seis vereadores, seguido do PTN com quatro, PSD, PRT e UDN com três vereadores cada, PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PR (Partido Republicano) com dois vereadores cada.

Os vinte e três vereadores eleitos foram: Pedro Furlan, Primo Broseghini, Octacílio Lopes, Marino Lopes, Anísio Nunes, Osler de Almeida Barros pelo PDC; Orlando Calasans, Wilton Pereira da Silva, Benedito Ventura Nitão e Vicente Florindo pelo PTN; Clóvis Carrilho de Freitas, João Gilberto Port e João Bornacina pela UDN; José Guizi, Cid Sérgio de A. Von Puttkammer e João Catan pelo PSD; Aymoré de Mello Dias, Clóvis Assaf e Adevaldo J. Castro pelo PRT; Alfredo Thomaz e Esmeraldo Malagueta pelo PR; Joaquim Fraga e Moacyr Araújo Nunes pelo PSB.

No dia 7 de fevereiro de 1962, o Juiz da 5ª Zona Eleitoral diplomava o prefeito e vice, bem como os 23 vereadores eleitos. No dia 19 de fevereiro de 1962, deu-se a instalação oficial do Município. Primeiro houve a eleição do presidente da Câmara a quem cabia dar posse ao prefeito. Saiu-se vencedor o vereador Orlando Calasans por 12 votos contra 11 dados ao vereador Octacílio Firmino Lopes.

A primeira sede da Prefeitura do Município de Osasco foi o prédio localizado à Rua Primitiva Vianco nº 93, cedido pelo Sr. Fernando Marrey. Segundo consta a primeira cadeira, a primeira mesa de escritório e a primeira máquina datilográfica foram trazidas do escritório de advocacia do prefeito Hirant Sanazar.

Algum tempo depois o Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) doaria mais mesas e cadeiras, máquinas datilográficas e colaboraria com o pagamento antecipado de impostos do complexo Cidade de Deus.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, imediatamente à posse de Hirant Sanazar, mandou retirar as três ambulâncias que serviam o Pronto Socorro de Osasco, os 114 funcionários, entre os quais médicos e professores, que aqui prestavam serviços.

O primeiro secretariado de governo era composto, entre outros, por Anésio Cabral, Helena Pignatari, Alcides Moioli, Newton Ferreira da Silva, Conrado Nuvolini, Clóvis Gloeden e Celso Válio.

Sob o lema “Osasco constrói” começaram a ser ativadas as obras. A previsão orçamentária é de Cr\$320.000,00. São criados posto de saúde, parques infantis, adquiridos caminhões coletores de lixo, ambulâncias. Assume o seu posto o primeiro dentista contratado pela Prefeitura, José Marques de Resende, e muitos médicos e enfermeiras. São comprados prédios para o patrimônio permanente: o da Fazenda, hoje sede da Prosasco, o da sede da Prefeitura, onde hoje se encontra a Câmara Municipal. No campo político a Prefeitura Municipal de Osasco tenta, com sucesso, despertar nos moradores do vizinho bairro do Jaguaré, a chama emancipacionista, visando a posterior junção das duas comunidades. Isso não ocorreu em razão do sempre atento prefeito de São Paulo, Prestes Maia.

Nos anos de 1962/63 começava também a aparecer, dentro das empresas, os movimentos de base, surgidos principalmente da Frente Nacional do Trabalho, entidade de origem democrata cristã em contraposição as orientações socialistas e comunistas nos sindicatos.

Em 1963 foi instalado o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Conrado Del Papa foi eleito seu primeiro presidente. Ainda nesse ano, acontece a famosa greve de 700 mil trabalhadores visando a unificação da data base.

Em 31 de março de 1964, os militares tomam o poder, toda a diretoria do sindicato dos metalúrgicos é cassada e em 26 de maio, o exército através do 4º RI intervém em Osasco. As acusações são de subversão e corrupção, como acontece em todo o Brasil. São aprisionados sindicalistas e políticos.

Oficiais e praças ocupam o prédio da Prefeitura Municipal, em cuja sacada é assentada uma metralhadora. Logo depois o prefeito sai do prédio escoltado por oficiais e é levado para a sede do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna.

Todos os vinte e três vereadores são também detidos no quartel e só são libertados para votar na Câmara, a vacância do cargo de prefeito, contrariando a própria Lei Orgânica dos Municípios.

Caracterizado o afastamento do prefeito Hirant Sanazar, assume o vice-prefeito Marino Pedro Nicoletti aos 29 de maio de 1964.

9.2. Marino Pedro Nicoletti: vice-prefeito em exercício e interventor

O vice-prefeito, em exercício, é osasquense, nascido em Presidente Altino em 1921. Engenheiro formado, é funcionário do Instituto de Polícia Técnica, e segundo suas palavras mantinha-se alheio à movimentação política, até que foi chamado a assumir a prefeitura em 29 de maio de 1964.

Imediatamente após assumir, Marino Pedro Nicoletti nomeia um assessor especial, indicado pelo II Exército, Coronel Domingos Costa Hernandez.

Desenvolve-se então intensa luta política entre os partidários do prefeito e do vice-prefeito e uma grande alternância dos mesmos no poder. Marino Pedro Nicoletti governa a princípio, de maio de 1964 a janeiro de 1965. Hirant Sanazar retorna de janeiro de 1965 a julho de 1965 e Marino Pedro Nicoletti retorna definitivamente para governar de julho de 1965 a janeiro de 1966.

Certa feita, por força de um mandado de segurança, Hirant Sanazar governou por 24 horas. A situação era tão estranha que os funcionários e munícipes jocosamente perguntavam: qual era o prefeito de plantão ?

A 19 de fevereiro de 1966 encerra-se o mandato da Câmara Municipal e Marino Pedro Nicoletti é convidado a assumir o cargo de interventor, ou seja, fazendo leis e executando-as.

A partir daí até a posse do novo prefeito eleito e da nova Câmara de Vereadores, Marino governou auxiliado por um conselho composto por representantes dos clubes de serviços e entidades de classe.

Durante o seu governo foi elaborado o Plano Diretor de Osasco, iniciada a construção do viaduto de ligação do centro de Osasco com o bairro de Presidente Altino sobre a linha férrea e a instalação da Comarca de Osasco.

9.3. Guaçu Piteri: o surgimento de um novo político e um novo partido

Filho de colonos de café que se transferiram para Osasco, Antônio Dinaer Guaçu Piteri cursou a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiróz, em Piracicaba.

A única dificuldade que poderia impedir o jovem Antônio Dinaer Piteri de ser eleito prefeito de Osasco era que o seu apelido: Guaçu, através do qual ele era mais conhecido, não poderia constar da cédula eleitoral.

Foi então que o Juiz Eleitoral da então recém criada Comarca de Osasco, Bandeira de Melo, apresentou-lhe uma saída legal: de que incluísse o apelido ao nome. Segundo palavras do próprio Guaçu Piteri, quando este voltou de sua cidade natal, Pindorama, com o registro novo, o juiz lhe disse: “O senhor agora ganhou as eleições”.

Em razão de sua atuação no movimento emancipacionista, como líder estudantil, recebeu convite para concorrer às eleições de 1962, como vice-prefeito, mas não concordou por considerar-se imaturo na época. Vai então para os Estados Unidos fazer curso de pós-graduação em sociologia rural na Universidade de Cornell e na volta recebe grande homenagem popular, prenúncio do lançamento de sua candidatura a prefeito às eleições de 1966.

Com a extinção dos partidos tradicionais pelo regime de 1964, Guaçu opta pelo MDB, de oposição, e a 15 de novembro de 1966 sagra-se vencedor, conquistando 15.999 dos 36.000 votos de então. Bate nas urnas os candidatos Avedis Seferian, apoiado

por Hirant Sanazar e Hugo Crepaldi, apoiado pelo interventor Marino Pedro Nicoletti. Como seu vice, em votação já vinculada, é eleito Guido Collino

A legenda MDB faz-se também majoritária na Câmara, elegendo 14 dos 23 vereadores.

Nessa administração foram desapropriados e demolidos vários imóveis para ser construído o novo Largo de Osasco.

Em 1967 foi fundado o jornal “A Região” do jornalista João Macedo de Oliveira.

Entre os assessores de Guaçu, havia um representante dos trabalhadores e um dos estudantes, assim era cumprida a promessa feita em troca do apoio recebido.

Na área cultural, acontecia a 1ª festa do Imigrante no local onde hoje se situa a praça Dalle Coutinho e o Viaduto Metálico. A festa contava com barracas típicas e apresentava shows folclóricos das comunidades de imigrantes da cidade de Osasco.

Nessa mesma época é concluído o viaduto Ignês Collino, que ficaria muitos anos sem poder ser utilizado.

O antigo Largo de Osasco dá lugar a uma nova praça que ainda conta com novos terminais de ônibus. São implantadas melhorias no sistema viário.

O ano de 1968 é marcado pelo recrudescimento dos movimentos estudantis por todo mundo. Lutava-se por maiores liberdades, contra a presença dos Estados Unidos no Vietnã e, no Brasil, por uma abertura na política com maior participação dos estudantes e contra o arrocho salarial.

Em Osasco, os estudantes secundaristas promoveram grandes passeatas por causa das mortes de estudantes. Os sindicatos promovem um grande protesto no primeiro de maio, na praça da Sé, expulsando do palanque e apedrejando o governador do estado,

Abreu Sodré. O palanque foi tomado pelos operários oposicionistas. O Sindicato do Metalúrgicos de Osasco estava na linha de frente dos acontecimentos.

Guaçu Piteri foi bastante visado pelos órgãos de segurança, por ser àquela altura um dos poucos prefeitos de oposição e também em razão dos movimentos sociais ocorridos em Osasco durante o seu período de governo. Mais de uma vez houve tentativas de responsabilizá-lo pelas greves, movimentos operários e estudantis de 1968, visando o seu afastamento do governo municipal ao que ele respondia que a responsabilidade pelo aparato repressivo cabia aos governos estadual e federal.

Eleito para um mandato de quatro anos, Guaçu governaria somente três anos. É que por força de uma lei que visava fazer coincidirem os mandatos em todas as prefeituras municipais, as eleições foram antecipadas em um ano.

Dessa forma o segundo semestre de 1969 é marcado por uma grande efervescência política em Osasco. A campanha prometia ser das mais acirradas, visto que haveria o confronto, ainda que indireto, das duas maiores forças carismáticas de então: Guaçu Piteri e Hiranti Sanazar.

Guaçu Piteri lança como seu candidato o professor José Liberatti, secretário de educação e cultura do seu governo.

Entretanto um fato novo altera toda a situação: Hirant Sanazar que não havia sido efetivamente processado e sim afastado do cargo em 1964, e portanto elegível, é cassado em 1969 dias antes das eleições e tem seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Realizada as eleições, o professor José Liberatti foi eleito o novo prefeito de Osasco. O MDB conseguiu 22.420 votos: José Liberatti com 15.834 votos e João Gilberto

Port com 6.588 votos. A ARENA conseguiu 21.054 votos: Marino Pedro Nicoletti com 11.963 votos, Alfredo Thomaz com 5.888 votos e José Couzo Arévalo com 3.203 votos.

O MDB elegeu nove vereadores: Reginaldo Valadão, José dos Santos Sasso, Orlando Antônio Lopes, Clóvis Assaf, José Ferreira Batista, Ilarino Juliano, Antônio José de Souza Faria, João de Deus Pereira Filho e José Claudino da Silva.

A ARENA elegeu oito vereadores: Achoute Sanazar, Edair Borborema, Antônio Márcio Lopes, Primo Broseghini, Elias Aquiles de Miranda, Maria Conceição Coluna, João Catan e José Antônio de Lima.

9.4. Professor José Liberatti: prefeito de Osasco

O prefeito que assumiu o governo municipal aos 31 de janeiro de 1970 era natural de São Manoel, chegou a Osasco em 1956, indo lecionar no G.E. Vila São José. Em 1957 torna-se inspetor de ensino primário, cargo em que permaneceu por dez anos. Em 1967 assume as funções de Secretário de Educação e Cultura do Governo Guaçu Piteri, onde tem elogiada atuação, e daí saiu para candidatar-se a prefeito.

Apesar da conjuntura nacional ser favorável à ARENA, Osasco mantinha-se como município de oposição, a ponto de ainda em 1970 três vereadores da ARENA, passarem para o MDB, para assegurarem a continuidade de suas carreiras políticas. Dessa forma, apoiado por uma confortável margem de votos na Câmara, Liberatti consegue ver aprovados projetos que vinham sendo acalentados desde a administração anterior tais como a criação da Prosasco.

Em novembro de 1970, acontece a segunda festa do imigrante. Outro evento importante que se dá, é a segunda festa popular da música.

Ainda em 1970 os partidos de Osasco definem seus candidatos para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Pelo MDB saem José Camargo para federal e Guaçu Piteri e José dos Santos Sasso para estadual, e pela ARENA: federal, capitão Rodolfo dos Santos Ferreira e estaduais, João Gilberto Port e Alias Aquiles de Miranda. São eleitos José Camargo e Guaçu Piteri, e o senador mais votado em Osasco foi André Franco Montoro.

9.5. Francisco Rossi: prefeito da situação

O ano de 1972 é marcado pela realização de novas eleições municipais. Os candidatos são pelo MDB: Guaçu Piteri, Alfredo Thomaz e José Antônio Antiório. Pela ARENA concorrem: Marino Pedro Nicoletti, Achoute Sanazar e Francisco Rossi.

Guaçu Piteri consegue, mais uma vez, uma grande votação: 30.166 votos que, entretanto, não é suficiente para elegê-lo porque a soma da legenda do MDB foi de 33.026 votos. Saiu-se vencedora a ARENA com 39.848 votos. Pela primeira vez, em muitos anos, Osasco votava significativamente na situação.

Foram eleitos oito vereadores pela ARENA: Armando Moioli, Primo Broseghini, Antônio Gomes de Souza, Vrejhi Sanazar, Arthur Sérgio Castellani, José Couzo Arévalo, Edmundo Amaral, José Antônio de Lima. Pelo MDB foram eleitos nove vereadores: Antônio José de Souza Faria, Reginaldo Valadão, Orlando Lopes, Jorge Yoshida, João de Deus Pereira Filho, Antônio Márcio Lopes, Clóvis Assaf, Maria Coluna da Conceição Baptista e José Claudino da Silva.

Francisco Rossi de Almeida é natural de Caçapava, São Paulo, onde nasceu aos 10 de julho de 1940. Tendo mudado com sua família para Osasco, iniciou sua carreira

política dirigindo o grêmio estudantil do CEART (Colégio Estadual Antônio Raposo Tavares) e foi presidente da União dos Estudantes de Osasco (UEO) no período 1964 – 1965. Estudante da Faculdade de Direito de Osasco foi eleito presidente do Diretório Acadêmico e como candidato à prefeitura realizou campanha baseada principalmente no seu contato pessoal com o eleitorado.

O seu período de governo não foi dos mais fáceis politicamente. Se por um lado contava com o apoio do governo do Estado, o mesmo não ocorreria com relação à Câmara Municipal, onde a ARENA estava em minoria.

Entre os fatos significativos do seu governo está a criação da FUSAM (Fundação de Saúde do Município de Osasco) em outubro de 1973, a partir de uma iniciativa do Secretário Municipal de Saúde, o médico Faisal Cury.

Nas eleições legislativas de 1974 o MDB volta a sair-se vencedor. Guaçu Piteri elege-se deputado estadual. Os candidatos da ARENA: Ana Maria Rossi, irmã do prefeito e José Couzo Arévalo são derrotados.

O governo Rossi, a partir de então, dá grande ênfase ao desenvolvimento do esporte, sob o lema: “Osasco capital esportiva do Brasil”, o início da construção do viaduto da integração norte-sul sobre os trilhos da FEPASA e rio Tietê, passarela metálica para pedestres paralela ao viaduto, reurbanização do Largo de Osasco, construção da praça General Dalle Coutinho (Cebolão), criação da Vila dos Artistas no Jardim Cipava, alargamento da avenida Padre Vicente Mello (ex-estrada de Bussocaba) e duplicação de parte da avenida dos Autonomistas.

Finalmente com vistas às eleições de 1976, o partido lança três candidatos: Carlos Fernando Zuppo, Antônio Júlio Balthazar e Achoute Sanazar. Pelo MDB concorrem Guaçu Piteri, Reginaldo Valadão e Humberto Parro. Resultado final: MDB 50.360 votos,

dos quais 44.676 dados a Guaçu Piteri. A ARENA consegue 43.079 votos, sendo que Zuppo, apoiado pelo prefeito, é o mais votado com 38.128 votos.

O MDB faz também maioria na Câmara, elegendo dez vereadores: Antônio Márcio Lopes, Levy Tedeschi, Jair Assaf, Jair Sanches, Augusto Portela, Alfredo Thomaz, Antônio José de Souza Faria, Silas Bortolosso, José Claudino da Silva, Maria Conceição Coluna, contra nove vereadores da ARENA: Sebastião Bognar, Jesus Rodrigues Domingues Neto, Armando Moioli, Primo Broseghini, Tsuyoshi Yamato, José Antônio de Lima, Samuel Mendes Sanches, Gilberto de Camargo e João Costa.

9.6. Guaçu Piteri: pela segunda vez prefeito de Osasco

Antônio Dinaer Guaçu Piteri toma posse aos 01 de fevereiro de 1977, tornando-se assim o primeiro político a governar o município por dois mandatos eletivos.

Apesar de recrutar auxiliares diretos em São Paulo, e por isso receber severas críticas, Guaçu traz para o governo uma liderança emergente, Humberto Parro, que fora um dos candidatos a prefeito pelo MDB. Entretanto essa participação acaba sendo curta, são extintos cargos e Secretarias, entre as quais a de Administração, que fora confiada àquele político.

Nas eleições legislativas de 1978, o prefeito apóia a candidatura de Humberto Parro para deputado. Concorre pela ARENA, Carlos Fernando Zuppo. A deputado federal concorrem José Camargo pelo MDB e Francisco Rossi pela ARENA. Elegem-se Francisco Rossi de Almeida e Carlos Fernando Zuppo.

Com a extinção do bipartidarismo, começam em Osasco as articulações com vistas a criação dos novos partidos. O prefeito Guaçu Piteri assume a bandeira do

trabalhismo, tornando-se um dos primeiros articuladores do PTB de Brizola em São Paulo. O PT vai sendo formado sobretudo por lideranças sindicalistas, entre os quais o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, que retornara do exílio pouco antes. O PMDB reorganiza-se sob a liderança de Humberto Parro e o PP se reúne principalmente em torno do vereador Sebastião Bogнар. O PDS herda os quadros da Arena mais o vice-prefeito Gilberto Port e o deputado federal José Camargo.

Com a proximidade das eleições municipais marcadas para novembro de 1980, acirra-se a rivalidade entre o governo estadual de Paulo Maluf e o governo municipal.

A despeito dessa movimentação, as eleições de 1980 são adiadas para que haja coincidência de mandatos legislativos e executivos. Guaçu que havia sido privado de um ano de seu primeiro mandato, agora ganhava dois em seu segundo mandato.

Em razão da ex-deputada Ivete Vargas ter-se saído vencedora na disputa pela legenda PTB, contra o ex-governador Leonel Brizola, este é obrigado a encontrar nova denominação para o seu partido. Surge então o PDT, ao qual Guaçu se integra, assim como a grande maioria dos vereadores que havia sido eleitos pelo MDB.

Definida a data de 15 de novembro de 1982 para as eleições de Governador e Vice, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos e Vereadores, foram aumentando paulatinamente as especulações de qual seria a atitude a ser tomada pelo prefeito Guaçu Piteri. Para candidatar-se a um cargo legislativo teria que afastar-se do governo seis meses antes da data marcada para as eleições. Mas fazer isso implicaria em perder o controle da máquina administrativa, visto que seu vice Gilberto Port havia ingressado no PDS. Restava ainda a hipótese do vice não assumir, por também necessitar desincompatibilizar do cargo, como de fato ocorreu. Nesse caso o governo ficaria com o presidente da Câmara de Vereadores. Entretanto esse cargo de 1981 passou ao controle do

vereador Primo Broseghini, também do PDS. Dessa forma, para dar continuidade a sua carreira política, Guaçu deixou a prefeitura em junho de 1982, abrindo espaço para a segunda administração situacionista.

9.7. Primo Broseghini: prefeito por seis meses

Primo Broseghini é um dos legisladores que atuou por mais tempo em Osasco, estando presente em todos os cinco períodos legislativos de 1962 a 1982. Natural de Fundão, Espírito Santo, onde nasceu aos 30 de setembro de 1923, integrou o exército brasileiro como sargento, tendo servido como expedicionário, na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1981 foi eleito presidente da Câmara de Vereadores de Osasco e desta forma habilitou-se a assumir o cargo de prefeito municipal a 15 de junho de 1982, com a saída do então prefeito Guaçu Piteri.

Durante o seu curto período de governo, Osasco recebeu, pela primeira vez em sua história, a visita oficial de um Presidente da República, o general João Batista Figueiredo. No dia 16 de setembro o Presidente da República adentrava às dependências da Prefeitura e descerrava placa alusiva a sua passagem pelo município.

Realizadas as eleições de 15 de novembro, Osasco votou maciçamente nos candidatos do PMDB. Concorriam pelo PDS: o ex-prefeito e deputado federal Francisco Rossi, pelo PTB: o ex-deputado estadual Carlos Fernando Zuppo, o ex-prefeito Hirant Sanazar e o advogado José Carnaúba, pelo PDT: o professor José Antônio Antiório e o médico Celso Giglio, pelo PT: os sindicalistas Pedro de Oliveira e Joaquim Miranda e pelo MDB: Humberto Carlos Parro, Sebastião Bognar e Gabriel Figueiredo.

O voto vinculado e o desejo popular de votar na oposição fizeram com que a vitória do PMDB em Osasco fosse consagradora. Apesar de ter conseguido grande votação a nível individual, Francisco Rossi, na soma dos votos de legenda, foi derrotado pelo PMDB, sendo que o candidato mais votado desse partido, Humberto Parro, elegeu-se prefeito de Osasco.

9.8. Humberto Carlos Parro: prefeito

Nascido a 30 de julho de 1942 na cidade de Valparaíso, Humberto Carlos Parro veio para Osasco em 1957 com seus pais. Fez o curso colegial no CENEART (referência na qualidade de ensino) e formou-se em letras pela USP, sendo também bacharel em Filosofia e Teologia.

Foi bancário, funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e é professor do ensino fundamental e médio, tendo lecionado em diversas escolas estaduais e particulares. Foi ainda diretor da Coopergran, líder sindical do Sindicato dos Bancários e Secretários dos Negócios Administrativos durante a gestão de Guaçu Piteri.

Humberto Carlos Parro assumiu o cargo de prefeito a 31 de janeiro de 1983 e governou até 31 de janeiro de 1989.

O partido que conseguiu maioria na atual Câmara de Vereadores é o PMDB, que elegeu sete, ou seja: Luiz Carlos Camarotto, Fenelon Guedes Pereira, Ananias Kir Biykian Neto, Antônio Carlos Tonca Falseti, Eurípedes Brandão, José David Binsztajn, Enilson Lopes de Oliveira. O PTB elegeu cinco: Achoute Sanazar, presidente da Câmara no biênio 1983 – 1984, Antônio Márcio Lopes, Antônio Moraes Filho, José Fortunato Sirol e Josué Lucianelli. O PDS também elegeu cinco: Francisco Carlos Mota, Jesus Rodrigues

Domingues Neto, Faisal Cury, Hugo Crepaldi Filho e Samuel Mendes. O PT elegeu dois vereadores: João Paulo Cunha e Rosa Lopes Martins.

Ao assumir em 1983, o município assim como o estado e o país ainda sentiam os reflexos da crise recessiva iniciada em 1981, quando o desemprego atingia graus alarmantes. Com um bom relacionamento junto ao Governo do Estado, na época administrado por Franco Montoro, Parro recebe verbas destinadas às frentes de trabalho, chamados mutirões, onde os desempregados recebiam um pequeno salário e ajudavam a recuperar obras, construir canalização para esgotos, águas etc...

Em 1983, acontece em todo o Brasil uma greve geral que também é sentida em Osasco. Vários sindicatos sofrem intervenção e trabalhadores são presos. Ainda nesse ano, no dia do padroeiro Santo Antônio, comemorado no dia 13 de junho, o sindicato dos bancários de São Paulo com sua subsede em Osasco, consegue paralisar por um dia inteiro a Cidade de Deus, onde funciona a matriz do Bradesco, A paralisação foi devido ao não respeito pelo banco do feriado daquele dia santo.

É lançado o plano municipal de educação de adultos “Prá Valer”. No fim do ano há a apresentação do auto de Natal Caboclo no calçadão da rua Antônio Agu.

Surge nas bancas o jornal Primeira Hora.

Em 19 de dezembro de 1984, o largo de Osasco é palco de um grande comício pelas eleições diretas, com a presença de personalidades locais, nacionais e artistas de projeção nacional.

Em 1985, Francisco Rossi, ex-prefeito de Osasco, candidata-se e perde a eleição para prefeito de São Paulo pelo inexpressivo Partido Comunitário Nacional, PCN.

É lançada a revista osasquense “Cidade Revista”.

Nos anos de 1985 e 1986, temos na cidade as Iª e IIª feira de música de Osasco.

Por iniciativa da administração municipal e entidades locais, acontecem em 1986 vários eventos envolvendo artistas locais e nacionais. Dentre tais eventos, citamos a transformação da antiga mansão dos Prefeitos, no bairro Bussocaba, em área de lazer e o projeto de embelezamento urbano, com a pintura de painéis artísticos, muros e fachadas, o 1º de Maio unificado; a semana da paz; conclusão de parte e inauguração do viaduto de integração norte-sul “Tancredo Neves”.

O ex-Prefeito e ex-Deputado, Francisco Rossi, se elege como deputado constituinte.

A Prefeitura edita o jornal “Cidade de Osasco”.

Em 1987 a cidade compartilhou com uma greve geral dos funcionários públicos municipais e o pedido de intervenção estadual na administração, devido aos débitos acumulados de antigas desapropriações. Houve sucessivos atrasos nos salários do funcionalismo público.

No final do mandato de Humberto Parro, o ex-Prefeito Francisco Rossi de Almeida, candiata-se à prefeitura da cidade e em 15 de novembro de 1988, é eleito para um segundo mandato.

Vereadores eleitos para a Câmara dos Vereadores:

PTB (9 vereadores): Altino Rossi de Almeida, Carlos José Gaspar, Catharino de Lima Barros, Celso Antônio Giglio, Giro Inoguti, Jair Assaf, Maria Coluna da Conceição Baptista, Noel Ferreira Borges e Romeo Marchiorno.

PMDB (2 vereadores): Antônio Cláudio Flores Pitteri e José Santos Sasso.

PDS (1 vereador): Dionísio Alvarez Mateos.

PT (4 vereadores): Emídio Pereira de Souza, Henos Amorina, Marcos Lopes Martins e Reginaldo Oliveira de Almeida.

PRN (1 vereador): Francisco Carlos Motta.

PDT (1 vereador): Ludval dos Santos Oliveira.

PSB (2 vereadores): Maria Salete Ramos da Silva e Mário Luís Gluide.

PDC (3 vereadores): Mário Tenório Cavalcante, Sadamitu Omosako e Samuel Mendes Sanches.

9.9. Francisco Rossi: prefeito pela segunda vez (1989 – 1992)

Rossi toma posse em 1º de janeiro de 1989, tendo como um dos principais desafios, afastar novamente o risco de intervenção estadual e colocar as finanças municipais em ordem, pois os salários dos servidores e os compromissos com fornecedores e empreiteiras estavam todos atrasados. Logo no início de sua administração, Rossi, que contava com a maioria no Legislativo, consegue o apoio necessário para extinguir a FUSAM, que curiosamente, havia sido criada por ele próprio em seu primeiro mandato; a PROSASCO e a CAEMO, promovendo profunda reforma administrativa com o consequente enxugamento da máquina administrativa, permitindo-lhe sensível economia na folha de pagamento do funcionalismo público municipal. Rossi também encampou as funerárias particulares, que prestavam serviços de má qualidade e a custos totalmente absurdos e criou o serviço funerário municipal.

Uma das características marcantes da segunda administração de Rossi foi o arrojo demonstrado na construção de obras de grande porte e que marcaram a cidade nas diversas áreas de desenvolvimento. A administração erradicou uma enorme favela no

Jardim Munhoz Jr. Transferindo seus moradores para containers, enquanto que no local onde antes existiam barracos de madeira, construiu blocos de apartamentos para onde recolocou as famílias. A entrega deste conjunto habitacional, inédito na história da cidade, foi um evento que reuniu, em grande show, artistas de televisão, grupos musicais e foi visto por mais de vinte mil pessoas. Nessa mesma área, Rossi acabou com diversas favelas em vários bairros transferindo seus moradores e sem-terra para loteamentos já urbanizados no Jardim Conceição, no extremo sul do município e para o projeto Canaã, no Jardim Piratininga, zona norte da cidade. Rossi iniciou também a canalização do córrego Bussocaba e em convênio com o governo do estado, foi duplicada parte da avenida dos Autonomistas, precisamente em frente ao quartel de Quitaúna e iniciada a construção do complexo Maria Campos ligando o centro da cidade à Vila São José e rodovia Castelo Branco; promoveu a duplicação e paisagismo da Avenida Getúlio Vargas na Zona Norte; com recursos próprios construiu a segunda pista do viaduto Tancredo Neves e também o Viaduto Metálico Dr. Reynaldo de Oliveira, sobre a praça Gal. Dalle Coutinho, uma obra moderna que se caracteriza por um projeto ousado. O viaduto além de sua estética, destaca-se também por possuir um vão livre de mais de cem metros. É um atrativo e uma característica de Osasco. Rossi embelezou a cidade com a reconstrução, iluminação e paisagismo de mais de 40 praças, o largo de Osasco e a construção do novo terminal rodoviário da Vila Yara. Integrou também a cidade de norte a sul com a extensão e criação de linhas de ônibus.

No campo cultural e esportivo, Rossi concretizou o intercâmbio com as cidades irmãs de TSU no Japão, Osasco D'Itália e Viana em Angola; iniciando também a construção de um enorme complexo cultural no Jardim das Flores, com teatro ao ar livre e projeto arquitetônico do renomado Oscar Niemayer.

Em convênio com o Bradesco, construiu 12 unidades integradas de EMEIS e creches.

Em 1990, a cidade mostra sua importância política nas campanhas presidenciais, promovendo grandes comícios para os principais candidatos, Fernando Collor de Mello, Mário Covas e Luiz Inácio Lula da Silva. Celso Giglio que foi o vereador mais votado da história de Osasco é eleito Deputado Estadual

Nessa mesma época a Prefeitura promove várias desapropriações de imóveis para construção de obras de interesse social e, concede cestas básicas para o funcionalismo municipal, atendendo assim, antiga reivindicação dos mesmos.

Os cursos básicos, secundário e faculdade da FITO, são ampliados e reinaugurados, assim como também é construído um ginásio poliesportivo. Foi construída à Escola de Educação Especial padrão; foram iniciadas as obras do Estádio Municipal, numa área de 28 mil m²; reformaram-se escolas municipais e estaduais, creches, centros esportivos e de vivência. A ampliação da frota da CMTO contou com ônibus de dois andares, como ainda existem na capital e em Londres. Nessa mesma administração foi construída e inaugurada a se própria da CMTO.

Rossi também projetou a imagem da cidade por mais de um ano apresentando um programa de televisão aos sábados à noite, pela TV Gazeta, canal 11. O programa “Francisco Rossi e Você” que foi ao ar no período de 1991 – 1992, obteve boa repercussão, obtendo segundo o IBOPE, bons índices de audiência. O programa, que em sua maioria tratava de assuntos de Osasco e sua gente, levou também ao ar matérias internacionais produzidas no Santuário de Fátima em Portugal e nas cidades-irmãs de Tsu, no Japão, Osasco na Itália e Viana, em Angola, na África

Em 1992, após acirrada disputa política eleitoral, o médico Celso Giglio, indicado e apoiado por Francisco Rossi, vence as eleições para prefeito em primeiro turno.

Vereadores eleitos para a Câmara Municipal:

PTB (oito vereadores): Antônio Rossi de Almeida, Antônio César de Oliveira Braga, Armando Martins Cordeiro, Carlos José Gaspar, Giro Ionoguti, Jair Assaf, José Barbosa Coelho e Maria Coluna da Conceição Baptista.

PDC (dois vereadores): Antônio Aparecido Toniolo e Mário Tenório Cavalcante.

PMDB (quatro vereadores): Antônio Cláudio Flores Piteri, José Santos Sasso, Manoel Edvan Cerqueira e Willians Rafael Silva.

PSC (dois vereadores): Carlos Roberto Salge e João Agostinho Bezerra.

PDC (um vereador): Dionísio Alvarez Mateos.

PT (quatro vereadores): Emídio Pereira de Souza, Henos Amorina, Marcos Lopes Martins e Reginaldo Oliveira Almeida.

PFL (um vereador): Faisal Cury

9.10. Celso Giglio: prefeito (1993 – 1996) e (2000 – 2004)

Celso Giglio que, anteriormente, havia sido eleito vereador, ocupando a presidência da Câmara Municipal de Osasco, e sendo também eleito deputado estadual, vence em 1992, após acirrada disputa, a eleição para prefeito já no primeiro turno, tendo como seu principal articulador Francisco Rossi de Almeida.

As principais candidaturas e suas respectivas votações nesta eleição foram as seguintes:

Celso Giglio – PTB: 126.406 votos

João Paulo Cunha – PT: 63.963 votos

Guaçu Piteri – PMDB: 35.465 votos

Antônio Carlos Roxo – PSDB: 5.637 votos

Francisco Motta – PRN: 2.395 votos

Mal o novo prefeito havia tomado posse, a cidade se viu, mais uma vez, na iminência de uma intervenção decretada pela justiça, devido a dívidas provenientes de desapropriações feitas em outras administrações. O prefeito então, pagou parte dessa dívida, resolvendo momentaneamente o problema.

Outro acontecimento que afetou a rotina da administração municipal e a vida da cidade, foi a demissão de mais de 4.000 funcionários da Prefeitura determinada judicialmente devido a uma ação movida pela bancada dos vereadores do PT e que corria na justiça desde a administração anterior. Celso Giglio realizou um governo essencialmente voltado ao social. Reurbanizou favelas e concluiu alguns trabalhos da administração anterior, ampliou as redes de água, esgoto e asfalto. Reiniciou as obras do centro cultural e do estádio municipal, no Jardim das Flores, que haviam sido iniciadas por Rossi, entretanto, somente parte do anfiteatro foi concluído.

Giglio construiu um grande hospital no centro da cidade, atualmente um dos mais completos de toda a região e o Hospital e Maternidade Amador Aguiar, na zona Norte da cidade, construído e equipado pelo Bradesco, já como parte do projeto de parcerias que, com o apoio da Câmara Municipal, permitiu realizar a mudança de zoneamento da cidade e a conseqüente implantação de grandes empresas como Wal Mart, Carrefour e Ponto Frio além das empresas de ônibus da cidade, que construíram grandes equipamentos sociais como Pronto Socorro do Santo Antônio, o Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato e o Terminal Rodoviário da Vila Yara, entre outras parcerias.

O ano de 1996 marcou internacionalmente a cidade pela dor e pela solidariedade. No dia 11 de junho, um vazamento de gás provocou a explosão de parte do piso do Osasco Plaza Shopping, vitimando 42 pessoas e deixando centenas de feridos. O socorro às vítimas foi imediato, mobilizando toda a sociedade civil, autoridades, meios de comunicação, bombeiros, hospitais e vários heróis anônimos que tudo fizeram para socorrer e amenizar o sofrimento causado pelo trágico acidente. Após seis meses de fechamento, em dezembro do mesmo ano, o Shopping reabre as portas. Não se apurou os responsáveis pelo acidente, não há condenações e indenizações. Passa-se uma imagem de um acidente comum e rotineiro.

Na administração Giglio, a cidade foi diversas vezes ameaçada pelo fantasma da intervenção, assim mesmo sempre recorreu a todos os meios de direito. As dívidas do município se elevaram de forma assustadora, ainda mais considerando-se a emissão de Títulos da Dívida Pública, conhecidos como Precatórios, além de dívidas antigas como a dívida com o Comind, rolada desde a administração den Guaçu Piteri, dívidas junto ao Banespa, por adiantamentos de receita orçamentárias, as ARO, desapropriações, como o do cemitério Parque dos Girassóis, e outros. A administração Giglio, dentro dos dispositivos que a lei lhe permitiu, rolou praticamente todas estas dívidas.

Em 1994 Francisco Rossi candidatou-se ao governo do Estado, pelo PDT de Brizola, levando o pleito até o segundo turno frente a Mário Covas, que ganhou a eleição. Giglio trabalhou também para eleger Fernando Zuppo deputado federal e pouco tempo depois de sua eleição, rompeu com o mesmo e com seu principal cabo eleitoral, Francisco Rossi.

Rossi ainda nesse ano foi candidato à Prefeitura da Capital pelo PDT. Com um discurso religioso, perdeu a eleição mais uma vez. Nesse período, Rossi rompe com o bispo da arquidiocese de Osasco, alegando perseguição a sua pessoa, torna-se evangélico militante.

Giglio promoveu grandes inaugurações por toda a cidade, com palanques, shows e fogos de artifício. Fez da escolha do seu sucessor, um grande mistério, levando uma enorme quantidade de pessoas o extremo sul da cidade, já nos limites com o vizinho município de Cotia, para ali, em cima de máquina compactadora anunciar que o seu candidato a sua sucessão seria seu então secretário de governo, o advogado Silas Bortolosso e para vice o médico Carlos José Gaspar.

Silas Bortolosso foi eleito em outubro de 1997 por grande maioria de votos e em primeiro turno. Os dois outros candidatos mais votados foram, João Paulo Cunha do PT, que perdia mais uma vez a eleição para prefeito e Fernando Zuppo que concorreu pelo PDT.

Em sua segunda administração Giglio destaca a realização de mais de 400 obras em todas as áreas. No entanto, o destaque maior fica por conta do aumento da arrecadação de impostos, não só municipal como estadual. Da região metropolitana, Osasco foi a cidade que apresentou o maior adicionado do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), sendo que o crescimento ficou em 55% no período entre 2001 e 2003. A administração criou o projeto Bairro da Gente, em que todas as Secretarias prestam serviços em cada bairro da cidade. Também foi responsável pela implantação do transporte escolar gratuito do programa Bolsa Escola.

Vereadores eleitos para a Câmara Municipal:

PT (seis vereadores): Aluísio da Silva Pinheiro, Antônio Aguiar de Caldas, Marcos Lopes Martins, Maria José Favarão, Roberto Trapp e Rubens Bastos do Nascimento.

PTB (quatro vereadores): Antônio Aparecido Toniolo, Gilmar Romano, Jair Assaf e José Barbosa Coelho.

PMDB (um vereador): Antônio Cláudio Flores Piteri.

PSB (dois vereadores): Carlos Aparecido Clemente e Mário Luiz Guide.

PL (um vereador): Délio Camargo Teruel.

PDS (um vereador): Dionísio Alvarez Mateos.

PSDC (dois vereadores): Fumio Miazaki e Marcos Arruda.

PFL (dois vereadores): José Amando Mota e Manoel Edvan Cerqueira.

PV (um vereador): Luiz Clóvis Medeiros.

PSDB (um vereador): Reginaldo Oliveira de Almeida.

PPS (um vereador): Terezinha Bonezi Gaspar.

9.11. Silas Bortolosso: prefeito (1997 – 2000)

O governo de Silas Bortolosso nos seus dois primeiros anos se caracterizou por um trabalho de cunho social. Estrangulado pelas dívidas resultantes de várias administrações e que somente agora estouraram os prazos e recursos legais, é obrigado a ter que saldar diversos processos judiciais. Silas Bortolosso realiza um governo difícil onde o maior desafio é administrar as contas do município, diante de uma fabulosa dívida. Assim mesmo, administra a cidade, atende as principais necessidades colocando em funcionamento toda uma grande rede de prontos-socorros e os dois grandes hospitais deixados pelo seu antecessor. A manutenção em bons padrões da rede de saúde é um dos

trunfos da administração de Sila. A educação foi municipalizada com a encampação de 12 escolas estaduais de primeiro e segundo graus e o setor cultural ganha um extraordinário apoio, com a promoção contínua e permanente de peças teatrais, apresentações musicais, mostras de arte e fotografia. O Fundo Social de Solidariedade, sob a presidência da primeira-dama, Virgínia Bortolosso, realiza grandes eventos de assistência aos menos favorecidos, realizando campanhas que contam com a adesão da comunidade em geral, como a do agasalho, do Natal da cidade que somente em 1997 distribuiu 67.000 brinquedos, os casamentos comunitários e muitos outros programas assistenciais.

O destaque da gestão do prefeito Silas Bortolosso foi o investimento na área social. A administração ampliou a doação de cestas básicas, material escolar, agasalhos e cobertores. Apesar do baixo repasse de verbas do SUS (Sistema Único de Saúde). Silas manteve todos os serviços em funcionamento. Ele se orgulha do prêmio internacional que a saúde de Osasco ganhou da Fundação Abrinq, como exemplo para o país. Em um momento que as administrações executivas tentavam se adaptar às mudanças previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal um dos grandes feitos da administração Silas foi o não endividamento da cidade. Todo o investimento na área social e em obras foi feito com recursos próprios.

Sua administração dedicou atenção especial aos idosos, com a construção do Centro de Atenção do Envelhecimento. Também criou cursos para a terceira idade na FITO e um ônibus para transportar os idosos e a construção de mais seis Centros de Convivência.

Vereadores eleitos para a Câmara Municipal:

PTB (oito vereadores): André Sacco Júnior, Antônio Aparecido Toniolo, Dionísio Alvarez Mateos, Giro Inoguti, José Barbosa Coelho, Maria Coluna da Conceição Baptista, Paulo Sartori e Willians Rafael da Silva.

PMDB (três vereadores): Antônio Flores Cláudio Piteri, Bernardino de Couto Alves e Manoel Edvan Cerqueira.

PDT (dois vereadores): Délbio Camargo Teruel e Mário Tenório Cavalcanti.

PT (três vereadores): Emídio Pereira de Souza, Marcos Lopes Martins e Sônia Maria Rainho Martins.

PRONA (dois vereadores): Faisal Cury e Romeu Marchiorno.

PSDC (um vereador): Fumio Miazaki.

PFL (um vereador): José Amando Mota.

PSB (um vereador): Mário Luiz Guide.

9.12. Emídio Pereira de Souza: prefeito (2005 – 2008) e (2009 – 2012)

Emídio Pereira de Souza, PT, advogado, 50 anos, natural de Inúbia Paulista, na região da Alta Paulista, é casado com Márcia Abreu e tem quatrofilhos, está em seu segundo mandato como prefeito de Osasco. Antes de ser eleito prefeito de um dos principais municípios do Estado de São Paulo exercia a função de deputado estadual. Ocupou, entre outros cargos, a 1ª Secretaria da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o segundo mais elevado na hierarquia da Casa.

Iniciou a carreira parlamentar em 1969, quando foi eleito vereador em Osasco. Foi também reconduzido duas vezes ao cargo, em 1992 e 1996.

Devido ao seu desempenho como vereador, o PT de Osasco lançou Emídio candidato a deputado estadual nas eleições de 1998. Ficou na suplência, mas em janeiro de 2001 assumiu a titularidade do mandato. Foi ainda presidente da Comissão de relações do Trabalho e membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Emídio também foi escolhido pela Rádio Jovem Pan AM o melhor deputado estadual de 2001.

Foi o candidato do PT à Prefeitura de Osasco, pela primeira vez, nas eleições de 2000.

Em 2002, foi eleito deputado estadual com 102.330 votos. Obteve ainda a maior votação, em termos nominais, para o cargo na cidade de Osasco: 71.620 votos ou 24% dos votos válidos.

Em 2004, foi eleito prefeito de Osasco, tendo sido reeleito em 2008, com 50,98% das intenções, num total de 204 mil votos.

Vereadores eleitos para a Câmara Municipal:

PT (seis vereadores): Aluísio da Silva Pinheiro, Antônio Aguiarões de Caldas, Marcos Lopes Martins, Nelson Matias da Silva, Rubens Bastos do Nascimento e Sônia Maria Rainho Gonçalves.

PRTB (um vereador): André Sacco Júnior.

PSDB (sete vereadores): Antônio Aparecido Toniolo, Carlos José Gaspar, Fábio Yuiti Yamato, Jair Assaf, José Barbosa Coelho, Luiz Clóvis Medeiros e Reginaldo Oliveira de Almeida.

PT do B (dois vereadores): Antônio Cláudio Flores Piteri e Sebastião Bogнар.

PDS (um vereador): Dionizia José Gomes Luvizotto.

PTC (um vereador): Fumio Miazaki.

PSDC (dois vereadores): Gilmar Romano e Oswaldo Virgínio da Silva.

PFL (um vereador): José Amando Mota.

PSB (um vereador): Mário Luiz Guide.

Vereadores eleitos para a Câmara Municipal (2009 – 2012):

PT (quatro vereadores): Aluísio da Silva Pinheiro, João Góis Neto, Rubens Bastos do Nascimento e Valmir Pracidelli.

PMDB (uma vereadora): Ana Paula Rossi de Almeida Magdesian.

PSB (três vereadores): André Sacco Júnior, Jair Assaf e Sebastião Bognar.

PRP (dois vereadores): Antônio Aparecido Toniolo e Fumio Miazaki

PHS (um vereador): Antônio Pedro da Silva.

PT do B (um vereador): Carlos José Gaspar.

PV (um vereador): Cláudio Henrique da Silva.

PSB (dois vereadores): Eduardo Pereira Martins e Mário Luiz Guide.

PSDC (um vereador): Fábio Yuiti Yamato.

PP (um vereador): Josias Nascimento de Jesus.

PTB (um vereador): Luiz Clóvis Medeiros.

PR (dois vereadores): Oswaldo Virgínio da Silva e Rogério Luís Wanderley.

PSL (um vereador): Valdomiro Ventura da Silva

Entrevista com o prefeito Emídio Pereira de Souza:

1. Na sua concepção o que é poder ?

Poder é a oportunidade de realizar algo e só faz sentido se for para ajudar e melhorar a qualidade das pessoas. O poder precisa ser exercido com moderação, porque tem tanta força, que se for usada de maneira desmedida você esmaga muita gente.

2. O poder é importante para o senhor ?

Se eu não tivesse poder, não poderia fazer o que eu faço. Mas me preocupa muito o excesso. Esse limite é importante, desde que preservada a autoridade. O cargo de prefeito, portanto é uma autoridade e merece respeito. O limite de ir além da autoridade é um limite difícil de estabelecer, mas acredito que estou conseguindo respeitar bem essa linha. Medidas duras, eu tomo sim, mas no limite do limite. Tem muito a ver com a pessoa, procuro exercê-lo de maneira mais leve, para criar um ambiente de responsabilidade mútua. Prefiro o termo liderança.

3. Como o senhor distingue liderança e poder ?

A liderança pode ser constituída a partir da força, por uma pessoa que a exerce. O poder com tanta força, que sua liderança é imposta. Eu acredito num outro tipo de liderança, na liderança que serve, que atrai pessoas, que se dá de forma natural.

4. Exercer essa liderança servidora em Osasco é fácil ?

Não é fácil porque Osasco vem de uma tradição de líderes muito centralizadores. Que não toleravam divergências na equipe e que exigiam um grau de submissão que não permitia que ninguém crescesse ao seu lado. Eu não tenho essa preocupação, muito pelo contrário. Só tem medo disso quem não confia em si.

5. Sua liderança é compartilhada ?

Eu costumo ouvir muito, compartilhar opiniões. Mas não abro mão de decidir as coisas mais importantes da prefeitura, não abro mão nem internamente, nem externamente. Ouço muita gente, mas quem decide sempre sou eu.

6. Quem foi um bom prefeito em Osasco ?

Cada um, no seu tempo, deu uma contribuição. Seria injusto dizer diferente. O Hirant pegou uma cidade que não existia e implantou os primeiros serviços. O Marino foi interventor, o Guaçu Piteri teve uma história muito interessante, prefeito nos 60 e depois 70, ele implantou vários serviços que temos hoje, saúde, educação, assistência social. O Rossi, em seu primeiro mandato, prosseguiu no que o Guaçu fazia, iluminação, água encanada, grandes avenidas foi dessa época. Outros prefeitos como o Liberati teve um papel mais para a educação. O Parro investiu muito na periferia, com saneamento básico. O Rossi, no segundo mandato, cuidou de obras grandes, o Celso expandiu alguns serviços, mas endividou demais o município, numa situação quase inadministrável. O Silas foi um pouco mais modesto.

PODER

Se eu não tivesse poder, não poderia fazer o que eu faço. Mas me preocupa muito o excesso. Esse limite é importante desde que preservada a autoridade. O cargo de prefeito portanto, é uma autoridade e merece respeito. O limite de ir além da autoridade é um limite difícil de se estabelecer, mas acredito que estou conseguindo respeitar bem essa linha. Medidas duras, eu tomo sim, mas no limite do limite. Tem muito a ver com a pessoa, procuro exercê-lo de maneira mais leve, para criar um ambiente de responsabilidade mútua. Prefiro o termo liderança.

(Fonte: Jornal A Rua, 18/5/2007, pág. 7)

7. O senhor foi reeleito para governar Osasco por mais quatro anos.

Quais foram os principais avanços registrados na cidade durante sua primeira gestão e que levaram a esse reconhecimento nas urnas ?

Fico muito feliz e honrado com essa reeleição justamente por considerar esse resultado um reconhecimento do trabalho que realizamos nesses primeiros quatro anos. Herdamos uma cidade em estado lastimável, com graves problemas inclusive em serviços essenciais. Em meu primeiro dia de governo, não havia sequer coveiros para enterrar os mortos e a Saúde estava sucateada, com ambulâncias quebradas e goteiras no centro cirúrgico de nosso principal hospital municipal (Antônio Giglio). Isso para citar os casos mais gritantes. Então, tivemos que trabalhar muito para reverter esse quadro. E, mesmo assim, tivemos importantes conquistas. Fizemos obras antienchentes que garantiram, a milhares de famílias, o fim de um pesadelo de quase quatro décadas de inundações em suas casas. Iniciamos também o maior programa habitacional da história de Osasco, garantindo moradia digna a pessoas que durante uma vida inteira moraram em barracos de madeira. Na educação, além de garantir uniforme e material escolar gratuitos a todas as crianças, oferecemos os mesmos programas pedagógicos adotados pelos colégios particulares.

Na saúde, somos a única cidade, além do município de São Paulo, a contar com um INCOR. Somos ainda referência hoje, para o Brasil, em iniciativas para garantir autonomia às pessoas beneficiadas com o Bolsa Família. Mas, dentre todas essas conquistas, a que considero mais importante, sem dúvida,

é a participação democrática da sociedade organizada na administração municipal.

Reativamos e criamos conselhos municipais nos mais variados setores, Habitação ao Esporte, para garantir que a população seja ouvida em todas as decisões que tomamos. E temos ainda o Orçamento Participativo, que permite aos moradores elegerem quais obras devem ser incluídas na peça orçamentária de cada ano. Considero a participação popular fundamental em qualquer administração que tenha como objetivo garantir uma vida melhor à população.

8. Quais são seus principais planos para o futuro ?

Quero continuar transformando Osasco em uma cidade cada vez melhor para ser viver e, principalmente, com cada vez mais espaço para a participação popular. Costumo dizer que quem ouve mais erra menos. E, no caso da administração pública, isso é ainda mais verdadeiro. A população sabe que Osasco está no caminho certo e pode esperar, além da continuidade de nossos principais projetos, muito mais investimentos em Obras, na Saúde, na Educação e na Habitação. Além disso, vamos manter a cidade no rumo do crescimento, atraindo cada vez mais empresas e oportunidades de emprego, seguindo o mesmo ritmo do Brasil.

(Fonte: Revista Estados & Municípios, ano 23, nº 193, setembro de 2009, páginas 7 e 8)

9.12.1. Orçamento Participativo - OP

Em 2005 no 1º ano de gestão do governo municipal, os osasquenses conquistaram um importante direito: o de opinar sobre os investimentos da Prefeitura. Com a implantação do **Orçamento Participativo**, agora é a população quem define onde a administração municipal aplica o dinheiro arrecadado com impostos.

Essa **participação** é garantida por meio de plenárias, nas quais moradores dos bairros da cidade, divididos em 18 regiões, escolhem delegados para representá-los junto à administração municipal. Eles também elegem obras prioritárias e a Prefeitura fica com a obrigação de executar ao menos uma delas por região, incluindo-as no Orçamento do ano seguinte.

Nesse primeiro ano em vigor, além de pelo menos uma indicação de cada região ter sido incluída no Orçamento de 2006, a Prefeitura começou a executar alguns dos pedidos da população: Programa Saúde da Família, Construção de Pronto Socorro para o Jardim Conceição, Canalização do Córrego Bussocaba, Urbanização do Morro do Socó, Construção de um posto da corporação da guarda municipal na Vila Yara, Recapeamento de ruas do Jardim D’Abril e Urbanização da área do Tijuco Preto, na Vila Pestana.

A população tem um instrumento eficaz de participação direta, com os moradores decidindo e influenciando a elaboração do **orçamento municipal**.

Com o OP, os osasquenses, organizados em 18 regiões, debatem e votam as prioridades para obras, serviços e programas que querem ver realizados em seus bairros. A prefeitura garante a transparência e as informações sobre finanças públicas e a população passa a ter em suas mãos a possibilidade de construir um futuro melhor para todos.

O OP configura-se assim como um programa de inclusão social, ao educar os moradores para o exercício pleno de sua cidadania e a conquista de seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

As plenárias do OP ocorrem em datas determinadas pela Prefeitura Municipal. Coloca-se uma faixa, num determinado local do bairro, convocando os moradores para participarem do orçamento participativo. Sempre, durante um sábado, a partir da 14 horas em locais ocupados pelas escolas públicas.

Essa participação é condicionada a escolha de obras prioritárias e a prefeitura fica com a obrigação de executar ao menos uma delas por região, incluindo-a no Orçamento do ano seguinte.

A escolha de “obras prioritárias” fica condicionada ao orçamento disponível, assim as que excederem o valor econômico disponível não serão atendidas.

A expressão, participação direta, é condicionada a um convite público, em datas de preferência do poder executivo, jamais uma participação comunitária organizada pela população.

Contraria a proposta de poder local, descentralizado, com uma visão mais ambiciosa, comprometida com o bem estar da população e com uma visão política de médio e longo prazo.

10. Eleições Municipais em Osasco(gestão 2009 a 2012):

programas de governos dos candidatos: Emidio Pereira de Souza e Celso

Giglio

**(Emídio - coligação “Osasco de Todos”: PT, PTB, PRB, PPS, PSL, PRTB, PV,
PR, PRB, PCdoB, PSB, PHS, PSDC)**

(Celso Giglio - coligação “Pela Reconstrução de Osasco”: PSDB e Democrata)

Emídio Pereira de Souza: “Uma cidade para cidadãos”

“Pra fazer muito mais”

Desenvolvimento Econômico:

Criar a Lei Geral da Microempresa

Implantar programa de apoio a micro e pequena empresa.

Viabilizar o Centro de Convenções para feiras de comércio, indústria, serviços e negócios.

Inclusão Social:

Implantação do Programa “Leve Leite”.

Implantar a Unidade do Portal do Trabalhador Zona Norte.

Implantar novos Centros de Inclusão Digital nas áreas de maior vulnerabilidade do Município.

Criar dois novos Centros Públicos de Qualificação Social e Profissional.

Implantar um Centro de Referência da Juventude com formação capacitação multidisciplinar na Zona Norte.

Criar o cursinho pré-vestibular municipal gratuito para alunos de baixa renda.

Implementar a Pró – FITO (Programa de bolsa) para jovens carentes das regiões periféricas.

Educação:

Construir a Universidade Federal e adequar a malha viária da região de Quitaúna e Cidade das Flores.

Aumentar o número de vagas nas unidades educacionais, principalmente nas creches.

Construir mais dois CEUs; um na Zona Norte e um na Zona Sul.

Construir novas unidades escolares e dar continuidade as Reformas.

Acrescentar o tênis no Kit uniforme escolar.

Ampliar a oferta de atividades, no horário contrário ao das aulas, como a Escolinha do Futuro, na perspectiva da Escola de Tempo Integral.

Criar o Programa “A Escola vai para Casa”, com visitas de educadores aos alunos e suas famílias para acompanhamento do processo educacional.

Concluir a informatização das escolas com pleno funcionamento dos laboratórios de informática, inclusive nas EMEIs.

Esporte:

Construir ciclovias nas principais avenidas da cidade.

Ampliar e revitalizar os principais centros esportivos.

Realizar parceria para construção do Estádio da Vila Yolanda.

Ampliar a projeção da cidade através do futebol e vôlei/Finasa.

Ampliar o número de vagas do Projeto Desafio (natação, ginástica artística e atletismo).

Revitalizar e iluminar os campos de várzea.

Cultura:

Criar a Virada Cultural de Osasco.

Aprovar Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Criar novas bibliotecas e centros culturais nos bairros.

Implantar o programa Cinema nos bairros.

Instituir programa de gratuidade de cinema ao idoso.

Instalar o SESC Osasco.

Saúde:

Construir um Hospital Infantil, com UTI e ambulatórios especializados.

Ampliar a cobertura do Programa Remédio em Casa.

Criar uma Casa da Mulher na Zona Sul.

Criar o serviço de emergência ginecológica 24h na Maternidade.

Criar um centro de Diagnóstico por imagem (ultrassom, raio X, tomografia e endoscopia).

Construir novas unidades básicas de saúde.

Construir mais um Centro de Atenção ao Idoso

Estabelecer convênios com clínicas médicas particulares para suprir a demanda de especialidades.

Criar o prêmio incentivo ao bom desempenho do funcionário nas unidades de saúde, visando melhorar o atendimento ao cidadão.

Criar o programa de formação continuada voltada aos profissionais de saúde.

Implantar Programa de saúde escolar com atendimento oftalmologista (com fornecimento de óculos aos alunos carentes), dentista e otorrino.

Contratar mais médicos para suprir a demanda.

Criar mais duas Farmácias Populares na cidade (Zona Sul e Zona Norte) e ampliar a oferta de medicamentos.

Manter a unidade do INCOR Osasco e ampliar o serviço de cardiologia.

Implantar o “Circular da Saúde”, ônibus para interligar os principais bairros as unidades de saúde da cidade.

Estabelecer convênios com entidades especializadas em tratamento de dependentes de drogas.

Reformar e revitalizar as Policlínicas Norte e Sul e contratação de mais médicos especialistas.

Segurança Urbana:

Criar novas bases comunitárias da Guarda Civil Municipal nos bairros.

Ampliar o efetivo masculino e feminino da Guarda Civil Municipal e do corpo de vigilantes.

Instalar alarmes em todas as unidades de saúde e educação monitoradas 24h de GCM.

Implantar videomonitoramento da cidade em Câmeras, no centro da cidade, nos cruzamentos mais importantes, próximo das escolas, nos centros comerciais de bairros e nas principais entradas da cidade.

Ampliar o Programa de Segurança Escolar.

Gestão Democrática:

Criar a Coordenadoria da Juventude.

Criar Subprefeituras nas regiões Norte e Sul, com praças de atendimento e postos de serviços das principais secretarias do município.

Consolidar o Orçamento Participativo, formando e capacitando seus delegados.

Criar o Conselho Municipal da Comunidade Negra.

Criar o disque 156, central de relacionamento com o munícipe para sugestões e solicitação de serviços da Prefeitura.

Modernização Administrativa e Funcionalismo:

Implantação da nota fiscal eletrônica.

Construção do Novo Paço Municipal, abrigando os poderes Legislativo e Executivo.

Implantar em 2009, o projeto Osasco Digital, interligando todas as unidades públicas, com rede de alta velocidade.

Criação de programa de estágios remunerados na Prefeitura.

Elaborar novos Planos de Cargos e Carreira para os Servidores Municipais.

Realizar novos Concursos Públicos.

Implantar novo Estatuto dos Servidores Municipais.

Manter a Mesa Permanente de Negociação.

Viabilizar o pagamento das diferenças não pagas (resíduo) do FUNDEF desde 1998, aos professores da rede municipal.

Sistema Viário:

Construir nova entrada para a cidade a partir da Rodovia Presidente Castelo Branco, interligando ao complexo Maria Campos.

Executar a segunda fase da Avenida Visconde de Nova Granada ligando a Praça do Salgado (Vila Yolanda), à Avenida Sarah Veloso/Rodoanel através de túnel.

Prolongar a Avenida Nações Unidas ligando Quitaúna ao Centro e as Marginais.

Construir um túnel na Avenida dos Autonomistas para acesso aos hipermercados próximos ao Teatro Municipal.

Construir a Via Norte, duplicando a Avenida Costa e Silva interligando através das Avenidas Bandeirantes e Brasil aos bairros da Zona Norte ao centro da cidade.

Ampliar o programa de recapeamento asfáltico em todos os bairros.

Pavimentar as vias do Santa Fé, Três Montanhas, Santa Rita e demais bairros.

O seu programa de governo contradiz a sua frase chave: “Uma cidade para cidadãos”. Os treze pontos que sintetizam o seu programa abusa dos verbos: implantar (três vezes), construir (cinco vezes), criar (quatro vezes) e aumentar (uma vez).

Como podemos observar há em todos esses itens um abuso dos verbos citados acima.

Os verbos participar, debater e decidir pela vontade da população não se observa em nenhum item do programa.

Não há, no seu programa de governo, prerrogativas de como criar, no município, uma capacidade de autotransformação econômica e social a que chamamos de “poder local”.

Onde encontramos, no programa, transformações que envolvam a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas ?

Percebemos claramente a existência de um poder absurdamente centralizado nas mãos das elites.

O seu programa de governo referente à educação abusa do verbo construir no sentido material (obras), assim como, os verbos ampliar e construir têm o mesmo sentido. E uma pérola do marketing político: “Criar o programa. “A Escola vai para Casa”, com visitas de educadores aos alunos e suas famílias para acompanhamento do processo educacional”. Nota-se, claramente, um conflito sobre o que se escreve e a prática educativa.

Em que momento, do programa, a população é convocada para discutir a organização do espaço onde vive ?

A importância estratégica dos mecanismos participativos no nível local é praticamente imperceptível.

Ao propor uma cidade para cidadãos não se identifica a expressão: qualidade de vida no programa. Percebe-se que o nível de decisão resume-se a executar obras, recolhimento de lixo e outras atividades de cosmética urbana.

Ausenta-se do programa de governo a seguinte proposta: o planejamento descentralizado com a possibilidade de os indivíduos se pronunciarem antes de as decisões serem tomadas e por meios científicos e educacionais com um centro de estudos municipais que possa mobilizar a capacidade científica local em torno da resolução dos problemas básicos do município.

O poder local, com os seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que poderão dar provas de eficiência.

Ratificamos que o candidato Emídio em seu programa de governo enfatiza a expressão “para fazer muito mais” e concorre a mais quatro anos de governo municipal.

Celso Giglio: “Fazer funcionar com excelência todos os serviços de todos os órgãos da Prefeitura”

“A Prefeitura é o Órgão Público mais próximo da população. Por isso, precisa funcionar muito bem para atender seus anseios e necessidades”

Administração Pública:

Valorizar o Servidor Público Municipal, com implantação de Planos de Cargos, Carreiras de Vencimentos, privilegiando a qualificação continuada e o desempenho como critério de ascensão funcional.

Elaborar o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Fornecer assistência médica e odontológica para todos os servidores.

Incorporar o Adicional de Assiduidade nos vencimentos.

Remessa de Projeto de Lei para concessão de ANISTIA de juros e multas sobre impostos e taxas, bem como redução de alíquotas do ISS para pçofissionais liberais e autônomos.

Reduzir a quantidade de cargos de livre nomeação em proveito das funções privativas do funcionário efetivo.

Implantar Sistema de Controle Interno dos procedimentos administrativos, aumentando a transparência da Administração Municipal.

Fixar prazos para o trâmite dos processos reduzindo a burocracia.

Promover as compras pelos sistemas de pregões presenciais e eletrônicos.

Divulgar as licitações pela Internet.

Informatizar e interligar em rede de alta velocidade, toda a Administração Municipal, permitindo acesso à prestação de serviços pela Internet.

Implantar sistema de análise de projetos, aprovação de plantas e emissão de certidões e alvarás através da Internet.

Criar estágio remunerado na Administração Municipal.

Implantar duas Sub-Prefeituras na Zona Norte e Zona Sul.

Implantar o Poupatempo Municipal.

Implantar uma unidade do Corpo de Bombeiros para a Zona Norte.

Promover justiça social, corrigindo distorções na cobrança dos tributos municipais.

Elaborar novos Códigos de Obras e de Posturas Municipais.

Revisar o Código Tributário Municipal.

Revisar a legislação sobre procedimentos disciplinares.

Criar a Procuradoria do Município.

Saúde:

Construir o Hospital da Criança, ao lado da Maternidade Amador Aguiar.

Construir duas novas Policlínicas: Zona Norte e Zona Sul.

Construir mais 10 Postos de Saúde na cidade.

Construir mais uma Casa da Mulher, na Zona Sul

Construir o Centro de Atenção ao Homem, com médicos especialistas em câncer da próstata.

Construir o Pronto-Socorro do Jardim Munhoz.

Ampliar o Centro de Atenção ao Idoso.

Implantar dois Prontos-Socorros Odontológicos 24 Horas – Zona Norte e Zona Sul.

Implantar Programa de Odontologia Preventiva.

Adquirir três ônibus ultra-som móvel.

Adquirir mamógrafos, tomógrafos, aparelho de ressonância magnética, aparelhos de raio-x, de ultrassonografia e outros equipamentos, para as Policlínicas e Casas da Mulher.

Ampliar e remodelar o Pronto-Socorro do Jardim Novo Osasco.

Concluir o Pronto-Socorro do Jardim D’Abril.

Construir o Pronto-Socorro 24 Horas do Jardim Conceição.

Renovar e ampliar a frota de ambulâncias da Prefeitura.

Aumentar o quadro de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde.

Implantar o terceiro turno de atendimento em todos os postos de saúde.

Valorizar os profissionais da saúde, com a melhoria gradativa da carreira e vencimentos, com programas permanentes de capacitação e produtividade.

Disponibilizar marcação de consultas por telefone e Internet.

Ampliar o Programa de Saúde da Família em todo o Município.

Implantar o Programa Posto Amigo da Criança, em todos os Postos de Saúde.

Implantar o Programa Pediatra na Escola.

Implantar o Programa Saúde do Adolescente.

Implantar o Programa Saúde da Mulher.

Contratar convênios para acelerar a realização de exames diagnósticos.

Garantir o fornecimento gratuito de remédios nas unidades de saúde.

Implantar o SAMU na Zona Norte.

Educação:

Instituir o Sistema Municipal de Ensino, a ser desenvolvido em conjunto com os profissionais.

Construir e ampliar unidades escolares, priorizando a educação infantil – mais vagas para creches e EMEIs.

Concluir os CEUs que estão em início de construção e construir mais duas unidades.

Ampliar a informatização da Secretaria Municipal de Educação, incluindo todas as escolas municipais.

Valorizar todos os Profissionais da Educação com a revisão do Estatuto do Magistério Público e o Plano de Cargos e Carreiras, corrigindo eventuais divergências em relação aos inativos e entre PDI e PDII.

Qualificação para todos os profissionais de apoio ao sistema, da faxineira ao inspetor.

Desenvolver Programas de Educação Continuada aos profissionais da Educação, incentivando e promovendo cursos de extensão.

Colocar dois professores por sala de aula nas duas primeiras séries do ensino fundamental.

Organizar equipes de apoio multidisciplinar para as escolas com atendimento a alunos portadores de necessidades especiais.

Implantar aulas de reforço escolar com plantões de dúvidas para alunos e pais.

Fornecer novo kit escolar com uniforme de moleton, tênis e material de qualidade, no início do ano letivo.

Implantar Programa Show de Aula – um computador por classe com projeção de vídeos educativos.

Resgatar os projetos de:

- Informática, com um computador por aluno no laboratório e um e-mail para cada aluno nas EMEFs e EMEIs.
- Xadrez.
- Salas de Leitura.
- Idiomas – Inglês e, alternativamente, Espanhol.
- Música e Artes.

Ampliar o programa de transporte escolar para os alunos das Creches, EMEIs e EMEFs.

Fornecer merenda escolar de qualidade e balanceada.

Investir na elevação da escolaridade dos jovens e adultos trabalhadores.

Garantir condições necessárias para inclusão de todos os alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular.

Expandir e adequar a grade de cursos de nível médio, tecnológico e superior da FITO, atendendo à demanda da nova economia.

Manter entrosamento com todas as entidades representativas dos profissionais de educação, conselhos municipais, alunos, pais e comunidade.

Solucionar a pendência do resíduo do FUNDEF, não pago aos professores.

Segurança:

Ampliar a Guarda Municipal, melhorando a carreira, os vencimentos, os equipamentos, e promovendo a formação continuada.

Reformar e ampliar a sede da GCM.

Construir dois sub-grupamentos da GCM, dotando-a de GPS e rastreamento.

Renovar e ampliar a frota da GCM, dotando-a de GPS e rastreamento.

Adquirir veículos especialmente adaptados para Bases Móveis da GCM.

Criar Órgão de Inteligência, para planejamento de ações preventivas de segurança.

Implantar a Ronda Escolar Ativa.

Expandir o policiamento preventivo e comunitário integrado às Polícias Militar e Civil.

Implantar novas Bases Comunitárias nos centros comerciais dos Bairros, Distritos Industriais e principais vias de acesso.

Implantar o Sistema de Monitoramento por câmeras de vídeo nos acessos, no Centro, nos núcleos comerciais dos bairros e terminais de transportes.

Implantar o sistema de monitoramento por câmeras de vídeo nas escolas.

Melhorar a iluminação pública nos pontos críticos de segurança.

Combater a violência nas escolas por meio de parceria entre a Administração Municipal e entidades especializadas no atendimento à criança e ao adolescente.

Implantar o Programa de Prevenção à Violência, utilizando a estrutura pública de educação, cultura, esportes e lazer.

Oferecer assistência médica e psicossocial às vítimas da violência doméstica.

Implementar ações integradas com outros órgãos públicos e da sociedade civil, para prevenção ao uso de drogas.

Melhorar a estrutura física da COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil).

Aumentar a frota e os equipamentos da COMDEC.

Implantar Programa Educativo de Prevenção de Acidentes, para ser ministrado nas escolas.

Colocar a GCM sempre presente nos pontos de comércio.

Habitação:

Concluir o Programa de Urbanização de Favelas e Áreas Livres.

Construir habitações populares para eliminar áreas de risco.

Fazer saneamento de todas as áreas que não têm rede de esgoto.

Fazer a Regularização Fundiária e títulos de propriedade (escritura) para as áreas livres e loteamentos sociais.

Implantar programa social de apoio técnico e material para melhorar a segurança e salubridade das moradias às famílias de baixa renda.

Implantar programa social de Cesta Básica de material de construção para famílias de baixa renda.

Agilizar a regularização de loteamentos clandestinos e irregulares.

Prestar assistência técnica e jurídica gratuitas para a regularização de loteamentos, permitindo a obtenção de escritura.

Ampliar a construção de moradias populares, com recursos próprios e também dos Governos Estadual e Federal.

Implantar programa habitacional para o funcionalismo público.

Emprego & Desenvolvimento:

Implantar os Distritos Industriais e Empresariais “Norte” (Paiva Ramos), “Sul” e “Oeste” (ao longo do Rodoanel Mário Covas) previstos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Criar a Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico com participação dos setores produtivos.

Desburocratizar os procedimentos de formalização e regularização de empresas.

Revisar o Código Tributário de forma a estimular as pequenas e médias empresas e setores com forte potencial para geração de emprego.

Revitalizar o Centro da Cidade.

Aumentar a oferta de ensino técnico e superior.

Integrar a Política Urbanísticas à promoção do desenvolvimento.

Cultura, Esportes e Lazer:

Estimular a formação de grupos amadores de Música, Teatro e Artes Plásticas.

Promover a cultura regional e sua difusão, especialmente no meio escolar.

Estimular por meio de convênios e incentivos fiscais, o patrocínio de empresas privadas ao esporte e à cultura.

Criar mais quatro Bibliotecas Ramais Digitais nos bairros de Osasco.

Criar Cineclubes Regionais Municipais.

Estimular e apoiar as manifestações culturais e artísticas das diversas comunidades da sociedade osasquense.

Priorizar o uso dos equipamentos públicos como Teatro Municipal, Espaço Cultural Grande Otelo e outros, para atividades artístico culturais.

Implantar o projeto “Virada Cultural” em Osasco.

Implantar programa de ginástica nos bairros para jovens e idosos.

Incentivar a profissionalização do setor artístico para geração de renda.

Implantar o Programa “Bom de Bola – Bom na Escola”.

Implantar os Clubes da Cidade – compostos por quadras de esportes, pistas para caminhada, ciclovia, campo, parque aquático, academia de ginástica e áreas de convivência – Zona Norte e Zona Sul.

Reformar o Estádio Municipal do Rochdale, ampliando as arquibancadas e implantando iluminação para jogos noturnos.

Transformar o Estádio da Vila Yolanda em Clube da Cidade para toda a família, com playground, Campo de Futebol, quadras poliesportivas, pistas

para caminhada, ciclovia, parque aquático, academia de ginástica, áreas de convivência para todas as idades e centro olímpico.

Implantar estádios distritais, dotando os campos de futebol dos bairros com alambrados, vestiários, centros de administração e arquibancadas, iluminação, destinados à prática do futebol amador.

Estimular e apoiar a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.

Promover torneios e competições de todas as modalidades esportivas, entre clubes e instituições osasquenses.

Construir ginásio para futebol de salão, exclusivo para realização dos campeonatos e torneios da LOFS (Liga Osasquense de Futebol de Salão).

Promoção Humana:

Reativar a isenção do IPTU aos aposentados e pensionistas.

Apoiar os Conselhos Tutelares na assistência à criança e ao adolescente.

Implantar os Centros da Cidadania, com atividades para a melhor idade, crianças e jovens, portadores de deficiência e desempregados.

Instalar duas novas unidades da Secretaria do Trabalho e Emprego – Zona Norte e Zona Sul.

Implantar “Infocentros” nos bairros, de modo a democratizar o acesso à Informática e à Internet.

Reativar os cursos de Geração de Renda e Valorização da Vida, e cursos de Capacitação para o Trabalho no Fundo Social de Solidariedade, pela Secretaria de Trabalho e Emprego e pela Secretaria da Promoção Social.

Meio Ambiente:

Fazer funcionar os núcleos de Educação Ambiental existentes.

Reativar e expandir o Programa de Despoluição de Córregos.

Recuperar áreas degradadas do município por meio da arborização.

Implantar o Programa “Osasco Mais Verde” – expandir a arborização das vias públicas.

Construir, no mínimo, dois novos Parques Lineares Públicos Ambientais e de Lazer – Zona Sul e Zona Norte.

Converter em áreas de preservação ambiental e de lazer as áreas hoje ocupadas pelas estações de água da SABESP no município.

Ampliar a capacidade de produção de mudas para replantio.

Construir dois Núcleos de Educação Ambiental, voltados à propagação da educação e consciência ambiental.

Limpeza e desassoreamento dos lagos do Jardim Três Montanhas.

Reativar o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo Urbano e expandi-lo para toda a cidade.

Introduzir em Osasco um sistema integrado de gerenciamento dos resíduos da construção civil, com reciclagem e aproveitamento.

Sistema Viário e Transporte:

Implantar o “Vida Fácil”, uma rede de corredores exclusivos de ônibus, apta a estruturar o transporte coletivo de Osasco.

Implantar o Bilhete Único, integrando ônibus, trem e Metrô de Superfície (Osasco/Grajaú), de forma a estimular o uso do transporte coletivo.

Implementação do Programa de Intervenções em pontos críticos no sistema viário, para dar maior fluidez ao trânsito.

Realizar a complementação da marginal do RODOANEL - em parceria com o Governo Estadual – ligando a Avenida dos Autonomistas à Avenida Sarah Veloso, no Conjunto dos Metalúrgicos.

Implantar a ligação entre o Parque Industrial Mazzei e Parque Industrial Água Vermelha, entre as Avenidas Roberto Pinto Sobrinho e Arinos.

Construir um viaduto ligando a Rua da Estação ao sistema viário Integração (Viaduto Tancredo Neves), facilitando o acesso à Zona Norte.

Constuir a continuação da Marginal do Tietê, do Viaduto Tancredo Neves à Quitaúna.

Implantar a ligação da Avenida Manuel Pedro Pimentel, com a Avenida Presidente Altino, como alternativa da ligação Jaguaré com o centro de Osasco.

Duplicar a Avenida Visconde de Nova Granada até a Av. Flora, passando pela Praça do Salgado e interligando na Av. Pref. Hirant Sanazar.

Interligar a Avenida Internacional com Avenida Santiago Rodilha.

Duplicar o Viaduto Jonas Bento.

Extensão da Rua André Rovai, até o complexo Tancredo Neves.

Implantação do complexo da Rua Veneza, ligando o Jardim Conceição à Av. Walter Boveri.

Ampliação da Rua Tenenete Avelar, da Gal Bittencourt até a Av. dos Autonomistas.

Implantação da Av. Panorâmica ligando a Av. Mauro Lindenberg Monteiro à Av. Alberto J. Byington e interligando os Distritos Industriais Mazzei e Água Vermelha aos bairros Bonança, Baronesa e Portal I e II.

Implantação da ligação da Av. Eurico da Cruz com a Av. Diretriz, com acesso à Ponte Petrobrás, e em sentido contrário à Av. Getúlio Vargas no Jardim Piratininga.

Interligação da Av. Graziela Flores Piteri, no Aliança, com a Av. Cruzeiro do Sul, no Rochdale.

Interligação da Av. Ônix com a Rodovia Anhanguera, em convênio com a Prefeitura de São Paulo.

Recapear e modernizar o sistema viário principal, em especial as vias arteriais, e onde haja circulação de ônibus e rotas de transportes de cargas.

Pavimentar todas as ruas da cidade que ainda não tiverem asfalto.

Construir, em conjunto com a Prefeitura de Carapicuíba, um novo terminal de integração ônibus/trem no Km 21.

Implantar e modernizar a iluminação pública nas ruas de Osasco, de forma a eliminar todos os “pontos escuros” da cidade.

Implantar novos terminais de ônibus em bairros.

Melhorar a sinalização de trânsito em todo o município.

Implantar serviço especializado de engenharia de tráfego.

Duplicação da Estrada da Alpina.

Implantação, Padronização e Iluminação dos Pontos de Ônibus com cobertura.

Drenagem e combate a enchentes:

Elaborar e executar o Plano de Macro Drenagem e Combate às Enchentes.

Promover a recuperação e ampliação de canais e córregos.

Implantação e redimensionamento de travessias e galerias.

Recuperar as margens dos córregos e promover recomposição da vegetação ciliar.

Recuperar, ampliar ou implantar canalizações ao longo de todo o córrego Rico, do Jardim Helena Maria até o Braço Morto.

Efetuar regularmente serviços de drenagem, desassoareamento e limpeza de córregos, canais e piscinões.

Efetuar regularmente a limpeza das bocas de lobo e galerias de águas pluviais.

Revitalização do Centro:

Reformar e construir a cobertura do calçadão.

Padronizar o mobiliário urbano, composto de placas, lixeiras, relógios, bancos, luminárias, etc.

Padronizar o calçamento e melhorar a sua conservação.

Realizar as obras necessárias para a melhoria do tráfego de veículos na região.

Expandir o centro para o Bonfim (Hervy) e Presidente Altino, melhorando a interligação entre ambas.

Estimular a instalação de estabelecimentos de serviços, de lazer e equipamentos culturais em prédios ociosos da região do Bonfim.

Construir, em parceria com o Governo Estadual, um terminal Intermodal no Centro, integrando Trem, Metrô de Superfície (Osasco/Grajau), Ônibus Municipal, Metropolitano e Rodoviário e interligando as duas áreas.

Desenvolver, em conjunto com a iniciativa privada, o programa de fomento à revitalização do Centro, com legislação específica e incentivos fiscais.

Implantar creches para filhos de comerciários, em conjunto com a iniciativa privada e entidades representativas, no centro e onde houver necessidade.

Como vimos, anteriormente, o candidato Celso Giglio, possui uma longa permanência administrativa no município

O seu programa de governo apresenta como missão primeira: “Fazer funcionar com excelência todos os serviços de todos os órgãos da Prefeitura”.

Percebe-se claramente que o opositor utiliza um marketing político de recuperação ao cargo de prefeito. Abusa exageradamente do verbo implantar, sempre no sentido assistencialista.

Divide o seu programa de governo nos itens: Administração Pública, Saúde, Educação, Segurança, Habitação, Emprego & Desenvolvimento, Cultura, Esportes e Lazer,

Promoção Humana, Meio Ambiente, Sistema Viário e Transporte, Drenagem e Combate à Enchentes e Revitalização do Centro.

Há uma preocupação do candidato, em relação ao anterior, com a qualidade de vida dos osasquenses ao citar as expressões: meio ambiente, sistema viário e transporte, drenagem e combate à enchentes e revitalização do centro, mas sempre com os verbos, nos inícios das frases: reativar, recuperar, construir, ampliar, introduzir, realizar, duplicar, pavimentar, efetuar, reformar, padronizar e expandir. São verbos de ação administrativa centralizadora (o prefeito).

Apresenta frases isoladas, em destaque (entre aspas) no programa de governo com a assinatura do candidato (reforço de credibilidade):

“A Prefeitura é o Órgão Público mais próximo da população. Por isso precisa funcionar muito bem para atender seus anseios e necessidades”.

“Mais importante ainda que construir equipamentos de saúde, é fazê-los funcionar direito e atender bem o cidadão, porque a doença e a dor não podem esperar”.

“Oferecer escola para toda criança é essencial, mas não é tudo. É preciso dar condições de aprendizado de verdade”.

“A violência é um mal que se combate com a mobilização de todos para garantir o bem estar da sociedade, e a prefeitura deve fazer a sua parte”.

“A família é a base da sociedade. O lar é o ninho da família, e um lar só pode existir com moradia digna”.

“Se queremos qualidade de vida na nossa cidade, precisamos gerar empregos de qualidade que ofereçam bons salários e benefícios”.

“Cidades precisam de obras e melhorias constantes. Mas, cidades são feitas por pessoas que precisam de música, dança, teatro, artes plásticas, literatura, esportes e lazer para viver melhor”.

“Cuidar das crianças, dos idosos, dos jovens, dos portadores de deficiências, e principalmente dos mais necessitados. Cuidar das pessoas é obrigação de um Prefeito”.

“Uma cidade deve ser boa e agradável para as pessoas. Precisamos manter a cidade limpa, melhorar o ar e cuidar dos recursos naturais para nós e para o futuro”.

“Nenhuma grande cidade resolve o problema do trânsito, sem expandir e melhorar o transporte coletivo. Precisamos melhorar o ir e vir das pessoas”.

“As chuvas são um bem divino, alimentam nossas plantações, melhorar o ar que respiramos, mas não podemos permitir que as águas das chuvas invadam nossas casas”.

“O centro é o coração de uma cidade. Para pulsar sempre forte e bem, precisa de manutenção constante, segurança e cuidados”.

“Educação: ensinar e aprender de verdade”.

Compromissos do candidato, **destaque em negrito**, no seu programa de governo:

“Remessa de Projeto de Lei para concessão de ANISTIA de juros e multas sobre impostos e taxas, bem como redução de alíquotas do ISS para profissionais liberais e autônomos”.

“APOSENTADOS E PENSIONISTAS: com Celso Giglio prefeito, a isenção do IPTU volta sem restrições”.

É um programa de governo de apelo sentimental que esconde uma militância administrativa anterior. Possui um cunho populista, centralizador e de caráter eleitoreiro. Programa de governo de promessas de obras.

A cidade de Osasco, que faz parte da Região da Grande São Paulo, possui uma superfície de 64,94 Km², uma população absoluta de 701.012 habitantes e 478.190 eleitores (IBGE, 2007). A sua superfície atual está assim dividida em bairros.

MAPA DE OSASCO

Mapa sem escala

11. O poder econômico: o grande capital

A internacionalização da economia leva a uma concentração financeira e econômica, traduzida pelas alterações das funções urbanas e por modificações brutais da lógica interna da cidade. Isso se dá, aliás, em todos os países do Sul, ainda que em graus diferentes. Por isso, as grandes cidades dos países subdesenvolvidos são cidades críticas. As necessidades de espaço mudaram, tanto em função de requisito da produção como da circulação, mais exigentes de rapidez. Isso se dá ao mesmo tempo em que novas vias de circulação têm que ser criadas para que a produção possa escoar rapidamente, num mundo em que a economia é cada vez mais uma economia de fluxos.

Se a necessidade de modificar a cidade, reconstruindo o espaço urbano, faz-se sentir de forma repetida e a fracos intervalos, o erário público é chamado a ter despesas sempre maiores, toda vez que a cidade se torna inviável para o grande capital. Por conseguinte, há ciclos sucessivos de inviabilização e reaviabilização da cidade, aumentando a superfície urbana, útil aos grandes capitais, estendendo a área urbana de forma específica, de maneira a permitir as condições exigidas pelas grandes firmas em matéria de espaço geográfico. O espaço das grandes firmas é um espaço particular, especial, organizado de forma específica, ao passo que a cidade tomada como um todo vai aumentando de função.

A crise urbana também se revela através da necessidade de investimentos maciços, sempre maiores para “reabilitar” a cidade, em contraste com a proclamada incapacidade do poder público, para efetivar esses investimentos que significa a impossibilidade de oferecer à população, os serviços sociais que ela espera e de que precisa.

Como a cidade se torna, cada vez mais, um espaço que organiza para abrigar as grandes firmas, isso reduz os recursos públicos possíveis de ser destinados à população, agravando a crise social.

Além do mais, a modernização contemporânea libera e repele mão-de-obra menos qualificada nos espaços que especializam (com atividade industrial ou agrícola) e encaminha grandes levas de pobres para as grandes cidades, onde se defrontam com enormes problemas para subsistir. As grandes cidades dos países do Sul são repositórios, ao mesmo tempo, dos elementos da modernidade e de uma grande massa de deserdados, gerados, em boa parte, como função dessa mesma modernização que, assim, vê acentuado o seu caráter perverso.

11.1. Wal Mart e Carrefour em Osasco

“Desde a chegada do Carrefour ao país, vinte anos atrás, não se via um tititi tão grande no comércio brasileiro. Inaugurada há pouco mais de um mês, em Osasco, cidade da Grande São Paulo, a maior loja da rede americana Wal Mart no Brasil bateu, nas vésperas do Natal, todos os recordes de vendas, de público e de confusões no setor de supermercados. A Wal Mart é a maior rede de comércio varejista do mundo e trouxe ao Brasil um tipo de loja que até agora não existia no país, o supercenter. É um misto de hipermercado com loja de departamento, com 60.000 itens diferentes em estoque, o dobro do Carrefour. Desde a inauguração a Wal Mart de Osasco está vendendo muitos deles a preços abaixo do custo. Isso atrai multidões de

compradores. No primeiro sábado, o lojão fechou a porta três vezes, para evitar tumulto. Mesmo assim, os clientes continuaram do lado de fora tentando entrar. No domingo, o supermercado estava programado para ficar doze horas aberto. Fechou seis horas antes, por falta de produto. As pessoas compraram tudo” (Revista Veja, 27 de dezembro de 1995).

A rede americana, conhecida no mundo por sua política de preços baixos, tem usado a mesma tática para crescer no Brasil. Seu primeiro duelo é com o Carrefour, maior rival fora dos Estados Unidos.

Todos os dias o pessoal do Carrefour dá um jeito de bisbilhotar o preço do concorrente. As diferenças são comunicadas por meio de um telefone celular para funcionários que ficam de plantão dentro do hipermercado com a missão de podar os preços e equipará-los ao do vizinho. Os funcionários do Wal Mart fazem exatamente a mesma coisa em relação ao Carrefour.

Na primeira semana do supercenter de Osasco, quando a rede americana entrou para arrasar, os dois venderam milhares de produtos por preços menores do que haviam pago à indústria. De lá para cá, muitos preços já subiram.

O Wal Mart promete estabelecer com o consumidor um pacto profundo baseado em três premissas básicas: primeiro, promete vender mais barato; segundo, ter o comprador como centro de atenção, buscando satisfazê-lo plenamente; terceiro, comprometendo-se a beneficiar, por meio da filantropia capitalista, a comunidade onde atua.

No Wal Mart o retrato de seu inventor e fundador, Samuel Moore Walton (1918-1992), nascido no coração dos Estados Unidos, em Des Moines, Iowa, quer atestar o compromisso de forma cabal, pois como um seguidor autêntico de Benjamin Franklin, Sam Walton assume que é o cliente quem manda e que os lucros e os gastos têm de ser limitados. A mensagem ética da empresa passa a ser: “Quanto mais riqueza para nós, mais riqueza para todos”.

Vender barato é o verdadeiro milagre do Wal Mart, sobretudo no Brasil, onde o público consumidor, principalmente o povão pobre e urbanizado perenemente marginalizado e carente de direitos e de uma máscara humana, descobre a existência de comerciantes que produzem a abundância a preços baixos.

“Se o pobre urbano não tem cara ou vez nas intermináveis filas dos postos de saúde, do bancos, dos gabinetes dos políticos e dos administradores que ironicamente são pagos com os dividendos tirados do seu parco salário, ele sabe que aqui no espaço ventilado do supercenter há a promessa contratual de tratá-lo como pessoa plena de respeito e cidadania. Ser consumidor de alguns lugares, portanto, é tornar-se cidadão respeitável, tendo a possibilidade de exercitar e fazer valer dos seus direitos”. (Jornal da Tarde, 08 de janeiro de 1996)

Causam, pois, impacto sublinhar as propostas assinadas por Sam Walton no enorme espaço central do Wal Mart de Osasco, nas quais se afirma que se quer vender mais barato e se deseja dar ao cliente satisfação total. Assim, o Wal Mart tem suas paredes marcadas por slogans que objetivam fixar na mente de seu frequentador uma clara filosofia de preços baixos e de total atenção ao comprador.

“Wal Mart em Osasco: uma nova concepção de comércio cria vínculos imediatos com os consumidores”. (Roberto Da Matta. Jornal da Tarde, 08/01/1996:8)

“Nesse Wal Mart de Osasco, a compra é um ato racional (tenho de comprar porque tenho que viver), mas é também um ato expressivo (compro de certo modo), sendo principalmente uma festa para os olhos, para o corpo e para o espírito.

No Brasil, “ir às compras” ainda é uma espécie de aventura, o que mostra como vivem num universo social capitalista, deformado por enormes diferenças sociais, mas efetivamente – talvez por isso mesmo – encantado. Assim, notei como as pessoas se olham e dividem suas opiniões e dúvidas, como uma mulher humilde que perguntou se ela poderia obter crédito para comprar uma bolsa de trinta e poucos reais. Ou como aquele cara que comprava bebidas e já parecia embriagado com a fartura do setor, pois queria compartilhar com os outros as suas preferências éticas e sociais.

Em suma, aqui no Brasil, o hipermercado tende a operar como uma feira livre tradicional, sobretudo nos setores de vendas de alimentos comuns como o peixe e a carne, onde, a despeito da embalagem, as pessoas conversam com os cortadores e açougueiros, pedindo opinião e trocando idéias. Ademais o contato visual, tão reprimido na América, é aqui praticado com prazer, de modo que alguns milagres podem ocorrer.

Se você fotografar esse Wal Mart de noite, vazio de pessoas, ele é um espaço tipicamente americano. Mas de dia, vivo e habitado por corpos e almas paulistanas, ele vibra, ama, odeia e sofre com uma intensidade total. Transforma-se numa

instituição brasileira e passa a desempenhar outros papéis e a cumprir novas funções”. (Richard Moneygrand. Jornal da Tarde, 08/01/1996:8-9)

Quando se instalaram em 1995 em Osasco, o Carrefour e o Wal Mart, mudaram totalmente a lógica espacial da cidade. Os locais escolhidos pelas empresas comerciais eram, de acordo com o Plano Diretor do município, zonas industriais outrora ocupadas pela Eternit do Brasil (Wal Mart) e Fábrica de Tecidos Tatuapé – Santista (Carrefour).

O prefeito, em 1995, Celso Giglio, negociou com a Câmara Municipal, a mudança da lei de zoneamento para permitir a entrada do grande capital representado pelo Carrefour e Wal Mart.

Tal “cortesia” do poder municipal, rendeu ao município a construção do Teatro Municipal, da Biblioteca Municipal e do Pronto Socorro do Jardim Santo Antônio.

Hoje, a Avenida dos Autonomistas, no trecho frontal onde se situam os dois hipermercados, incorporaram impactos ambientais negativos como congestionamentos, poluição do ar e sonora.

11.2. Cidade de Deus: Bradesco

O outro representante do grande capital, o Bradesco, cuja matriz situa-se no município, com o seu enorme poder econômico, interferiu na lógica espacial do município impedindo a execução de uma obra (avenida) que cortaria o núcleo administrativo, Cidade de Deus, ao meio, e daria acesso à rodovia Raposo Tavares.

Em março 1953 a sede do Bradesco e seus Departamentos Administrativos foram transferidos do centro de São Paulo para um terreno de 330 mil metros quadrados no município de Osasco, que hoje faz parte da Região da Grande São Paulo. Essa área, ocupada antes por uma chácara, foi chamada de Cidade de Deus.

Naquele tempo, era uma cidade mesmo. Tinha a própria rede telefônica – depois doada à Prefeitura de Osasco -, casas residenciais, prédios de apartamentos, hotel, bar, restaurante, piscina e quadra de esportes, um salão para cinema, teatro e bailes, bazar, oficina mecânica, posto de gasolina, uma cooperativa de consumo (que usava uma moeda própria “dinheiro baiano”), ambulatório médico, gabinete dentário, farmácia e um zoológico, em que havia até leões. E totalmente isolada por muros de dois metros e meio de altura e segurança interna do próprio banco. Havia uma moeda própria, que circulava internamente, denominada “dinheiro baiano”.

A Cidade de Deus, hoje, é bem diferente. Seus prédios são funcionais, modernos e climatizados e estão instalados entre alamedas bem cuidadas, entremeadas por jardins e árvores naturais. Não há mais a função residencial.

O Bradesco, com o seu enorme poder econômico, interferiu na lógica espacial do município, impedindo a sua expansão horizontal a leste e a execução de uma obra (avenida) que cortaria o núcleo administrativo, Cidade de Deus, ao meio, e daria acesso à rodovia Raposo Tavares.

Sem contar com os benefícios naturais que o município recebe da organização bancária, deve-se ressaltar a real fonte de trabalho que o banco oferece. Centenas de jovens osasquenses ali trabalham e estudam.

O papel estratégico do Grupo Financeiro Bradesco, em relação ao município, dá-se, historicamente, na contribuição aos cofres públicos com impostos, principalmente o

IPTU. Costumeiramente o Bradesco socorre às finanças públicas, adiantando generosas somas em impostos.

Na primeira gestão administrativa do prefeito Emidio até aos dias atuais, as finanças do município: salários de todo o funcionalismo público municipal, arrecadação municipal, pagamento de IPTU, foram transferidas do Banco do Brasil para o Bradesco com exclusividade absoluta.

12. Considerações finais

A noção histórica de Poder Local no Brasil está vinculada ao coronelismo, patrimonialismo e personalismo no exercício do poder político. Porém, em um regime democrático o Poder Local deverá ser visto sob outro ângulo, a partir de noções de descentralização e participação da cidadania no poder político. Note-se que essa visão inverte a dinâmica com a qual é analisada a categoria do Poder Local, agora pautado na sociedade civil e nos movimentos sociais e sua relação com a sociedade política. Nesse sentido, num Estado Democrático, o Poder Local apresenta-se como um novo paradigma de exercício do poder político, fundado na emancipação de uma nova cidadania, rompendo as fronteiras democráticas que separam o Estado do cidadão e recuperando o controle do cidadão no seu Município mediante a reconstrução de uma esfera pública comunitária e democrática. Logo, a categoria do Poder Local mostra-se eficaz como otimização da gestão pública brasileira, capaz de aliar democracia representativa com democracia participativa.

Costuma-se considerar no Brasil a existência de dois tipos principais de Poder Local: o tradicional (coronelismo muito bem analisado por autores como Victor Nunes Leal, por exemplo) e o moderno (dinâmica de lutas, com a participação da sociedade civil). O caso de Osasco hoje, no passado é outra história, evidentemente, é o de um poder local moderno e complexo.

Por sua vez, o universo de análise e a unidade de inserção espacial é fundamentalmente os bairros e o município em si como contorno do local, nos quais o Estado territorializa suas políticas e intervenções para a reprodução social. Consequentemente, bairros e municípios são espaços nos quais se constroem e se entrelaçam as relações de luta, defesa, alianças e conflitos.

As diversas modificações ocorridas na sua população, retiraram as suas características típicas de antigo centro de imigrantes. A partir de 1940, com a migração interna e o aumento populacional, a mistura de hábitos de vida, religião, fez nascer esta complexa cidade em que vivemos.

Nas mudanças de caráter populacional, podemos incluir à característica marcante de Osasco, antes conhecida como cidade de operários, mas que agora está muito mais voltada para o comércio. O centro de Osasco deixa de ser uma área residencial para tornar-se uma área de presença do setor terciário.

O crescimento demográfico de Osasco efetuou-se a um ritmo relativamente lento até a II Guerra Mundial.

Com a instalação das primeiras indústrias e do quartel, esta realidade modificou-se, sendo a população de Osasco já apreciável no decênio 1930 – 1940:

12.091 pessoas em 1934

15.258 pessoas em 1940

A ocupação efetiva da região osasquense realizou-se nos últimos 50 anos. Colaboraram para sua realização a taxa de urbanização elevada da região paulistana, consequência do desenvolvimento industrial e a crescente instalação de indústrias na região de Osasco.

Manifestou-se assim um apreciável crescimento demográfico no período de pós-guerra e em particular na década de 1950 – 1960. A população atingiu então 115.500 habitantes em 1960.

Nos primeiros anos de formação da cidade, duas indústrias, Cerâmica de Osasco e Fábrica de Papel e Cartonagem, instalaram-se, respectivamente, na proximidade da ferrovia e no bairro da Carteira, não longe do rio Tietê.

Antes da Primeira Guerra Mundial, instalaram-se em Osasco, importantes empresas industriais: Frigorífico Wilson e Fábrica de Tecidos Beltramo & Cia.

No espaço entre duas guerras mundiais, instalaram-se em Osasco as indústrias de material ferroviário, ou seja, CIMAF e SOMA, e posteriormente, de material de transporte (COBRASMA), automobilística (FORD e BRASEIXOS), elétricas (OSRAM, BROWN BOVERI, CHARLEROI), de construção (ETERNIT do BRASIL), metalúrgicas e mecânicas. Osasco, hoje, também está sofrendo com a desconcentração industrial.

As empresas industriais de grande porte instalaram-se ao longo da principal via de comunicação rodoviária: Avenida dos Autonomistas e zonas servidas pela Estrada de Ferro Sorocabana. Aproveitaram, assim, as duas importantes vias de comunicação para transporte, seja de matéria-prima, seja de produtos finais.

Os maiores adensamentos comerciais, identificados em Osasco, localizam-se ao longo de uma dezena de ruas da cidade, de características bem diferentes, como o exemplifica a comparação entre a Rua Antônio Agu, cuja vocação comercial é bem afirmada e a Avenida dos Autonomistas (antiga Estrada de Itú), onde se destacam as necessidades de circulação e as de comércio.

Analisando-se a divisão espacial do comércio, constata-se que as maiores lojas encontram-se concentradas na Rua Antônio Agu, na Avenida Primitiva Vianco e ao longo da Avenida dos Autonomistas.

Para caracterizar a atração que exerce o equipamento comercial varejista de Osasco sobre os hábitos de compra da população local, cidades vizinhas como Carapicuíba, Barueri e região oeste de São Paulo, citamos a fixação ao longo da Avenida dos Autonomistas de três supermercados, todos frente à frente, Wal Mart, Carrefour e Assai, além de dois Shopping Centers.

O que dão corpo ao chamado “poder local”, com a participação das comunidades nas decisões do espaço de vida do cidadão, é a descentralização do planejamento municipal e dos diversos sistemas de participação popular.

Temos que resgatar a organização dos sistemas participativos da população, para que cidadão possa exercer a cidadania e influir sobre as condições concretas de vida no seu espaço local.

Hoje, para o cidadão adentrar ao prédio da Prefeitura Municipal de Osasco, deve se identificar com documentos pessoais, preencher uma ficha, atravessar um dispositivo eletrônico e posteriormente se dirigir ao local desejado.

O Plano Diretor do Município, reelaborado e discutido em escritório de arquitetura, durante o último governo Celso Giglio, na atual gestão administrativa encontra-se novamente em análise e estudos.

Como vimos, nas páginas desse trabalho, a participação democrática tem um único viés de direito: “obrigatoriedade da participação nas eleições através do voto”.

13. Bibliografia

ALEXANDRE, José Franco Domingues. Inspeção Sanitária do Distrito de Osasco. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (Hygiene). São Paulo – outubro de 1939:183. (Relatório)

AYDALOT, Ph. “Espace et Crise”. Editora Econômica, 1984: 278.

AYROSA, ALCIDES da. Inspeção Sanitária em Osasco. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (Hygiene). São Paulo, 1922:100. (Relatório)

BRITO, Celso Roberto de. Osasco: espaço, tempo e técnica. Dissertação de Mestrado. USP, 1996;

CALVINO, Ítalo. Cidades Invisíveis. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1991: 183.

CÂNDIDO, Antônio. “Parceiros do Rio Bonito”. 7ª edição. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1987:284.

CASTILHO, Ricarco. Aproximações sobre o tema da formação socioespacial e do lugar como mediações. São Paulo, USP, 1994:18.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991 – número 21. São Paulo, IBGE, 1991:764.

CLAVALL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1979:249.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São, Editora Hucitec, 1999.

DADOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE QUITAÚNAI. Biblioteca do Quartel de Quitaúna. Osasco SP.

DADOS SOBRE A SITUAÇÃO HISTÓRICA DE OSASCO. Documento do Museu Sensaude Lavaud. Osasco SP.

DAVIS, Kinsley e outros. CIDADES. A Urbanização da Humanidade. 2ª edição. Tradução de Joslke Reznik. Rio de Janeiro, Zahar, 1972:221.

DIAS, Octacílio. Área Industrial de Osasco. (Análise de Geografia Econômica). Tese de Doutorado, 1970.

DOCUMENTOS DO MUSEU DIMITRI SENSAUD DE LAVAUD: “Dados sobre a situação histórica de Osasco”.

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DUPAS, Gilberto. Atores e Poderes na nova ordem global. Assimetria, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DURAND, Marie Françoise; LEVY, Jacques e RETAILLE, Denis. Le Monde – Espaces ET Systemes. Paris, Presse de La Fondation Nat. de Sciences Politiques et Dalloz, 1992:327.

ESPINOSA, Roberto. Abraços que sufocam. São Paulo: Editora Viramundo, 2000.

FATOS HISTÓRICOS DE OSASCO (1630 – 1991). Prefeitura Municipal de Osasco. Osasco, 1991.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, EDUSP, 1995:650.

FERNANDES, Florestan (org.). Comunidade e Sociedade. São Paulo – EDUSP – Capítulo: Comunidade e Sociedade como entidades típicos ideais. Autor: Tonnies, Ferdinand, 1996:116.

FERRARA, Lucrécia D'Alesio. Ver a cidade. Coleção Espaços. São Paulo, Nobel, São Paulo, Nacional, 1982:248.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 18ª edição. São Paulo, Nacional, 1982:248.

GIGLIO, Celso (organizador). O Município Moderno. Brasília: Editora H M Comunicação, 1998.

GOMES, Cláudio Sérgio de A. Quem é Quem em Osasco. Osasco: COMARTE (Comunicação e Arte Ltda), 1982.

GOULART REIS FILHO, Nestor. Evolução Urbana do Brasil (1500 – 1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1968
_____. São Paulo e outras cidades. Produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: HUCITEC, 1994.

JORNAL “A CIDADE DE OSASCO”. Artigo: A Emancipação de Osasco, fevereiro de 1986, página 8.

JORNAL “A REGIÃO”. Artigos: Osasco 24 anos de vida independente, página 1 e Nasce a Sociedade Autonomista, página 3.

JORNAL “A RUA”. Artigo: Osasco 23 anos, página 1, 15 de fevereiro de 1985.

JORNAL DA TARDE. 08/01/1996: 8-9.

JORNAL “A VANGUARDA”. Artigos: Ordem dos Emancipadores de Osasco, página 1 e Osasco comemora 24 anos, página 3, 22 de fevereiro de 1986.

JORNAL “O Diário de Osasco”. Acervo histórico do Município.

_____. Artigo: A Autonomia de Osasco, 19 de fevereiro de 1979.

_____. Artigo: A emancipação segundo os Emancipadores, 18 de fevereiro de 1984, página 22.

_____. Artigo: Reinaldo de Oliveira: Nós éramos uma aldeia indígena. Edição Especial 23º aniversário de Osasco, fevereiro de 1985.

JORNAL “O Estado de São Paulo”. Caderno: Cidades. 11/06/1996 e 2/5/1996.

JORNAL MUNICÍPIOS EM MARCHA. Ano I - São Paulo, 31/1/1970, nº 15

-----. Ano II. São Paulo, 19/2/1971, nº 58

-----. Ano V. – nº25. São Paulo, 9/6/1973.

LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.

Campinas, Papirus, 1988.

_____. Geografia do subdesenvolvimento. São Paulo, Difel - 1995.

_____. Contra os antiterceiro - mundistas e contra certos terceiro – mundistas. São Paulo, Ática, 1995.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Editora Alfa –

Ômega, 1978.

LEBRUN, Gerard. O que é poder. São Paulo, Editora Brasiliense 1995:122;

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Editora Documentos, 1969:133.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. Cotia e sua participação no conjunto a faixa periférica da metrópole paulistana. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado) DG/FFLCH/USP: 193.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO . Câmara Municipal de Osasco. Osasco, 2008;

MANDEL, Ernest. O Capitalismo tardio. 2ª edição. São Paulo, Pólis/Vozes, 1985:288.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo, Nova Cultura, 1985:417.

MARTINS, José de Souza (organizador). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo, Hucitec, 1996:151.

MIRANDA, Orlando. Obscuros Heróis de Capricórnio. São Paulo, Global, 1987:279.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia – pequena história crítica. São Paulo, Hucitec, 1981:138.

_____ A valorização do espaço – Geografia Crítica – e Wanderley Messias da Costa. São Paulo, Editora Hucite, 1999.

MUNFORD, Lewis. A cidade na História. 1º e 2º volumes. Belo Horizonte, Itapetina, 1965.

OLIVEIRA, José Luiz Alves de. Tempo, História e Nanquim. A História da Igreja Matriz de Santo Antônio em Osasco. Osasco: J.C.A. Gráfica e Fotolito Ltda, 1993.

OLIVEIRA, Neyde Collino de e NEGRELLI, Ana Lúcia M. Rocha. Osasco e sua história. São Paulo, CG Editora, 1992:133.

ORDEM DOS EMANCIPADORES DE OSASCO. Primeiro livro de Atas.

PARRO, Humberto. Remando contra a crise: considerações sobre a experiência de seis anos à frente da Prefeitura de Osasco. Osasco: Áries Editorial, 1989.

PERFIL MUNICIPAL – 1980-91. Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, IBGE, 1993:145.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OSASCO. 1966.

QUEM É QUEM EM OSASCO. Osasco, COMARTE, 1ª edição, 1982:147.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo, Pioneira, 1968:235.

REVISTA VEJA. Editora Abril. Edição nº 1.424. Ano 28 nº 52. São Paulo, 27 de dezembro de 1995.

REVISTA ESPAÇO & DEBATE. Poder local. São Paulo: nº 24, 1988.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (organizador). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal, in *Anais do II Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, páginas 323 e 324.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. Coleção Espaços. São Paulo, Nobel, 1985:88.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988:124.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo*, Nobel, 1990.

_____. *O espaço dividido*. Coleção Espaços. São Paulo, Nobel, 1987:142.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec, 1992:63.

_____. *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo, Hucitec, 1994:145.

_____. Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo, Hucitec, 194:190.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1987.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500/1820). 6ª edição. São Paulo, Nacional, 1977.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1977.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Governo Urbano. São Paulo, Nobel, 1988:84.

_____. A Identidade da Metrópole. São Paulo, Hucitec, 1994:257.

SUDAMERIS, FILMES & VÍDEO. História de Osasco. Departamento de Pesquisas Históricas. Osasco, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global: limites e desafios de participação cidadã. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1975:110.

VESENTINI, José William. Imperialismo e geopolítica global. Campinas, Papirus, 1992.

_____. A nova ordem mundial. São Paulo, Ática, 1995.

_____. A capital da geopolítica. São Paulo, Ática, 1995.

_____. Sociedade e Espaço. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo, Ática, 2000:343.

WERNER, Helena Pignataria. Raízes do Movimento Operário em Osasco. São Paulo, Cortez Editora, 1981:149.

_____. O artesanato no município de Osasco em fins do século XIX. (Uma família: Viviani. A Fábrica de “pitos”). Separata do III Simpósio dos Professores Universitários de História (Franca). São Paulo, 1967.

WILLEMS, Emílio. Cunha: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil. Editado pela Secretaria da Agricultura. São Paulo, 1947:240;

Anexo 1: Fotos Atuais de Osasco.

Foto15: Residência na Rua André Rovai (foto do Autor)

Foto16 : Vila Operária de Osasco (foto do Autor)

Foto17: Vista aérea de Osasco com seu processo intenso de verticalização(foto do Autor)

Foto18: Vista do viaduto metálico(foto do Autor)

Foto19: Córrego Bussocaba canalizado e a Cidade de Deus ao fundo
Foto do Autor.

Foto20: Fachada do Wal Mart Supercenter – Osasco . Foto do Autor

Foto21: Fachada do Carrefour – Osasco. Foto do Autor

Foto22: Vista aérea do Osasco Plaza Shopping . Foto do Autor

Foto23: Calçadão da Rua Antônio Agu e fachada Osasco Plaza Shopping

Foto24: Panorâmica do Boulevar, trecho do Rio Bussocaba e fachada da prefeitura.

Anexo 2 : Mapa Atual de Osasco.